



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)
MESTRADO EM HISTÓRIA

PEDRO IVO SZPAK FURTADO CORREIA

**SER E/OU NÃO SER: A DUPLA NATUREZA DO DISCURSO SENHORIAL EM
ANÚNCIOS DE ESCRAVIZADOS NO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* (1837-1843)**

**Recife
2024**

PEDRO IVO SZPAK FURTADO CORREIA

**SER E/OU NÃO SER: A DUPLA NATUREZA DO DISCURSO SENHORIAL EM
ANÚNCIOS DE ESCRAVIZADOS NO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* (1837-1843)**

Dissertação apresentada no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História

Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes

Orientador: Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

**Recife
2024**

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

C824s Correia, Pedro Ivo Szpak Furtado.
 Ser e/ou não ser : a dupla natureza do discurso senhorial em
 anúncios de escravizados no Diário de Pernambuco (1837-1843) / Pedro
 Ivo Szpak Furtado Correia. – 2024.
 163 f. : tab. ; 30 cm.

 Orientador : Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
 CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024.

 Inclui referências e apêndice.

 1. História. 2. História social. 3. Escravidão. 4. Análise crítica do
 discurso. 5. Anúncios - Jornais. 6. Pernambuco. I. Carvalho, Marcus
 Joaquim Maciel de (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-080)

PEDRO IVO SZPAK FURTADO CORREIA

**SER E/OU NÃO SER: A DUPLA NATUREZA DO DISCURSO SENHORIAL EM
ANÚNCIOS DE ESCRAVIZADOS NO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* (1837-1843)**

Dissertação apresentada no curso de Mestrado do Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de
Pernambuco como pré-requisito para a obtenção do título
de Mestre em História

Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes

Aprovada em: 24/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jeffrey Aislan de Souza Silva (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Suely Creusa Cordeiro de Almeida (Suplente Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (Suplente Externo)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica. Entre eles, estão, sem nenhum mérito quanto à ordem de agradecimento:

Minha mãe, meu pai e meus avós, que, desde o primeiro dia, conduziram a locomotiva de meu crescimento, alimentando a caldeira sempre que possível, com a certeza de que chegaríamos aonde desejássemos.

Meus amigos e amigas, perdidos em nomes como Amanda I., Amanda N., Ana Carolina, Andrea, Arthur, Eduarda, Eduardo, Gabriela, Geórgia, Isabella, Jade, João B., João M., Larissa C., Larissa F., Louise, Manuela, Marcela, Matheus, Raffaella, Raquel, Renata, Victor, Walter e tantos outros.

Meu professor, orientador e amigo, Marcus J. M. de Carvalho, que, desde a Iniciação Científica, em 2019, me aceitou debaixo de suas asas, me aconselhou, me direcionou e me deu juízo em tantas empreitadas que planejei, concretizei ou desisti nesses anos de desenvolvimento acadêmico.

Meus professores de História do Ensino Básico, Henrique, José Carlos, Júlia, Sérgio, Rodrigo e Luiz Paulo, sem os quais eu não teria dado um passo rumo à Clio e os ventos do passado teriam me empurrado para um outro futuro.

Meus professores da Graduação e do Mestrado, Arnaldo, Bruno C., Camila, Christine, George, Iran, Isabel, Marília, Paulo, Regina, Renato, Rômulo, Socorro, Suely, assim como Levi e Sandra, por terem me guiado e me tornado um professor e um historiador melhor.

A Biblioteca Nacional, pela disposição gratuita e *relativamente* perene do acervo histórico virtual da hemeroteca, e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), pelo incentivo financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa de mestrado.

Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento provoca é uma civilização decadente. Uma civilização que opta por fechar os olhos para seus problemas mais cruciais é uma civilização doente.

(Aimé Césaire, 2020, p. 9)

RESUMO

O presente trabalho aborda uma aparente dicotomia na base do discurso senhorial no século XIX visualizada a partir de anúncios de venda e fuga de escravizados no *Diário de Pernambuco*. Seu objetivo envolve reivindicar a viabilidade e a relevância de uma proposta de interdisciplinaridade entre a história e a linguística, contribuindo para a história social da escravidão no Brasil, demonstrando a realidade oitocentista do cotidiano do cativo a partir do discurso senhorial. A teoria desta pesquisa é de base materialista e crítica, sendo composta, principalmente, pelo conceito marxiano de *totalidade*; pela dinâmica da negociação e do conflito, de J. J. Reis e E. Silva; pela crítica à historiografia tradicional do escravismo, em C. Moura, A. Nascimento e B. Nascimento; pela *Análise Crítica do Discurso*, em N. Fairclough, T. van Dijk e T. van Leeuwen; e pelo conceito de signo linguístico, de F. de Saussure. As fontes históricas são centenas de anúncios de venda e de fuga de escravizados em setenta edições do *Diário*, entre 1837 e 1843, e os dicionários de L. M. da Silva Pinto (1832) e A. de Moraes e Silva (1823). A metodologia, de teor indutivo-dedutivo, envolve uma proposta qualitativa de análise do discurso e outra quantitativa de investigação dos signos encontrados. A partir disso, descortina-se a aparente dupla natureza do discurso senhorial, composta por uma *dimensão comodificadora* e outra *subjetivadora* dos agentes históricos escravizados. Nos anúncios, tendo a primeira dimensão como perspectiva, visualiza-se a predominância de menções às “nações” africanas, a indivíduos entre 16 e 20 anos, a mulheres vendidas e homens fugidos e a ofícios domésticos entre os vendidos e ofícios do ganho entre os fugidos. Quanto à segunda dimensão, vê-se características físicas genéricas e “sedutoras” na venda e específicas e “sinceras” na fuga; ausência de defeitos entre os vendidos; alta frequência de cicatrizes, vícios e sequelas de doenças entre os fugidos; menções às habilidades da fala e ao semblante; a frequência com a qual os fugidos se “intitulavam forros”; o uso de adereços como brincos e a presença de “marcas de nação”; e a primazia de peças de roupa de algodão ou de chita.

Palavras-chave: história social; escravismo; análise crítica do discurso; anúncios de jornal; Pernambuco.

ABSTRACT

This essay addresses a possible dichotomy at the basis of seigneurial discourse in the 19th century Brazil seen through advertisements for the sale and escape of enslaved people in the newspaper *Diário de Pernambuco*. Its objective involves advocating for an interdisciplinarity proposal between history and linguistics, contributing to the social history of slavery in Brazil, demonstrating the nineteenth-century reality of everyday life in captivity based on seigneurial discourse. The theory of this research has a materialist and critical basis, being mainly composed by the Marxian concept of *totality*; by the dynamics of *negotiation and conflict*, by J. J. Reis and E. Silva; by the criticism of the traditional Brazilian slavery historiography, in C. Moura, A. Nascimento and B. Nascimento; by the *Critical Discourse Analysis*, in N. Fairclough, T. van Dijk and T. van Leeuwen; and by the concept of linguistic sign, by F. de Saussure. The historical sources are hundreds of advertisements for the sale and escape of enslaved people in seventy editions of the *Diário*, between 1837 and 1843, and the dictionaries of L. M. da Silva Pinto (1832) and A. de Moraes e Silva (1823). The methodology, with an inductive-deductive core, involves a qualitative proposal for discourse analysis and a quantitative proposal for investigating the signs found. From this, the apparent double nature of the seigneurial discourse is revealed, composed by a *commodifying dimension* and a *subjectifying dimension* of the enslaved historical agents. In the advertisements, taking the first dimension as a perspective, the mentions of the African “nations”, of individuals between 16 and 20 years old, of sold women and escaped men, and of domestic crafts among those sold and street crafts among those escaped are predominant. As for the second dimension, we see generic and “seductive” physical characteristics in the sale ads and detailed and “sincere” ones in the escape ads; absence of imperfections among those sold; high frequency of scars, addictions and disease consequences among those who fled; mentions of their speech skills and their countenance; the frequency with which fugitives “called themselves freedmen”; the use of accessories such as earrings and the presence of “nation marks”; and the primacy of cotton or chintz clothing.

Keywords: social history; slavery; critical discourse analysis; newspaper ad; Pernambuco.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nação (venda).....	72
Tabela 2 – Nação (fuga)	73
Tabela 3 – Idade.....	82
Tabela 4 – Sexo	87
Tabela 5 – Ofício (venda).....	94
Tabela 6 – Ofício (fuga)	95
Tabela 7 – Características físicas (venda)	103
Tabela 8 – Características físicas mais frequentes de cada grupo (fuga)	107
Tabela 9 – Doenças, deficiências e deformações (fuga).....	111
Tabela 10 – Características socioprodutivas (venda)	118
Tabela 11 – Características psicossociais (fuga)	121
Tabela 12 – Temperamento, personalidade e perfil social (fuga)	130
Tabela 13 – Adereços, marcas de identidade e de propriedade (fuga)	139
Tabela 14 – Vestimentas (fuga).....	143

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR: TEORIA E METODOLOGIA	22
2.1	Teoria histórica	22
2.2	Teoria linguística	28
2.3	Metodologia.....	33
3	DO FATO À ANÁLISE	39
3.1	Anúncios de venda.....	40
3.2	Anúncios de fuga	50
3.3	A dupla natureza do discurso senhorial	64
4	A DIMENSÃO COMODIFICADORA	67
4.1	Nação	67
4.2	Idade	81
4.3	Sexo	86
4.4	Ofício	93
5	A DIMENSÃO SUBJETIVADORA	102
5.1	O físico	102
5.2	O psicológico.....	117
5.3	O social	129
6	DA ANÁLISE AO FATO: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE A – EDIÇÕES UTILIZADAS DO <i>DIÁRIO DE PERNAMBUCO</i>.....	163

1 INTRODUÇÃO

Há ainda razões, no tempo presente, para se estudar, pesquisar e escrever sobre a escravidão atlântica no Brasil?

Em meados de 2018, em campanha eleitoral, o então presidenciável Jair Bolsonaro (PSL), em uma entrevista para a televisão, alegou, sem fontes, que o “português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam escravos”¹ (*sic*). Para defender o fim das políticas de ações afirmativas, o então candidato negou a existência de uma “dívida” histórica oriunda da escravidão e alegou que “o negro não é melhor do que eu e nem eu sou melhor do que o negro [...]. Pra quê cotas?”.

Bolsonaro (PSC) também, em 2017, enquanto deputado federal pelo Rio de Janeiro, alegara que os quilombolas brasileiros “não fazem nada” e “nem para procriador” (*sic*) serviriam mais². Referiu-se ao peso de um deles em “arrobos” e, novamente sem fontes, atestou que são gastos “mais de R\$ 1 bilhão” por ano com a população aquilombada. O ex-militar fora eleito presidente em 2018 e, depois de quatro anos enquanto chefe do executivo, mais de 700 mil pessoas morreram em decorrência da pandemia de Covid-19 no Brasil³.

Alguns anos antes, em um verdadeiro resgate discursivo do Antigo Regime, o então deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) publicara que os “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé” (*sic*) e que, sobre o continente africano, “repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças”⁴. Em uma fraseologia que poderia ser confundida com a de um inquisidor católico, Feliciano disse que “quase todas as seitas satânicas, de vodu” são oriundas da África. Cerca de metade dos terreiros afro-religiosos no Brasil registrou até cinco ataques, entre 2020 e 2022⁵.

¹ PORTUGUESES nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2018. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

² BOLSONARO: “quilombola não serve nem para procriar”. **Congresso em Foco**, Brasília, 5 abr. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

³ APOS 3 anos da 1ª morte, Brasil chega à marca de 700 mil vítimas da Covid. **G1**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.ghml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

⁴ DEPUTADO federal diz no Twitter que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado”. **UOL**, São Paulo, 31 mar. 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

⁵ QUASE metade dos terreiros do país registrou até cinco ataques nos últimos dois anos, mostra pesquisa. **G1**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/15/quase-metade-dos-terreiros-do-pais-registrou-ate-cinco-ataques-nos-ultimos-dois-anos-mostra-pesquisa.ghml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Em junho de 2023, em mais um caso dentre tantos outros tratados como “isolados”, dois policiais militares de São Paulo amarraram mãos e pés e arrastaram no chão um homem negro, por suspeita de furto⁶. Nesse estado, negros têm quase cinco vezes mais chances de serem abordados pela polícia do que brancos, sendo que, em 99% desses episódios, os agentes não apresentam justificativas legais para fazê-los.

De acordo com o IBGE⁷, apesar de termos uma população de maioria parda e preta (56%), descendentes históricos dos africanos vindos às Américas, seu rendimento médio mensal, em 2021, correspondia a praticamente metade do rendimento médio de brancos. Por sua vez, a taxa de homicídios de pretos era quase o dobro do percentual de brancos, enquanto a de pardos era quase o triplo.

Revisionismo e negação de sua própria história; dificuldades de acesso às mais básicas obrigações do Estado; desumanização e comodificação; eugenia, supremacismo racial e intolerância religiosa; repressão institucional e perseguição; disparidade de renda e de qualidade de vida. Mais de 130 anos se passaram desde a abolição, mas sobre a população descendente de africanos escravizados ainda ecoam os vícios do passado.

Todo esse contexto nem seria necessário para justificar a imperatividade do estudo do escravismo brasileiro. Independentemente da alternância entre grupos políticos no comando da República, sempre será um tema urgente e sempre estará na ordem do dia. Nos aprofundemos, então, na gênese do presente histórico.

As permanências do regime monárquico fundado pelo movimento de independência, em relação ao seu antecessor colonial, não se encerram na manutenção de uma corte Bragança, mas também se encontram no desinteresse dos grupos que compunham o poder imperial na supressão do tráfico de escravizados e numa consequente abolição do regime escravista.

Ao contrário: a Independência do Brasil é construída acompanhando a expansão e a intensificação do comércio atlântico de cativos e o consequente crescimento econômico advindo da produção agrária por ele abastecida. Se antes tremulava a bandeira do Império Português nos mastros dos navios que saqueariam o contingente humano da África, era o “verde-louro desta flâmula” que os adornava após 1822.

⁶ SALVADORI, Fausto. Análise: o racismo é procedimento operacional padrão da Polícia Militar. **Ponte**, São Paulo, 7 jun. 2023. Disponível em: <<https://ponte.org/analise-o-racismo-e-procedimento-operacional-padrao-da-policia-militar/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

⁷ DESIGUALDADES sociais por cor ou raça no Brasil. **IBGE**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=35440>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

A questão, porém, era o medo constante de uma “africanização” do país. Era a percepção das elites intelectuais brasileiras que o Império se degradava e se “barbarizava” com a continuada importação maciça de africanos sequestrados, os quais constituíam uma crescente ameaça para a segurança interna⁸. O que o Brasil queria era uma população branca, pensava José Bonifácio⁹.

O tráfico de escravizados e a própria escravidão já não eram mais considerados “fatos naturais”, e alguns fundadores do Império projetavam seu futuro sem ambos¹⁰. Deputados constituintes de 1823 deram aos Conselhos Gerais das províncias a atribuição de “propor meios adequados para se conseguir a lenta e gradual emancipação dos escravos”. A Constituinte fora posteriormente fechada pelo então Imperador.

Em novembro de 1826, Dom Pedro ratificara o tratado anglo-brasileiro contra o comércio de escravizados, a partir do qual, em até três anos, não seria mais lícito aos súditos do Império do Brasil envolverem-se no tráfico atlântico¹¹, agora tratado como pirataria. Cinco anos depois, o primeiro imperador do Brasil abdicara e três regentes passaram a exercer o poder em nome de seu filho de seis anos, o futuro Dom Pedro II.

Tendo como origem um projeto do marquês de Barbacena, a lei contra o comércio de escravos fora assim sancionada em 7 de novembro de 1831, pelo então regente Diogo Antônio Feijó¹². Seu primeiro artigo declarava que todos os africanos desembarcados no Brasil após aquela data seriam legalmente livres. Somando-se a isso, o 179º artigo do novo Código Criminal de 1830 punia a escravização de pessoas livres e dava às autoridades poder de libertar quaisquer escravizados ilegalmente importados¹³.

Fora notável o engajamento de autoridades brasileiras na apreensão de “africanos novos”, tanto no mar quanto em terra, na década de 1830¹⁴. A nova legislação facilitava a repressão e a Marinha brasileira colaborou com a britânica no combate ao tráfico.

No senso comum, contudo, guiado pelos interesses de grandes proprietários rurais e escravagistas, a continuidade do comércio de escravizados estava vinculada à questão da soberania nacional e da sobrevivência econômica¹⁵. Uma verdadeira fase de “anglofobia”

⁸ BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 95.

⁹ Ibid. p. 96.

¹⁰ MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 59.

¹¹ BETHELL. Op. cit. p. 83.

¹² Ibid. p. 93.

¹³ Ibid. p. 92.

¹⁴ MAMIGONIAN. Op. cit. p. 83.

¹⁵ BETHELL. Op. cit. p. 254.

marcou o pós-Independência no Brasil, dada à militante repressão que a Marinha britânica submetia aos navios escravistas brasileiros.

O próprio Diogo Feijó acreditava que a razão das dificuldades de repressão ao tráfico envolvia a “contradição intrínseca” entre a lei e a hierarquia da sociedade escravista: não seria justo, aos olhos dos brasileiros, libertar africanos recém-chegados e manter os “crioulos” na escravidão¹⁶. Os nascidos no Brasil “mereciam” mais que os africanos a liberdade, dada a proximidade dos brancos em modos culturais e traços físicos.

Havia propostas de revogação da Lei de 1831, para “evitar males”, mas que não deixava de estar articulada à condenação do tráfico, desde que sua repressão fosse atribuição apenas dos britânicos e limitada às apreensões em mar. Assim, os compradores de cativos novos, parte da cadeia do comércio ilegal, seriam anistiados e teriam garantias sobre a propriedade que diziam ter adquirido “de boa-fé”¹⁷.

Em 1837, com a resignação de Feijó, o presidente da Câmara, Pedro de Araújo Lima, pernambucano e futuro marquês de Olinda, alcançara a regência nacional, marcando o regresso do executivo a uma forte centralização política nas mãos de proprietários rurais conservadores, dissociando-se da antecessora fase liberal e federalista¹⁸.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, o novo ministro do Império e da Justiça, opôs-se ao tratado de abolição e não se esforçou para cumprir a lei de 1831¹⁹. Ele alegara que a procura por africanos livres era muito grande, de gente de todas as camadas sociais²⁰ e defendera a concessão deles a pessoas abastadas, sob a justificativa de que eram mais capazes de sustentá-los – quando, na verdade, eram os africanos cativos que as sustentavam²¹.

A recepção do comércio de escravizados, em Pernambuco, simplesmente mudara das cidades portuárias para as praias da Zona da Mata, envolvendo novos agentes, gestando novas tensões políticas e empregando bastante gente litoral afora²².

Antes de 1831, havia uma verdadeira rotina portuária para esse tipo de empreendimento²³. Equipamentos especializados e pessoal treinado era a realidade dos portos urbanos. Processos rotinizados e práticas consolidadas de gestão “racionalizavam” a operação

¹⁶ MAMIGONIAN. Op. cit. p. 110.

¹⁷ Ibid. p. 111.

¹⁸ BETHELL. Op. cit. p. 107.

¹⁹ Ibid. p. 108.

²⁰ MAMIGONIAN. Op. cit. p. 105.

²¹ Ibid. p. 107.

²² CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*. São Paulo, n. 167, p. 223-260, jul./dez., 2012. p. 225.

²³ Ibid. p. 227.

escravagista após seus três séculos de história²⁴. O espaço de ancoragem e a estrutura de recepção em terra eram incomparáveis a um porto natural.

Depois de 1831, o desembarque de africanos tornara-se um grande evento, cujas praias de Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, Porto de Galinhas, Rio Formoso e Tamandaré eram seus palcos²⁵. Esses portos naturais permitiam a entrada de navios de até cem toneladas, portanto, as embarcações escravagistas se tornavam cada vez menores, adaptando-se às novas circunstâncias²⁶.

Brigues, escunas, sumacas e afins eram mais baratos, velozes e fáceis de manobrar, além de serem mais difíceis de serem flagrados à distância. Caso capturados, o prejuízo era menor; não raro eram abandonados após o desembarque.

Na época do comércio legal, um navio poderia abrigar, a cada duas toneladas de arqueação, até cinco pessoas, segundo o alvará de 1813, em consonância às exigências de empresas de seguro e das autoridades portuárias. Após 1831, os escravistas não mais precisavam se preocupar com essa regra: toda a atividade era, em si, um risco.

O tráfico ilegal se tornaria uma alternativa concreta de renda extra para a população costeira²⁷. Um barco e um mínimo de conhecimento do litoral eram elementos essenciais para uma breve oportunidade lucrativa. Denunciar um desembarque caberia, então, aos concorrentes e adversários políticos do traficante.

Autoridades locais das regiões onde se improvisavam portos eram, muitas vezes, também proprietárias de terra e de escravizados²⁸. Mesmo que fossem coniventes com a importação ilegal de cativos, poderiam se aproveitar dessa ilegalidade para se apropriarem da “carga” de seus opositores.

Como resultado desse cenário, entre 1831 e 1845, mais de quarenta e sete mil africanos foram sequestrados e ilegalmente desembarcados em Pernambuco²⁹. Somente no quinquênio entre 1836 e 1840, mais de vinte e sete mil aqui aportaram.

²⁴ Ibid. p. 228.

²⁵ Ibid. p. 236.

²⁶ Ibid. p. 232.

²⁷ Ibid. p. 239.

²⁸ Ibid. p. 241.

²⁹ COSTA, Valéria G. O Recife nas rotas do atlântico negro: tráfico, escravidão e identidades no oitocentos. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 7, 1, p. 186-217, 2013. p. 199.

O gabinete dos “regressistas” é derrubado em 1839 e, até o “golpe da Maioridade”, em 1840, o comércio de escravizados fora menos abertamente protegido³⁰. Agora, o Brasil tinha um novo imperador: Dom Pedro II, então com quinze anos.

Em março do ano seguinte, o misto gabinete da Maioridade, *aparentemente* mais disposto a cooperar com os britânicos para a supressão do tráfico³¹, fora dissolvido pelo monarca que precocemente entronara. Novamente, outro gabinete conservador o substituíra, mais simpático às necessidades dos proprietários rurais³².

Francisco do Rego Barros, barão, visconde e conde da Boa Vista, conservador, senhor de engenho e escravista, alcançou o cargo de presidente da província de Pernambuco em meados de 1837 e ali permaneceu até quatro anos após a Maioridade.

Apesar de ter um governo marcado por reformas e modernizações³³, principalmente na cidade do Recife, era constantemente sugerida, na imprensa política da capital, a sua conivência, quando não participação direta, com o tráfico ilegal de cativos africanos. Por isso, os traficantes especializados da antiga aristocracia agrária preferiam mancomunarem-se com as famílias Cavalcanti e Rego Barros³⁴, em detrimento dos demais grupos em disputa pelo poder local.

A partir de 1841, as importações ilegais observaram um relativo declínio. Entre esse ano e 1845, pouco mais de doze mil escravizados desembarcaram em Pernambuco³⁵. Entretanto, a próxima iniciativa realmente eficiente de supressão do comércio de escravizados para o Brasil só ocorreria em setembro de 1850, com a aprovação do projeto de Eusébio de Queirós³⁶.

Daí em diante, quaisquer embarcações em águas territoriais brasileiras que estivessem transportando cativos ou equipados para tal poderiam ser apreendidas pelas autoridades e a tripulação seria passível de punição. Mesmo assim, o tráfico foi perseverante: ainda em 1850, mais de duas mil pessoas foram ilegalmente desembarcadas como escravas em Pernambuco³⁷. O último desembarque só aconteceria cinco anos depois, em Sirinhaém.

Uma das razões para a persistência do abastecimento de escravizados na província de Pernambuco pode ter sido a escravidão suntuária: ter pelo menos um cativo era a regra nas casas

³⁰ BETHELL. Op. cit. p. 110.

³¹ Ibid. p. 251.

³² Ibid. p. 253.

³³ CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2010. p. 82.

³⁴ Ibid. p. 161.

³⁵ COSTA. Op. cit. p. 200.

³⁶ BETHELL. Op. cit. p. 385.

³⁷ CARVALHO, 2010. p. 137.

mais abastadas do Recife³⁸, mas até mesmo nas residências das camadas médias não era raro encontrá-los³⁹. Possuí-los era sinônimo de poder e *status*, uma forma de ascensão social. O escravizado era em si a riqueza, não apenas o fruto de seu trabalho.

No início da década de 1840, a maioria da população pernambucana, por sua vez, se concentrava no campo⁴⁰. Dividiam-se em aproximadamente cento e quarenta e seis mil cativos e quase meio milhão de livres e libertos. A média de trabalhadores escravizados por plantação era de cinquenta e cinco.

É no período entre a fragilizada repressão e a ilegal flexibilização do tráfico de escravizados, no final dos anos 1830 e início dos anos 1840, que este trabalho se encerra. É, também, no Pernambuco dos Rego Barros, dos “regressistas”, que ao mesmo tempo administraram a Regência dos latifundiários e articularam a Maioridade do “progresso”. Nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder, afinal.

A temporalidade, 1837 a 1843, e o espaço, a capital pernambucana, duas das três principais grandezas da ciência histórica, estão expostas. Vamos ao fato.

Em 1825, o tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão fundou o *Diário de Pernambuco*⁴¹, jornal de maior penetração na população pernambucana letrada durante boa parte do século XIX, ainda em circulação nos dias de hoje. Revolucionário da Confederação do Equador, Antonino José classificaria D. Pedro como “soberano liberal e respeitador da Constituição”, para anos depois comemorar sua abdicação: “[...] triunfou a opinião pública. Parabéns, pernambucanos”.

Fora Antonino quem, na primeira página da edição número um, em 1825, achara de bom tom justificar a razão da fundação de seu *Diário*:

Faltando nesta cidade assaz populosa um Diario de Annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se communicassem ao publico noticias, que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Typographia de Miranda & Companhia se propoz a publicar todos os dias da semana excepto os Domingos somente o presente Diario [...] ⁴².

³⁸ Ibid. p. 21.

³⁹ Ibid. p. 275.

⁴⁰ Ibid. p. 146.

⁴¹ VERBETE: Diário de Pernambuco. CPDOC, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

⁴² Diário de Pernambuco, n.º 1, p. 1, 7 nov. 1825.

Vendido a Manuel Figueroa de Faria, em 1835, o jornal ganharia o caráter de órgão oficial do governo provincial, publicizando os debates legislativos local e nacional, as perspectivas particulares da administração local – especialmente em momentos históricos como a Praieira, que classificou como “o susto e o terror”⁴³ – e panoramas socioeconômicos do Império.

Havia, contudo, seções particulares, nas páginas finais, dedicadas à população escravizada pernambucana. Nada muito honroso, evidentemente: eram os anúncios de compra, venda, aluguel e fuga.

Anúncios, como esses, constituíam a maior fonte de renda dos periódicos do oitocentos⁴⁴. Abundantes, apareciam misturados com os demais tipos de informação. Suas características em detalhe jazem no terceiro capítulo deste trabalho.

Adianto, porém, que há um contraste entre a linguagem utilizada neles e aquela das demais seções. Nos anúncios, aparece um falar menos rígido, no qual observamos expressões e costumes da época mais facilmente, dada a “linguagem à vontade” de “iletrados” que na maioria das vezes os redigiam, dando sempre um “tom pessoal” ao seu produto⁴⁵.

Os anúncios visavam estabelecer familiaridade, associação e automatismo, no leitor, em torno do objeto anunciado⁴⁶. Procurava-se atrair a atenção do interlocutor com objetivos práticos e imediatos, através de palavras capazes de conquistá-lo.

Tratados não apenas socialmente, judicialmente e politicamente, mas também discursivamente como propriedade, inúmeros homens, mulheres e crianças eram cotidianamente publicizados enquanto mercadoria e procurados enquanto posses fugidas no *Diário*.

Chamo atenção para o problema em questão: são homens, mulheres e crianças enquanto *mercadoria e propriedade*. São “pessoas-produto”, ao mesmo tempo tratadas enquanto objeto, para serem comercializadas, e enquanto sujeitos, para serem exploradas.

Os anúncios são a mais importante fonte documental deste trabalho, cuja construção discursiva, envolvendo seu contexto histórico, suas escolhas lexicais e sintáticas, sua semiose e como tudo isso influencia e é influenciado pelas dinâmicas de poder senhorial, é o principal objeto de análise histórica e linguística.

⁴³ CPDOC. Op. cit.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lília M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 156.

⁴⁵ FREYRE apud SCHWARCZ. Ibid. Loc. cit.

⁴⁶ SCHWARCZ. Ibid. p. 157.

Aliás, a aliança entre a historiografia e a análise linguística é uma constante indispensável nesta dissertação. Inspirada pelo trabalho de Ivana Stolze Lima acerca do conceito de *língua nacional* e dos aspectos sócio-históricos em sua expansão e nacionalização⁴⁷, a presente pesquisa busca evidenciar a importância de uma interdisciplinaridade ainda pouco frequente nos trabalhos históricos⁴⁸.

Essa relação aparenta ser óbvia: só há história de uma língua se houver textos, escritos ou orais. Os mesmos documentos que se configuram como fonte para estudos sócio-históricos⁴⁹.

Lília Schwarcz acredita que, a partir de um só artigo de jornal, é possível apreender dimensões diversas, diferentes imagens que nos falam sobre a condição negra no oitocentos⁵⁰. Através desses “pedaços de significação”, ela diz, se busca reconstituir as várias visões com que se falou sobre essa condição⁵¹.

Nesse contexto, os jornais devem ser entendidos enquanto “produto social”, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, sendo constituído em um objeto de expectativas, posições e representações específicas. É importante salientar que os fatos selecionados em nossos anúncios não serão compreendidos enquanto situações que “realmente” aconteceram e cuja veracidade pretendo comprovar, mas enquanto “situação plena de significação”, nos termos de Schwarcz⁵².

Assim, a postura adotada não é a de enxergar os jornais como um veículo imparcial de “transmissão de informações”, mas como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época⁵³.

O acesso a essa documentação fora viabilizado pelo honroso trabalho de conservação dos jornais e periódicos do século XIX e XX, realizado pela Fundação Biblioteca Nacional, disponibilizado gratuita e virtualmente em sua Hemeroteca Digital.

O diálogo com a linguística é essencial numa investigação que envolva essas fontes, seja explorando a dimensão histórica dos fenômenos linguísticos, seja tecendo uma análise

⁴⁷ LIMA, Ivana Stolze. Por uma história social da língua nacional: algumas questões teóricas e metodológicas. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, a. 173 (454), p. 273-284, jan./mar., 2012. p. 274.

⁴⁸ Ibid. p. 275.

⁴⁹ BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 182.

⁵⁰ SCHWARCZ. Op. cit. p. 17.

⁵¹ Ibid. p. 18.

⁵² Ibid. Loc. cit.

⁵³ Ibid. p. 20.

linguística dos fatos históricos relatados no texto. O objeto de trabalho ganha definição, entretanto, na história.

Portanto, dois são os principais objetivos deste trabalho: primeiro, reivindicar a viabilidade e a relevância de uma possível história social da língua no século XIX, em prol da investigação histórica da língua portuguesa e dos distintos falares brasileiros no oitocentos, tendo como ponto de partida a própria ciência histórica e suas particularidades; segundo, contribuir para a expansão e o enriquecimento da história social da escravidão em Pernambuco, valorizando o trabalho prévio de pesquisadores na área e construindo seu futuro.

Especificamente, é meu objetivo investigar a postura discursiva do senhorio pernambucano em relação a seus escravizados, desvendando as dinâmicas sócio-históricas da relação entre as partes. Almejo, também, construir um banco de dados quantitativo com informações demográficas, socioculturais, laborais, psicossociais e afins acerca da população escravizada em Pernambuco. Com isso, pretendo revelar as características do mercado interno de cativos em meados do oitocentos, como as demandas e preferências dos senhores pernambucanos, a partir dos anúncios de jornal.

Quem fez algo semelhante a isso antes de mim?

Lília Schwarcz⁵⁴, assim como eu pretendo, abordou a percepção dos escravizados na voz de seus senhores a partir dos jornais paulistas e de seus editoriais, seções “científicas”, notícias, contos, ocorrências policiais e anúncios, no final do século XIX.

Schwarcz, contudo, enfocou em uma análise da dimensão pragmática, majoritariamente, de suas múltiplas fontes, sem destacar nelas a condição de potenciais veículos de discurso e colocando em segundo plano a relação quantitativa dos dados colhidos na documentação.

Robson P. Costa⁵⁵, por sua vez, estudou a “Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação”, relação especial na qual os senhores eram obrigados a matricular seus cativos, sob risco de perdê-los, após a Lei do Ventre Livre.

Em sua dissertação, Costa construiu uma relação quantitativa similar à que proponho, abordando idade, cor, estado civil, profissão, família, moral etc., mas tecendo sua análise histórica diretamente da fonte para a escrita, sem o intermédio da crítica linguística e sem uma análise do texto em sua integridade. Nossas categorias serão relativamente distintas.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ COSTA, Robson P. **Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888**. Recife, PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

Somo os pontos centrais de ambos os trabalhos e proponho tanto a análise discursiva dos anúncios de escravizados quanto a relação quantitativa de seus signos linguísticos, como explico no capítulo de teoria e metodologia.

Não sou o primeiro, por outro lado, a sugerir a interdisciplinaridade entre a linguística e a história, quanto ao estudo dos anúncios de escravizados. Ana Karine Bastos, em Recife, estudou o léxico e a estrutura discursiva dessas fontes, em sua dissertação⁵⁶, e suas tendências discursivas ainda hoje presentes, em sua tese⁵⁷.

Ana Josefina Ferrari, por sua vez, em Campinas, abordou a natureza das descrições dos escravizados nos anúncios, em sua dissertação⁵⁸, e voltou a estudar o tema em sua tese⁵⁹, acrescentando uma análise acerca da nomeação desses agentes.

Ambos os trabalhos partiram do ponto de vista e do referencial metodológico dos estudos linguísticos, extraíndo de um *corpus* tradicionalmente histórico o material de análise linguística. Entretanto, assim como Ivana S. Lima, eu partirei da ciência histórica e utilizarei ferramentas da linguística para auxiliar na análise historiográfica.

A “dupla natureza do discurso senhorial”, explicada e expandida ao final do terceiro capítulo, responde às seguintes perguntas-problema: o que legitima, histórica e linguisticamente, o tratamento de pessoas como objeto, como veremos? Esse tratamento é particular à população escrava? Essa objetificação tem relação com o racismo de Antigo Regime? Por outro lado, como e por que o escravizado ainda era representado, em alguns momentos, como um ser humano, como também veremos? Se fosse apenas uma coisa, por que seu dominador o batizava, o vestia, o ensinava, permitia seu divertimento, tolerava sua fé e o deixava formar família? Em resumo, por que, simultaneamente, o escravizado aparenta ser e não ser?

Essa é a razão do título deste trabalho. O deprimido príncipe Hamlet entoava: “Ser ou não ser, essa é que é a questão:/Será mais nobre suportar na mente/As flechadas da trágica fortuna,/Ou tomar armas contra um mar de escolhos/E, enfrentando-os, vencer?”⁶⁰.

⁵⁶ BASTOS, Ana Karine. **O léxico dos anúncios de escravos nos jornais do Recife do século XIX (1853-1855)**. Recife, PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2007.

⁵⁷ Id. **Anúncios de escravos: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife**. Recife, PE. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2016.

⁵⁸ FERRARI, Ana Josefina. **A voz do dono**. Campinas, SP. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001.

⁵⁹ Id. **Nomes próprios de pessoa e descrição: estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos**. Campinas, SP. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2008.

⁶⁰ SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2013. p. 94.

Originalmente, o clássico trecho shakespeariano representava um monólogo sobre o dilema entre escolher morrer, e enfrentar as possíveis consequências dessa decisão, ou preferir viver, e tomar as rédeas da resistência às agruras da vida. A pergunta, todavia, ganhou o sentido de questionar o próprio existir e o significado de viver – ou sobreviver.

Esta pesquisa expõe o processo de continuidade e ruptura do agente cativo entre a existência e a não existência, entre a condição humana e a objetificação, entre a liberdade e a opressão – a partir da perspectiva de seus senhores. Por isso, ser ou não ser, entre a *comodificação* e a *subjetivação*.

O próximo capítulo expõe meus referenciais teóricos e a metodologia utilizada no trabalho. Acredito que dedicar uma seção desta dissertação para essa exposição não seja dispensável, uma vez que minha pesquisa *se intromete* na linguística, cujos conceitos e ferramentas não são tão familiares à historiografia.

De base materialista e crítica, a teoria deste trabalho é composta, principalmente, pelo conceito marxiano de *totalidade*; pela dinâmica da negociação e do conflito, de J. J. Reis e E. Silva; pela crítica à historiografia tradicional do escravismo, em C. Moura, A. Nascimento e B. Nascimento; pela *Análise Crítica do Discurso*, em N. Fairclough, T. van Dijk e T. van Leeuwen; e pelo conceito de signo linguístico, de F. de Saussure.

A metodologia, de teor indutivo-dedutivo, envolve uma proposta qualitativa de análise do discurso e outra quantitativa de investigação dos signos encontrados, tendo a historiografia da escravidão como referência.

Portanto, no terceiro capítulo, “Do fato à análise”, dissecó, tendo como base a *Análise Crítica do Discurso*, três exemplos de anúncios de venda e três exemplos de anúncios de fuga para, a partir deles, encontrar seu “modelo” e gestar as categorias da pesquisa e a perspectiva analítica que guiarão todo o trabalho.

O núcleo da pesquisa está no quarto e no quinto capítulos, nomeados “Dimensão Comodificadora” e “Dimensão Subjetivadora”, as quais representam a dialética do discurso senhorial, preso entre uma constante objetificação e seu contrário, a humanização, dos agentes históricos escravizados. Neles, estão as tabelas-síntese dos signos encontrados nos anúncios, organizadas de acordo com as categorias gestadas no terceiro capítulo.

Por fim, retomo os resultados encontrados nos capítulos anteriores em minhas considerações finais, “Da análise ao fato”, realizando um balanço crítico da pesquisa e expondo minhas conclusões.

2 UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR: TEORIA E METODOLOGIA

Como adiantado na Introdução, a aliança entre história e linguística é uma constante neste trabalho. Cada uma serve a uma função na análise do *corpus*, mas os referenciais não devem ser tomados isoladamente: as teorias buscam coerência entre si, de modo a se complementarem.

Dedico este capítulo à exposição e ao aprofundamento dos referenciais teóricos que guiam essa pesquisa, bem como da metodologia que a estrutura. Ele é necessário para deixar explícito com quais definições das categorias aqui presentes eu trabalho, uma vez que “totalidade”, “dialética”, “discurso”, “signo” e afins não sejam pontos pacíficos nas ciências humanas.

2.1 Teoria histórica

Uma perspectiva de importância ímpar para a compreensão do paradigma sobre o qual esta pesquisa se baseia é a da *totalidade*. Categoria de gênese hegeliana, mas de transformação marxista, a determinação do todo sobre as partes⁶¹ constitui a essência de nosso método.

O contexto histórico e os fatos que nele são encenados constituem uma *totalidade dinâmica*, cujo movimento resulta do caráter contraditório das totalidades de menor complexidade que a compõem⁶². A descoberta das relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas é uma das tarefas do fazer histórico.

Em outras palavras, não há como se compreender os processos sócio-históricos e as relações entre agentes, temporal e espacialmente localizados, sem atentar para as determinações que esse espaço-tempo impõe aos agentes – e, reciprocamente, que os agentes impõem ao espaço-tempo:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos⁶³.

⁶¹ LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018. p. 105.

⁶² NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 57.

⁶³ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25.

O ser social é um processo cujo movimento é dinamizado por contradições, diz José Paulo Netto⁶⁴. A *suprassunção*⁶⁵ dessas contradições conduz o agente histórico a patamares de crescente complexidade, gestando novas contradições: não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos.

Assim sendo, adianto que a hipótese a qual responde às perguntas feitas na Introdução é existência de uma aparente contradição discursiva – ou uma dupla dimensão, dicotômica entre si, no discurso senhorial – quando o objeto/sujeito alvo do discurso é um indivíduo escravizado. As características dessa contradição serão expostas no próximo capítulo.

Para a visualização dessa contradição, porém, será necessário que “desmontemos” os elementos discursivos encontrados nas fontes, investigando seus pormenores para além da perspectiva superficial e imediata que sua aparência nos permite. Esse exercício lembra a analogia feita por Hegel quanto ao “descascar” de uma cebola, uma camada após a outra, para compreender o que há em sua profundidade⁶⁶.

O exercício, entretanto, é apenas uma abstração, a extração de um elemento de seu contexto determinado para examiná-lo⁶⁷, mas que não corresponde ao concreto em si, visto que ele só se resolve na totalidade. Para que não nos percamos nessa abstração, é necessário voltar a fazer a viagem de modo inverso, até nos depararmos novamente com o discurso, dessa vez não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de determinações e relações diversas⁶⁸.

O materialismo não nos insta a apresentar o que pensamos ou cremos acerca de um determinado tema, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas⁶⁹. Ao contrário, é imperativo que as dinâmicas *reais* sejam descobertas a partir da efetividade do movimento a partir de sua própria lógica, ou seja, a reprodução *ideal* de seu movimento *real*.

Aliás, a abstração de tentar recapturar uma totalidade a partir de suas totalidades constituintes em muito nos lembra do *paradigma indiciário*, de Carlo Ginzburg⁷⁰, o qual

⁶⁴ NETTO. Op. cit. p. 31.

⁶⁵ *Aufhebung*, do alemão, categoria presente tanto em Hegel quanto em Marx, refere-se, ao mesmo tempo, a um processo histórico de supressão, superação e conservação.

⁶⁶ HEGEL, Georg W. F. *The Encyclopaedia Logic: Part I of the Encyclopaedia of philosophical sciences*. Indianapolis: Hackett, 1991. p. 297.

⁶⁷ NETTO. Op. cit. p. 44.

⁶⁸ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 259.

⁶⁹ NETTO. Op. cit. p. 52.

⁷⁰ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 169.

compreende que, quando as causas não são reproduzíveis, só nos resta inferi-las a partir de seus efeitos:

As razões da “incerteza” da medicina pareciam ser fundamentalmente duas. Em primeiro lugar, não bastava catalogar todas as doenças num quadro ordenado: em cada indivíduo, a doença assumia características diferentes. Em segundo lugar, o conhecimento das doenças permanecia indireto, indiciário: o corpo vivo era, por definição, inatingível. Certamente podia-se seccionar o cadáver; mas como, do cadáver, já corrompido pelos processos da morte, chegar às características do indivíduo vivo?⁷¹

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas, os sinais, indícios e vestígios, que permitem tentar decifrá-la⁷². A tendência a apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à distância emocional do observador⁷³; isso só tende a aumentar quando há quase dois séculos de distância entre o fato e o fazer histórico.

Contudo, nos atentemos: articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo “tal como ele foi”. Significa, diz Walter Benjamin⁷⁴, apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de perigo: “É irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela”.

Ademais, não há documento de cultura, hoje, tal qual as edições quase bicentenárias do *Diário de Pernambuco*, que também não seja documento de barbárie⁷⁵. Do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, não o pode assim também o processo histórico que o construiu. Para além de apenas participar da transmissão de uma tradição, cabe ao historiador, portanto, escovar a história a contrapelo.

Afinal, construiremos a história dos vencidos a partir das palavras dos vencedores. Não existe fazer histórico isento nem imparcial, especialmente quando temos, enquanto fonte, um documento singularmente redigido, publicado e, acima de tudo, conservado. Há razões essencialmente políticas – no sentido de *poder*, ou a ausência dele – para que sejam justamente *essas* palavras que tenham chegado até nós, no presente.

Nosso labor será análogo ao anjo de Benjamin que, com “os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas”, voltou o rosto para o passado e visualizou uma cadeia de fatos

⁷¹ Ibid. p. 166.

⁷² Ibid. p. 177.

⁷³ Ibid. p. 163.

⁷⁴ BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 11.

⁷⁵ Ibid. p. 13.

como uma catástrofe sem fim⁷⁶. Ele até gostaria de acordar os mortos e reconstituir o que foi destruído a partir de seus fragmentos, mas o progresso do tempo o arrasta para o futuro, lhe restando apenas contemplar o monte de ruínas que cresce a sua frente.

Uma outra raiz teórica de importância para este trabalho é aquela mais bem sintetizada pelo trabalho conjunto de João José Reis e Eduardo Silva:

O simples exame da participação dos cativos na população total do país, altíssima até os inícios do século passado, nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravos pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do “temor da violência”, não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política. [...] No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema⁷⁷.

Em outros termos, esta pesquisa busca evitar análises que se resumam a escolher um dos termos da dicotomia tradicional da historiografia do escravismo: de um lado, Zumbi de Palmares, a “ira sagrada”; de outro, Pai João, a “submissão conformada”⁷⁸. É preciso reconhecer o poder de agência da população escravizada no Brasil, cuja força de negociação não deve ser apenas explicada pela via do paternalismo, mas sim, ao construirmo-los como *agentes* históricos propriamente ditos.

Essa perspectiva não é nova. Kenneth Stamp⁷⁹ já outrora percebera uma tática de “gerenciamento de brancos” (*management of whites*) que os escravizados em atividades as quais permitiam um contato mais próximo com seus senhores tinham a oportunidade de aprender. Seja fingindo, mentindo, sendo desleal ou manipulando a libido, os cativos e cativas “da casa” podiam conquistar uma verdadeira margem de negociação a partir de diversas frentes – e os senhores não fariam diferente.

No Brasil, a documentação diretamente produzida por escravos parece ter sido muito pequena. A odisseia de Mahommah G. Baquaqua⁸⁰ é sempre lembrada nesses momentos, mas é um pequeno oásis em uma realidade em que menos de um a cada mil escravizados sabiam ler e escrever⁸¹. Qualquer indício que sugira a capacidade dessa população de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses deve ser valorizado.

⁷⁶ Ibid. p. 14.

⁷⁷ REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 14.

⁷⁸ Ibid. p. 13.

⁷⁹ STAMPP apud CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, 29/30, p. 41-78, 2003.

⁸⁰ LARA, Sílvia H. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 269-284, 1988.

⁸¹ REIS; SILVA. Op. cit. p. 15.

Além disso, já não é mais possível pensar os escravizados como um bloco homogêneo apenas por *serem* escravizados⁸². Ser meramente “força de trabalho”, sobre a qual as forças transformadoras da história apenas agem – sem serem por ela reciprocamente afetadas – não parece ser uma análise suficiente.

Cativos do sul dos Estados Unidos verbalizaram: “os brancos fazem como gostam; os pretos, como podem”. Contudo, os senhores e a sociedade em geral muitas vezes foram obrigados a reconhecerem um certo espaço de autonomia para eles⁸³.

Por exemplo, o fabrico de açúcar, umas das tecnologias mais complexas da época, não seria viável sem uma mínima negociação entre senhores. O risco de sabotagem, além da necessidade de conhecimentos técnicos específicos, eram dois fatores importantes a se considerar⁸⁴.

Os senhores entendiam que era necessário a negociação. Seus escravizados compreendiam que o mais negociador dos senhores um dia usaria o chicote. Não se vivia uma verdadeira paz no regime escravista: ambas as partes buscavam ocupar posições de força a partir das quais se pudesse ganhar suas pequenas batalhas⁸⁵. É mais do que evidente, entretanto, que os senhores e seus agentes detinham uma enorme vantagem.

É por isso, aliás, que além da inteligência e da criatividade, a população cativa fez uso da força individual ou coletiva para o enfrentamento. As revoltas, a formação de quilombos e a violência pessoal conviveram com estratégias pacíficas de resistências. Pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural entraram no rol de estratégias que os escravizados tiveram a seu dispor.

Clóvis Moura chamou o receio dessas insurreições e o estado de pânico dele decorrente, por parte dos senhores, de *síndrome do medo*⁸⁶. O “perigo de São Domingos” e tantas outras obsessões teriam transformado o senhorio em neuróticos e determinariam seu comportamento elementar quanto às medidas repressivas contra as rebeliões.

Aliás, toda essa reflexão de Reis e Silva em muito converge com nossa última matriz teórica histórica: a ruptura epistemológica de intelectuais negros e negras contra o servilismo acadêmico dos estudos sociais brasileiros no início do século XX.

⁸² Ibid. p. 20.

⁸³ Ibid. p. 21.

⁸⁴ SCHWARTZ apud REIS; SILVA. Op. cit. p. 18.

⁸⁵ REIS; SILVA. Op. cit. p. 32-3.

⁸⁶ MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 276.

Moura, um deles, enxergava a deficiência metodológica desses estudos quanto à ligação insuficiente das raízes históricas da população negra com seus descendentes no presente⁸⁷. Uma sociedade competitiva como a de capitalismo dependente, a qual substituiu nosso escravismo colonialista, remanipula os símbolos senhoriais e procura apagar a memória desses agentes, com o objetivo de torná-los ahistóricos, na visão de Moura.

Para nós, porém, não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana – explorados e exploradores – é descartar ou escamotear o fundamental⁸⁸.

Moura compreendia a interpretação social de Gilberto Freyre como a romantização de um escravismo composto por senhores bondosos e escravos submissos, empaticamente harmônicos, que dificulta a possibilidade de se enxergar as contradições agudas que existiam entre esses grupos⁸⁹.

Para Abdias Nascimento, Freyre objetivava o desaparecimento inapelável do descendente africano e o embranquecimento de sua pele e de sua cultura⁹⁰. O sociólogo pernambucano cunhara eufemismos para racionalizar as relações de raça no Brasil, como o termo “morenidade”, que embranquecera a pele e a cultura do negro. Não se trataria de um jogo de palavras ingênuo, na visão de Nascimento, mas uma proposta cuja mística seria essencialmente racista.

Os trabalhos acerca do escravismo, na primeira metade do século XX, procuravam estudar e interpretar o negro não como um ser socialmente situado em uma determinada estrutura, mas como componente de uma cultura diferente do *ethos* nacional, do padrão tido como normativo, ocidental⁹¹.

Beatriz Nascimento acreditava que o branco brasileiro, de um modo geral, e o intelectual em particular, recusa-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça⁹². Ele abominaria a realidade racial do Brasil por comodismo, medo ou até mesmo racismo.

⁸⁷ Id. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, p. 124-135, 1983. p. 125.

⁸⁸ Ibid. p. 124.

⁸⁹ MOURA, 2019. p. 40.

⁹⁰ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 49-50.

⁹¹ MOURA, 2019. p. 43.

⁹² NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 41.

No Brasil, contudo, é justamente a escravidão que define a qualidade, a extensão e a intensidade da relação física e espiritual dos filhos de três continentes que lá se encontraram⁹³. E além: o escravismo, ao mesmo tempo em que se opõe a um sistema econômico de tipo moderno, é a sua própria razão de existência, a base socioeconômica de sua gênese⁹⁴.

Em paralelo à tese da benignidade da escravidão no Brasil e da democracia racial freyreana, há aquela da existência de um suposto *homem cordial*, cujo *ethos* especial o colocaria em uma posição de incompatibilidade congênita com qualquer regime opressivo, na interpretação de Moura⁹⁵. Assim sendo, o oprimido seria alienado de sua condição enquanto tal, tornando-se passivo à dominação de um senhor essencialmente “incapaz” de oprimi-lo.

A argamassa cultural que sustentou ideologicamente essa narrativa, ainda no período escravista, foi a literatura, para Moura⁹⁶. Essa frente artística abordaria, por vezes, o escravizado no seu sofrimento ou na sua lealdade, o construindo enquanto uma figura humilde ou rebelde⁹⁷.

Tipos ideais sempre presentes seriam a “mãe preta”, a mucama doméstica, o trabalhador fiel ao protagonista e até relações íntimas entre senhores e cativos. O que não se encontra nessa literatura é o negro enquanto ser, como ser humano igual ao branco, disputando o lugar de herói. A única exceção, dizia Moura, seria Castro Alves.

Descortinando-se a ideologia, o que caracterizaria o período escravista brasileiro seria a luta do escravizado contra o aparelho de Estado monárquico⁹⁸. Para Moura, portanto, os estudos sociais que abordarem essa dicotomia básica restituiriam ao negro cativo sua postura de agente social dinâmico⁹⁹. Não por haver criado a riqueza comum, mas por haver criado mecanismos de resistência ao tipo de sociedade cujo criador dessa riqueza era alienado de todo a produção.

2.2 Teoria linguística

O paradigma que guia as ferramentas linguísticas as quais utilizo fora solidificado pela Linguística Sistêmico-Funcional, cujo ponto de partida – a sociedade e a situação de uso da linguagem – lhe permite ser caracterizada como teoria social, dado que seu foco está em

⁹³ NASCIMENTO, A. Op. cit. p. 57.

⁹⁴ NASCIMENTO, B. Op. cit. p. 71.

⁹⁵ MOURA, 1983. p. 129.

⁹⁶ Id., 2019. p. 54.

⁹⁷ Ibid. p. 53.

⁹⁸ Ibid. p. 45.

⁹⁹ Ibid. p. 46.

entender como a comunicação se estabelece, qual a relação entre os agentes da comunicação e quais as semioses da manifestação linguística¹⁰⁰.

Diferentemente da linguística tradicional, a Sistêmico-Funcional parte do significado, não da forma, que é por ele determinada¹⁰¹. Sua unidade semântica é o texto, o qual expressa as necessidades dos falantes em contextos específicos. Essa teoria nos permite mostrar características vivas da sociedade a partir da linguagem, afinal, uma maneira de entendê-la é analisar os textos por ela produzidos, dado que é pela comunicação que o indivíduo revela seus valores e suas representações¹⁰².

Um dos desdobramentos oriundos das discussões dessa vertente linguística é a chamada *Análise Crítica do Discurso* (ACD) – ou *Análise do Discurso Crítica*, ou, ainda, *Estudos Críticos do Discurso*¹⁰³. A ACD, entre as várias concepções de seus proponentes, pode ser definida como um conjunto de abordagens interdisciplinares para estudos críticos da linguagem enquanto prática social¹⁰⁴.

Aliás, a percepção da linguagem como prática social é caríssima à ACD. Norman Fairclough define “prática social” como uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, sejam atividades produtivas, relações, identidades, valores ou semioses, todos dialeticamente relacionados¹⁰⁵ e espaço-temporalmente localizados.

A linguagem seria parte irredutível da vida social nessa perspectiva, pressupondo, portanto, uma relação dialética entre linguagem e sociedade¹⁰⁶. A prática social, por sua vez, seria um conceito intermediário entre o potencial das estruturas sociais mais fixas e o concreto das ações individuais mais flexíveis¹⁰⁷.

Afinal, não há necessariamente uma influência direta da estrutura social sobre a fala, mas tampouco a fala seria livre de determinações. Estruturas sociais seriam observadas por

¹⁰⁰ BARBARA, Leila. Linguística sistêmico-funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, n. 10, v. 1, p. 89-107, 2009. p. 90.

¹⁰¹ Ibid. p. 90-1.

¹⁰² Ibid. p. 95.

¹⁰³ Entre as diversas traduções para o português de *Critical Discourse Analysis*, temos, como exemplos de ACD, os artigos de Wodak (2004) e Fairclough (2012). Já para ADC, temos o livro de Vieira & Resende (2016). Por fim, foi Van Dijk (2008) quem sugeriu a troca do nome para ECD.

¹⁰⁴ VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2016. p. 14.

¹⁰⁵ FAIRCLOUGH, Norman. *Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa científica*. **Linha D'água**, São Paulo, n. 25 (2), p. 307-329, 2012. p. 308-9.

¹⁰⁶ VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 15.

¹⁰⁷ Ibid. p. 16.

membros sociais que, por seu turno, tomariam como influência para seus discursos e práticas¹⁰⁸.

Essa dinâmica é chamada por Teun Van Dijk de triângulo discurso-cognição-sociedade.

A ACD é “crítica” porque visa oferecer suporte científico à crítica situada de problemas sociais relacionados ao poder enquanto controle, ou seja, está interessada no estudo de questões concernentes à desigualdade social e à dominação e no papel do discurso nessas questões¹⁰⁹.

Os Estudos de Discurso, mais especificamente, podem ser definidos como “críticos” se satisfazem um ou vários dos seguintes critérios, em que “dominação” significa “abuso de poder social por um grupo social”: relações de dominação são estudadas principalmente da perspectiva do grupo dominado e do seu interesse; as experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante; pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas; podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados¹¹⁰.

Há diversas maneiras para alcançar o material de análise da ACD: análise gramatical (fonológica, sintática, lexical, semântica etc.), análise pragmática (atos de fala e atos comunicativos), análise retórica, análise estilística, análise de estruturas textuais específicas, análise conversacional, análise semiótica e análise multimodal¹¹¹.

A ACD não pesquisa, porém, a linguagem enquanto um sistema semiótico isolado, mas enfocando o momento do discurso, uma parte de toda a prática social. Em consequente, as análises discursivas, além de articularem análises linguísticas do texto, precisam convocar explicações de caráter sócio-históricas¹¹², as quais são o nosso interesse aqui. É por isso que considerar o contexto de uso da linguagem é um elemento crucial para a investigação¹¹³.

O discurso é exatamente isso, linguagem em contexto. Para Fairclough, *discurso* é tanto a linguagem como momento irreduzível da vida social quanto um modo particular de representar o mundo¹¹⁴. Para a ACD, conseqüentemente, interessam aqueles contextos situados que envolvam o poder¹¹⁵.

Van Dijk é quem investigou com primor essa faceta dos estudos críticos. Poder social é por ele definido em termos de controle de um grupo sobre outros grupos ou sobre a ação

¹⁰⁸ VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 26.

¹⁰⁹ Ibid. p. 15.

¹¹⁰ Ibid. p. 15.

¹¹¹ Ibid. p. 11.

¹¹² VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 13.

¹¹³ WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)Curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004. p. 224.

¹¹⁴ VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 19.

¹¹⁵ Ibid. p. 22.

desses¹¹⁶. Caso esse controle se dê contra o interesse dos controlados, mas a favor do interesse dos que exercem o poder, falamos em *abuso* de poder.

O abuso só pode se manifestar, linguística e discursivamente falando, na língua na qual exista a possibilidade de variação ou escolha, dependendo da posição ou da ideologia do falante¹¹⁷. Assim sendo, a ACD se concentra nos sistemas e estruturas da língua que podem variar em função dessas condições sociais do uso linguístico, tipicamente associados à confirmação ou à reprodução do poder social do falante¹¹⁸.

Uma abordagem crítica do discurso, para Ruth Wodak, exige teorização e descrição dos processos que levaram à produção de um texto e dele em relação aos sujeitos sócio-históricos que o interpretam e com ele interagem¹¹⁹. Muito raramente um texto seria resultado do trabalho de apenas uma pessoa¹²⁰, afinal. Costumam ser espaços de luta, dado que guardam traços de diferentes discursos em disputa pelo controle, tanto em sua concepção quanto em sua divulgação e interpretação.

Dessa forma, o primeiro passo para o controle social do discurso – que compõe um texto – é controlar seus contextos, de acordo com Van Dijk¹²¹. Os que exercem o poder podem, por exemplo, decidir quem pode e quem não pode participar de algum evento comunicativo, quando, onde e com que propósitos; ou seja, o *acesso* à publicação, à divulgação e à recepção de discursos¹²².

Essa é outra reflexão de importância para este trabalho, afinal, nossas fontes documentais são exemplos por excelência de abuso de poder quanto ao acesso às mídias impressas e à difusão de discursos acerca da escravidão e suas características. A dominância étnico-racial é também reproduzida por padrões diferenciais de acesso discursivo, aponta Van Dijk¹²³.

Se estamos investigando a voz dos dominadores nos jornais é porque foi muito difícil que a voz dos dominados fosse propagada nesses veículos. Uma condição importante para o exercício do controle social por meio do discurso é justamente o controle do discurso e de sua produção¹²⁴.

¹¹⁶ VAN DIJK. Op. cit. p. 17.

¹¹⁷ Ibid. p. 13.

¹¹⁸ Ibid. p. 14.

¹¹⁹ WODAK. Op. cit. p. 225.

¹²⁰ Ibid. p. 237.

¹²¹ VAN DIJK. Op. cit. p. 18.

¹²² Ibid. p. 19.

¹²³ Ibid. p. 96.

¹²⁴ Ibid. p. 43.

É por isso que o conceito de *hegemonia* pode ser tão útil à ACD. Para Antonio Gramsci¹²⁵, o poder é uma condição temporária, um equilíbrio instável. Da instabilidade da hegemonia, surge a “luta hegemônica” que, quando travada pelo discurso, é uma das maneiras tanto de se manter quanto de se contrapor ao poder dominante.

Para assegurar parcialmente essa posição hegemônica, difunde-se uma visão de mundo particular, igualando o interesse de um grupo ao da sociedade em geral, diz Terry Eagleton¹²⁶. Tem-se, então, a *ideologia*, outro conceito caro para a ACD.

Lembrando o triângulo de Van Dijk, a ideologia seria, para ele, uma estrutura cognitiva que controlaria a formação e a aplicação de outros tipos de cognição social¹²⁷. Ou seja, consistiria em normas, valores e princípios selecionados de forma a favorecer ações que beneficiem o grupo dominante. Acima de tudo, proporciona coerência às atitudes que determinam as práticas sociais, englobando uma construção da realidade social dependente de interesses particulares – não necessariamente objetivos – como se fosse a única possível.

Em resumo, o discurso é tanto socialmente constitutivo quanto constituído socialmente¹²⁸; e é aqui que entramos no campo do *significado*. O potencial semiótico que possibilita e regula nossas ações discursivas é reconhecido pela ACD como um sistema, em específico, de ordens do discurso.

Explico: o potencial de significados da linguagem advém das combinações particulares de *gêneros*, *discursos* e *estilos*, elementos conformadores de ordens do discurso¹²⁹. Todas as nossas opções semióticas são reguladas por esses elementos, os quais são recursos sincrônicos para a ação humana e produtos diacrônicos dela¹³⁰.

Discurso, como já foi exposto, são maneiras relativamente estáveis de representar o mundo, aquilo que queremos dizer. Estilos, por sua vez, são formas a partir das quais identificamos discursivamente a si e aos outros, os trejeitos particulares que nos definem. Gêneros, por fim, são maneiras de interagir discursivamente na vida social, a concretização do que dizemos.

Aponto isso para evidenciar que não trabalharei com o conceito de *gênero textual*, para identificar, por exemplo, o gênero “anúncio”. Veremos, neste trabalho, *gêneros discursivos*, ou

¹²⁵ GRAMSCI apud VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 26.

¹²⁶ EAGLETON apud VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 26.

¹²⁷ VAN DIJK. Op. cit. p. 48.

¹²⁸ VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 46.

¹²⁹ Ibid. p. 44.

¹³⁰ Ibid. p. 50.

seja, um tipo de prática social discursiva¹³¹, que de forma alguma pode ser entendido como um tipo textual fixo, mas como um dos momentos da ordem do discurso¹³².

É por isso que não nos cabe aqui descrever as características que conformam um padrão de um anúncio jornalístico, suas estruturas sintáticas nem seu histórico sociolinguístico, mas sim, os elementos que padronizam encontrar o *discurso* senhorial e sua significação, neste momento materializados em anúncios de compra, venda, aluguel e fuga de escravizados.

O potencial de significação, aliás, em muito se entrelaça com o conceito de *jogos de linguagem*, de Ludwig Wittgenstein. Para Freitas e Silva¹³³, o filósofo austríaco, um dos expoentes da dita “virada linguística”, acreditava ser necessário, ao buscar significados na comunicação, que eles fossem evidenciados por falantes já cientes das regras de uso e da consistência semântica dos termos.

Dessa forma, conceber-se-ia a linguagem como um jogo que, portanto, exigiria o treinamento das regras – o rol de escolhas possíveis em um mesmo potencial semiótico – que fundamentam seu uso cotidiano¹³⁴. É por isso que os significados evocados pelo discurso senhorial não serão transportados do presente ao passado, ao contrário: serão confessados pelo próprio contexto histórico. Vejamos como isso acontecerá.

2.3 Metodologia

Exposto a justificativa, os objetivos e o embasamento teórico deste trabalho, resta-nos o método. Como dito, nossas fontes documentais são anúncios de venda e fuga, dispostos nas últimas páginas das edições do *Diário de Pernambuco* no período referente à presidência de província do então barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, entre 1837 e 1843.

Selecionei e transcrevi dados de 1.676 indivíduos, dispostos em, aproximadamente, mil anúncios de venda e trezentos anúncios de fuga – em alguns anúncios, foram descritos mais de um escravizado – dispostos em dez edições do *Diário* para cada um dos sete anos escolhidos para a pesquisa.

Duas são as grandezas linguísticas que foram extraídas da documentação para permitir sua respectiva análise histórica: o *discurso* e o *signo*.

¹³¹ VAN DIJK. Op. cit. p. 141.

¹³² VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 60.

¹³³ FREITAS, Edivaldo S.; SILVA, Ícaro G. Gramática dos jogos de linguagem e significado no segundo Wittgenstein. *Kínesis*, Marília, v. 10, n. 25, p. 128-148, dez. 2018. p. 140.

¹³⁴ Ibid. p. 137.

A primeira grandeza e como ela se manifesta linguisticamente foi suficientemente explorada teoricamente na última seção. Compondo a perspectiva qualitativa deste trabalho, o discurso entrará em cena no próximo capítulo, dentro do qual demonstrarei uma proposta de sua análise crítica em três anúncios de venda e três anúncios de fuga.

Esse exercício não intenta ser apenas uma ilustração: é a partir dele que gestarei as categorias de análise que nos acompanharão até o fim do trabalho e que exporei a origem da dupla natureza do discurso senhorial, a hipótese central desta dissertação, em resposta às perguntas da Introdução.

Assim sendo, podemos dizer que a descoberta de nossas categorias tem como base um método indutivo-dedutivo: ao mesmo tempo baseado teoricamente em um paradigma, mas com abertura para o descortinar do próprio contexto histórico. O método nos guia em nossa busca, mas nos permite mudar de perspectiva à medida em que o fato se apresenta a nós.

Para a ACD, aliás, as categorias, quando aplicadas na análise de textos concretos, devem ser utilizadas como ferramentas para a investigação de problemas sociais, pois não se justificam em si mesmas, mas no que possibilitam compreender quanto ao funcionamento social da linguagem¹³⁵. Ao entender as condições de produção, distribuição e consumo do texto, exploramos o modo como atores sociais legitimam maneiras de ver o mundo ou se opõem a elas.

Ademais, pesquisas qualitativas são guiadas por um conjunto de crenças e de sentimentos em relação ao mundo, portanto, interpretativas¹³⁶. A primeira tarefa imposta ao investigador qualitativo é justamente a definição de sua concepção de mundo ou da natureza da realidade – por isso a dedicação à exposição teórica neste trabalho.

Além de algumas estratégias analíticas básicas expostas anteriormente – análise gramatical, análise retórica e análise semiótica – nesse exercício, duas outras táticas compõem o *front* investigativo: a análise avaliativa e a análise da representação dos atores.

A avaliação, em textos, diz respeito a apreciações ou perspectivas do locutor sobre aspectos do mundo, considerando-os bons ou ruins, se os deseja ou não¹³⁷. São sempre parciais e subjetivas, em consequente, referem-se aos processos mais particulares da discursividade. Portanto, é a partir da avaliação no discurso senhorial que podemos encontrar vestígios da percepção da sociedade quanto aos agentes históricos alvos dos anúncios.

¹³⁵ VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 22-3.

¹³⁶ Ibid. p. 76-7.

¹³⁷ Ibid. p. 121.

Em geral, podemos identificar quatro formas de avaliar¹³⁸: *afirmações avaliativas*, quando se é avaliado em termos de desejo ou de repulsa de algo ou alguém; *avaliações afetivas*, quando envolvem reflexões, sentimentos e percepções particulares; *afirmações com modalidades deônticas*, quando envolvem aspectos do mundo em termos de obrigatoriedade ou necessidade de algo; e *presunções valorativas*, o tipo avaliativo mais implícito, sem marcadores transparentes.

Theo van Leeuwen, por sua vez, direcionou parte de sua pesquisa para responder ao questionamento: como os atores sociais podem ser representados no discurso¹³⁹? Com isso, o linguista neerlandês concebeu uma tipologia de representações, cujas formulações serão bastante úteis para nosso exercício. A base dessa tipologia está na identificação de três dicotomias, cujas categorias se subdividem em diversos níveis mais específicos.

A primeira dicotomia, e mais fundamental, é a representação de atores pela via da *inclusão* – ou seja, quando são mencionados a partir de algum traço identificável no texto – ou da *exclusão* – quando atores sociais e suas atividades são ou suprimidos, ou colocados em segundo plano¹⁴⁰. A escolha entre incluir ou excluir um ator envolve a adequação de um texto aos interesses e propósitos do locutor em relação ao receptor por ele entendido.

A segunda dicotomia envolve a representação de um ator pela via da agência ou da passividade em uma dada ação. Ou seja, quando há a *ativação*, os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas; diferentemente de quando há a *passivação*, quando eles são representados como submetidos à ação ou receptores dela¹⁴¹.

Por fim, a última dicotomia envolve a escolha entre representar um ator social por meio de personalização, ou seja, pela humanização mais ou menos determinada e mais ou menos específica; ou por meio da impersonalização, quando há referência a outros meios pelos quais se identifiquem os atores, como qualidades abstratas ou características objetivas às quais são associados¹⁴².

Encerrado o exercício de análise do discurso, os demais capítulos enfocam na segunda grandeza linguística, compondo, assim, o trabalho quantitativo desta pesquisa histórica.

A gênese teórica do *signo linguístico* está em Ferdinand de Saussure, um dos precursores da linguística enquanto ciência. O linguista suíço, conhecido por suas dicotomias, chamou de

¹³⁸ FAIRCLOUGH apud VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 121-2.

¹³⁹ VAN LEEUWEN, Theo. Representing social actors. In: **Discourse and practice**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. p. 23.

¹⁴⁰ Ibid. p. 28-9.

¹⁴¹ Ibid. p. 32-3.

¹⁴² Ibid. p. 46.

signo a combinação entre um conceito, ou *significado*, e uma imagem acústica, ou *significante*, veículo concreto a partir do qual o significado transita¹⁴³.

Um signo particular seria regido pela negação, em uma totalidade de significações, de tudo aquilo que não intenta representar; o resultado dessa subtração, a ideia restante, seria seu significado. A noção de signo é demasiadamente importante para a semiótica, visto que é sua unidade básica de representação de significados.

Trabalharei com esse conceito para sistematizar as informações extraídas dos anúncios de jornal. Em vez de quantificar os padrões de “palavras”, “vocábulo” ou o próprio significado reificado em si, investigarei a quantidade de vezes que uma dada ideia se repete no discurso senhorial.

Ou seja, dentro de cada categoria global de análise, demonstrarei o padrão de repetição de um dado signo na totalidade de anúncios selecionados, buscando identificar as preferências ou percepções do senhorio pernambucano em relação a seus escravizados. Por exemplo, em uma dada categoria “Ofício”, a quantidade de vezes que o signo “*mucama*” se repete pode se relacionar à essência com a qual os senhores mais objetificavam suas cativas.

E por que usar signos e não simplesmente abordar as palavras e seus significados como eles nos vêm naturalmente? Porque isso seria considerar que os juízos enunciados por um emissor coincidem com a verdade, e não com a sua interpretação particular que parte de uma escala de valores e símbolos própria.

Ao anunciarem um “escravo pardo”, por exemplo, devemos sempre encarar esse “pardo” como uma interpretação individual de uma realidade que se apresentou na frente do anunciante, com base em seu universo simbólico e discursivo, aprendido e apreendido ao longo de sua vida em sociedade. Não farei, portanto, a quantificação de escravizados “pardos” nos anúncios, mas de quantas vezes a *ideia* “pardo” foi reproduzida por um agente social e como podemos interpretar a forma como esse agente entendia o que era ser “pardo”.

Trabalhar com ideias, e não apenas com palavras, é também justificado por uma dicotomia saussuriana. As relações entre termos linguísticos, para Saussure, se desenvolvem tanto em uma esfera *sintagmática* – ou seja, dentro de uma cadeia falada, cujas variações estão limitadas pela recombinação de termos em uma mesma série linear – quanto em uma esfera *paradigmática* – ou seja, em relações associativas: mesmo distintos em significantes, os termos se aproximam no significado¹⁴⁴.

¹⁴³ SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 107.

¹⁴⁴ Ibid. p. 171-2.

Dessa forma, além de poder variar os termos em combinações sintagmáticas – por exemplo, “fugiu um escravo pardo”, “um pardo escravo fugiu”, etc. – os senhores escolhiam, dentro de um gigantesco rol paradigmático, como expressarem ideias análogas – por exemplo, “escravo africano”, “escravo boçal”, “africano novo”, “negro da guiné”, etc.

Para cada categoria global, construirei tabelas dentro das quais estarão expostos os padrões de repetição de cada conjunto de signos análogos. A partir da visualização dessas constâncias e inconstâncias, retornaremos ao trabalho qualitativo.

Saussure foi pioneiro ao enxergar, na linguística, a existência de duas perspectivas de investigação, a saber, uma perspectiva *diacrônica*, a qual compete a evolução da língua e seus processos; e outra *sincrônica*, responsável pelo estado da língua em um dado momento de estudo¹⁴⁵.

A sucessão histórica dos fatos da língua não existe para o indivíduo falante, pois se encontra diante de um estado linguístico. Dessa forma, significados que imputamos a determinados termos no presente não necessariamente encontram procedência no passado, dado que se transformaram diacronicamente.

Para que nos aproximemos do sentido original e possamos dar continuidade à análise histórica, precisamos recorrer a ferramentas coetâneas aos anúncios que nos explicitem a sincronia, ou seja, como os agentes históricos do século XIX entendiam determinados signos: os dicionários.

Sugerido por Ivana Stolze Lima¹⁴⁶, utilizarei o *Diccionario da língua brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto, mas também recorrerei, quando necessário, ao *Diccionario da lingua portugueza* (1823), de Antonio de Moraes e Silva.

Dicionários, por si sós, constituem práticas discursivas com implicações e consequências para a vida social¹⁴⁷. Não são instrumentos neutros tampouco imunes a disputas sociopolíticas. Assim como com os anúncios, é importante que não tomemos a palavra de ambos os documentos históricos como final, mas como aliada ao exercício historiográfico.

Em geral, não aparenta haver algo especial na lexicografia de Silva Pinto em relação aos seus contemporâneos¹⁴⁸. Porém, além de ser um dicionário de bolso e barato, como se tratava

¹⁴⁵ Ibid. p. 123.

¹⁴⁶ LIMA, I. S. Luís Maria da Silva Pinto e o *Dicionário da Língua Brasileira* (Ouro Preto, 1832). *Humanas*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006.

¹⁴⁷ Ibid. p. 55.

¹⁴⁸ Ibid. p. 43-4.

da “língua brasileira”, possivelmente manteve usos e vocábulos singulares ao nosso cotidiano imperial¹⁴⁹.

Por fim, por que, tanto no exercício de análise do discurso quanto na análise dos signos, estendo o particular ao universal, ou seja, a “viagem de volta” do descascar hegeliano? Isso é justificado por Mikhail Bakhtin, que identificou a propriedade dos textos de serem recheados de fragmentos de outros textos (*intertextualidade*¹⁵⁰) e dos discursos neles presentes estarem articulados com outros discursos (*interdiscursividade*¹⁵¹).

Em resumo, não há texto ou discurso alguns que não estejam em referência a outros textos e discursos que os influenciaram, os determinaram ou os reafirmaram. Interesses e projetos de um mesmo grupo de poder muito provavelmente estão, direta ou indiretamente, alinhados. Vozes particulares ecoam nas vozes coletivas e vice-versa.

Portanto, em cada análise discursiva ou semiótica, tratarei as conclusões tomadas em relação a uma dada categoria como extensíveis à totalidade da sociedade senhorial pernambucana de meados do século XIX, cujas percepções e interesses estão, mesmo que resumidamente, em vestígios dos anúncios do *Diário de Pernambuco*.

¹⁴⁹ Ibid. p. 42.

¹⁵⁰ BAKHTIN apud VIEIRA; RESENDE. Op. cit. p. 135.

¹⁵¹ Ibid. p. 144.

3 DO FATO À ANÁLISE

No capítulo passado, indiquei que seria necessário um trabalho de “desconstrução” dos elementos discursivos coletados nas fontes, para viabilizar uma investigação minuciosa de sua natureza para além do que nos aparenta em sua superfície. Com o descortinar dos mistérios histórico-discursivos, tornaríamos à reconstrução da totalidade, de modo que ela nos apresente suas determinações e relações em um contexto inteligível e concreto.

Assim, neste capítulo, inicio a jornada tendo como ponto de partida o fato histórico, visualizado a partir de seus vestígios, rumo à análise histórico-linguística de suas determinações. Aqui, enfoco a análise do discurso das fontes históricas. Nos demais capítulos, a interpretação histórica dos signos linguísticos – a representação simbólica de ideias contidas no discurso.

Trago três exemplos de anúncios de venda e três exemplos de anúncios de fuga de escravizados do *Diário de Pernambuco* para, a partir deles, utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD), encontrarmos não apenas as categorias necessárias para a análise do *corpus*, como também a dicotomia determinante do discurso senhorial neles disposta.

A estruturação e a maneira como o dito discurso se manifesta, no decorrer do texto dos anúncios, é praticamente a mesma em todos os 1301 anúncios de venda e 375 anúncios de fuga coletados. Muito provavelmente seguiam um “modelo” esperado pela retórica dos jornais à época, uma vez que variavam apenas no conteúdo específico, naquilo que diferenciava um escravizado do outro.

Assim, não precisaríamos realizar o exercício de análise do discurso em todos os mais de mil e seiscentos anúncios para conseguirmos visualizar a quais categorias devemos nos atentar e utilizar como ferramenta analítica ao longo do trabalho. Mas, além disso, seria um trabalho exaustivo, longo e desnecessário, uma vez que é possível compreender seus fenômenos a partir de apenas alguns exemplos do gênero discursivo em questão.

Aqui, portanto, descortino o “modelo”, o padrão de elementos que deveria ser “preenchido” ao se redigir o anúncio, e como o encadeamento desses elementos viabiliza o trânsito do discurso senhorial. Nos demais capítulos, utilizo o “modelo” para organizar e classificar as especificidades, tornando a massa de signos coletados inteligível e analisável.

3.1 Anúncios de venda

Anúncios de venda de escravizados eram tipicamente assim redigidos:

[1] Uma escrava de nação angola de idade de 25 annos, bonita figura, e com principio de cozinhar e lavadeira: na rua da Conceição da Boa-vista D. 6.

[...]

[2] Uma negra de nação, moça, cozinha, engomma, ensaboa, e sem vicio algum nem achaques, defronte do beco da Congregação D. 14 primeiro andar¹⁵².

[3] Vendem-se duas pretas, uma de 17 annos, boa engommadeira, costureira, e cozinheira, e a outra da Costa, de 20 annos, com algumas habilidades; na Rua-velha n. 111¹⁵³.

A construção discursiva dessa modalidade de anúncio não poderia ser mais simples; seu estilo pode ser visto ainda no presente, nos classificados dos jornais de hoje.

Chama atenção, em um primeiro momento, a escolha em anunciar uma venda de escravizados a partir de uma voz passiva sintética – a junção de um verbo transitivo direto, *vender*, com um pronome apassivador “*se*” – com o verbo presente ou implícito, como nos dois primeiros anúncios.

Diferentemente dos anúncios de fuga, como veremos a seguir, raríssimos são os casos em que o senhor se identifica ao vender seus cativos, assumindo a voz passiva para publicizar sua “mercadoria”. Os escravizados “vendem-se”, em vez de serem vendidos por alguém determinado.

Não imagino que essa ocultação do senhorio seja em função de algum constrangimento em relação à atividade anunciada. Dezenas de escravizados eram vendidos diariamente; o escravismo era a norma, não a exceção.

Muito mais provável eram duas causas. A primeira, evitar chamar atenção para negócios potencialmente escusos após a lei de 1831. Vender um cativo próprio em boas condições, especialmente domésticos, não era recomendável¹⁵⁴. Vendê-los em grupos seria ainda mais suspeito – mesmo assim, verifiquei que 25% dos indivíduos vendidos, geralmente anunciados aos montes, deveriam ser comprados em casas na Rua de Águas Verdes, no atual Pátio de São Pedro, em Recife.

¹⁵² Diário de Pernambuco, nº 131, p. 4, 19 jun. 1838.

¹⁵³ Diário de Pernambuco, n. 265, p. 4, 7 dez. 1843.

¹⁵⁴ CARVALHO, 2010. p. 284.

Não estar nominalmente identificável em um anúncio de potenciais “africanos novos” em Pernambuco não apenas lhe daria a chance de escapar da fiscalização do comércio ilegal, mas também do fisco. Portanto, a segunda causa, provavelmente, seria evitar se acusar para as autoridades fiscais do Império¹⁵⁵, que saberiam muito facilmente os números de seus negócios.

Nota-se, nos três anúncios, o uso aparente de “*escrava*” [1], “*negra*” [2] e “*pretas*” [3] como sinônimos, substantivos indicadores de uma mesma “mercadoria”. Percebemos que os termos, na atualidade, indicadores de cor, não são meramente adjetivos, por duas razões.

Mesmo nas orações em que o verbo está subentendido, as três partículas têm função de complemento verbal, ao agirem como objeto direto do verbo *vender*. Além disso, os três substantivos são acompanhados de adjuntos adnominais, como os numerais “*uma*” e “*duas*” e a locução adjetiva “*de nação*”.

O *Diccionario*¹⁵⁶ de Silva Pinto não é categórico, mas pode nos auxiliar nesse debate. “Negro” é definido tanto como um adjetivo, “De côr preta”, quanto como um substantivo, “diz-se do homem preto”. “Preto”, por sua vez, também pode ser usado como adjetivo, mas substantiva-se no exemplo “Homem preto” – mesma definição do verbete anterior.

O mesmo não acontece, por exemplo, no verbete “branco”, que não se substantiva para indicar uma pessoa pela cor, mas é definido apenas como adjetivo, “De côr semelhante à da neve”.

Ou seja, ao tornarem-se substantivos, diferentemente de seu oposto cromático, “negro” e “preto” evidenciam uma aparente essencialização do matiz do africano e de seus descendentes, de maneira que a eles possa se referir pela cor. Mais do que isso: subentende-se serem objetos, mercadorias, produtos, permitindo que se tornem sinônimos de “escravos”, dado que cumprem a mesma função gramatical nos três anúncios.

Por que os signos “*negra*” e “*preta*” não tomariam uma função à parte, de indicativo de cor, etnia ou similar, não havendo essa associação automática com o signo “*escrava*”? É possível que, em determinados contextos, ambos os signos e seus análogos masculinos tenham função de delimitar uma contraposição aos matizes “mestiços” brasileiros, como “pardo”, “mulato”, “crioulo” e afins, como veremos no próximo capítulo.

Porém, os marcadores que especificamente e potencialmente definem, no sentido particular dos anúncios de venda, cor, “procedência”, identidade, “pureza”, pertença etc. são as locuções adjetivas “*de nação angola*” [1], “*de nação*” [2] e “*da Costa*” [3]. Note-se que a

¹⁵⁵ Ibid. p. 46.

¹⁵⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

presença dos dois tipos de signos não é excludente, pelo contrário: os marcadores de identidade são adjuntos dos marcadores de “mercadoria”, como em “*negra de nação*”.

É a partir disso que podemos definir nossa primeira categoria de investigação, partícula descritiva por excelência de nossos agentes históricos, importante alvo de nossa curiosidade histórica: os signos de *nação* – compostos por substantivos e adjetivos, predominantemente. Nada é ponto pacífico na historiografia das “nações” africanas.

Desde a nomenclatura da categoria de estudo, passando pelos agentes que detinham o direito de defini-las, até as funções sociopolíticas que exerciam, a *nação* é objetivo de permanente discussão na historiografia da escravidão atlântica, em todo o continente americano. Terá uma seção dedicada no quarto capítulo.

Diferentemente da maior parte das categorias que descobriremos neste exercício, os marcadores que diferenciam escravizados de escravizadas são geralmente indiretos, implícitos ou presumidos. Poucos são os casos em que vemos definidores explícitos de gênero, salvo quando os anunciantes definem seus cativos em termos nem um pouco humanizantes, como “macho” e “fêmea”, como no anúncio abaixo:

[...] um casal de mulatos, o maxo he carreiro, faz telhas, tijolos, e trabalha em caza de caldeira de Engenho, a femea cosinha, cose, e engoma [...] ¹⁵⁷.

Nos anúncios escolhidos para a análise, utilizamos, como marcadores de gênero, principalmente os artigos e as desinências nominais dos objetos diretos e de seus complementos e adjuntos.

Por exemplo, entre os artigos, temos “*uma*” [1][2][3], feminino indefinido. Chamo atenção, aliás, para a indefinição do artigo, comum a quase todos os anúncios de venda, diferentemente dos de fuga. Assim como os vendedores, os vendidos são anônimos: não têm nome nem artigo definido, como indicativo de singularidade em um contexto social.

Pelo contrário, ao serem anonimizados, facilita-se a desumanização e a dominação. Na visão do senhorio, aparentemente não seriam passíveis de serem nomeados, assim como um objeto ou animal tampouco seriam. Há, sim, um artigo definido “*a*” no terceiro anúncio, porém, acompanhando o substantivo “*outra*”, mais uma designação não muito lisonjeira.

¹⁵⁷ Diário de Pernambuco, nº 87, p. 4, 20. abr. 1837.

Entre as desinências, como estamos tratando de quatro mulheres, vemos o morfema *a* nos signos “*escrava*”, “*lavadeira*” [1], “*negra*”, “*moça*” [2], “*duas pretas*”, “*boa engommadeira, costureira, e cozinheira*” e “*a outra*” [3].

Como no próximo capítulo veremos e podemos presumir a partir desses três anúncios, havia uma predominância feminina quanto dos ofícios domésticos, visto que temos três cozinheiras, duas lavadeiras, duas engomadeiras e uma costureira. Diz Marcus Carvalho que o problema do trabalho doméstico feminino é inseparável da própria noção de escravidão¹⁵⁸.

Ademais, para além do patente anacronismo, é por enxergarmos a desumanização implícita no tratamento da “mercadoria” – vide a indefinição do artigo – que não podemos imputar aos anunciantes uma categoria contemporânea de análise das relações, tal como “gênero”. Como estamos resgatando o ponto de vista senhorial, a partir de seu discurso, a nomeação do marcador talvez esteja mais bem adequada em “sexo”, essencialmente biologizante, portanto, em menor parte socialmente determinado – mas não absolutamente.

Dessarte, defino a segunda categoria de análise do discurso senhorial como signos de *sexo*. Compreender a distribuição demográfica entre homens e mulheres e a predominância de um ou de outro no tráfico pernambucano de escravizados são os principais objetivos em uma seção dedicada a esses signos.

Em sequência, vemos a presença interessante das partículas “*de idade de 25 annos*” [1] e “*uma de 17 annos [...] e a outra [...] de 20 annos*” [3]. Com o risco de dizer uma obviedade, a marcação do tempo é uma constante ao se descrever seres vivos. Em um contexto de venda para o trabalho, é uma inevitabilidade.

Deixar explícito a idade do escravizado deveria ser importante em um anúncio, seja para definir sua “jovialidade”, portanto sua disposição para o trabalho; a “durabilidade”, ou seja, por quanto tempo o investimento ainda traria frutos ao comprador ou se o vendedor não mais quer um cativo muito velho; a “resistência” da “mercadoria”, dado que, se muito novo ou muito velho, cuidados especiais são necessários e menos horas trabalhadas significariam prejuízo; ou a “maturidade” do “produto”, variável que implica na natureza de suas relações, seja pela necessidade de amamentar e estar próximo à mãe, seja pelo surgimento do interesse em buscar parceiros ou parceiras, seja pela importância conquistada em uma comunidade ao longo da vida.

Esses marcadores são ainda importantes, para esta pesquisa, por indiretamente indicarem não apenas as preferências etárias do mercado consumidor de cativos em

¹⁵⁸ CARVALHO, 2003. p. 46.

Pernambuco e o que isso implicaria, mas também as possíveis transgressões da lei de 1831 por parte dos traficantes em Pernambuco, ao anunciarem, por exemplo, cativos africanos de idade incompatível com a promulgação da legislação.

Assim sendo, podemos dizer que a terceira categoria global de interesse para a análise semiótica deste trabalho são os signos de *idade* – majoritariamente numerais ou substantivos – e as problemáticas que dele implicam. Também terão uma seção dedicada no quarto capítulo.

O signo “*moça*” [2], aliás, é potencialmente intermediário entre essa categoria anterior e a próxima. O *Diccionario*¹⁵⁹ de Silva Pinto define “*moço*” tanto como um adjetivo de quem “*está nos annos da mocidade*”, logo, um marcador de idade, quanto como um substantivo que indica um “*criado que serve a algum amo*”, portanto, um marcador de função ou ofício.

À essa segunda possibilidade, somam-se “*com principio de cozinhar e lavadeira*” [1], “*cozinha, engomma, ensaboar*” [2] e “*engommadeira, costureira, e cozinheira*” [3]. Os marcadores de ofício talvez sejam os mais importantes, para o anunciante e para o comprador, nos anúncios de venda, visto que neles compõem a maior parte dos complementos e adjuntos nominais e das orações subordinadas.

Afinal, a característica que provavelmente era a definidora na transação seria a função da “mercadoria” a ser adquirida. Em outros termos, de que forma o “investimento” poderia ser recuperado na forma de trabalho, seja produtivo, na lavoura, no ganho ou nas oficinas, seja doméstico, como mucamas, pajens, carregadores e afins.

Tais marcadores absorvem justamente aquilo para o que buscava e como o que enxergava, aparentemente, o senhorio em um cativo: uma massa amorfa de ossos e músculos que geraria valor com o mínimo de “manutenção”, autonomia e agência possível. Como veremos adiante, essa visão não passava de uma idealização, dado que se mostrou impossível atrofiar a ação e a coragem da população escravizada.

É justamente por ter uma presença garantida e dominante nos anúncios de venda que podemos definir nossa próxima categoria de análise: os signos de *ofício* – geralmente substantivos ou verbos. Com uma seção à parte, veremos quais funções estavam mais disponíveis no mercado de cativos em Pernambuco, qual a situação da divisão sexual do trabalho e o cotidiano dos principais ofícios escravos.

Em sequência, vemos a presença da partícula “*bonita figura*” [1], sendo *bonita* complemento nominal de *figura*. O primeiro termo é definido por Silva Pinto¹⁶⁰ como um

¹⁵⁹ PINTO. Op. cit.

¹⁶⁰ Ibid.

adjetivo, “*de bom parecer*”, enquanto o segundo é um substantivo que demarca a “*fôrma externa de qualquer coisa*”. Ou seja, seria uma escravizada cujo físico, a “forma externa”, teria um “bom parecer”.

Remetendo à proposta de análise avaliativa, vemos, a partir desse signo, uma aparente avaliação afetiva, por parte do anunciante, em relação à sua escravizada – *afetiva* no sentido de expor percepções particulares, de acordo com Fairclough¹⁶¹, de avaliar pela subjetividade individual, não necessariamente por demonstrar afeto.

“*Bonita figura*” é, evidentemente, uma marcação subjetiva, parte da observação de quem enuncia, mas é dito, em um contexto de publicidade, como um fato, uma afirmação universal, assim como, anteriormente, em “*boa engommadeira*” [3].

Ao evidenciarmos o sujeito que vende, para além do uso da voz passiva, podemos reconstruir essa afirmação como “*eu acho* uma bonita figura”, explicitando-se a afeição na avaliação. Porém, em um contexto de venda, de propaganda, de sedução do comprador, ao tratar as características elementares da “mercadoria”, na visão do vendedor, como categóricas, não se deixa margem para a dúvida de que o “produto” é, sim, “de qualidade” inquestionável.

Sendo uma avaliação afetiva, por que o anunciante utilizou essa em específico? Sabemos que a publicidade não envolve um texto cujo objetivo maior seja a reconstrução objetiva com precisão técnica da realidade. Como veremos, a propaganda envolve idealizar o vendedor, o produto e o consumidor.

Assim sendo, é possível, sim, que o anunciante de fato tenha sido sincero em sua avaliação e achou relevante destacar essa característica no anúncio. Porém, mais provável é que o vendedor tenha apelado para o campo do desejo e da afeição alheia para tornar sua “mercadoria” mais sedutora.

Afinal, não é novidade a exploração sexual das trabalhadoras, no contexto brasileiro, em quatro séculos de escravismo. Uma escravizada estava cotidianamente exposta ao assédio e ao estupro por parte dos senhores, seus filhos e agregados¹⁶².

É por isso que Carvalho menciona como a “beleza” da escravizada doméstica adicionava valor ao preço: “O que fica patente, se bem que nunca explicitado, é que havia um modelo intermediário entre a prostituição e o trabalho doméstico. [...] O corpo [...] tornava-se parte do capital simbólico do patrão-amante”¹⁶³.

¹⁶¹ FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003. p. 173.

¹⁶² CARVALHO, 2003. p. 69.

¹⁶³ Ibid. p. 56.

“*Bonita figura*”, ademais, não é o único marcador do físico escravo nos anúncios de venda. Desse modo, verifico que nossa quinta categoria analítica há de ser os signos de *características físicas* – substantivos e adjetivos, em maioria – e aquilo que implicam diante de um contexto publicitário.

Por fim, verificamos, ainda, a presença das partículas “*sem vicio algum nem achaques*” [2] e “*com algumas habilidades*” [3].

No *Diccionario*¹⁶⁴, Silva Pinto atesta que “*achaque*” é a “*indisposição habitual da saúde*”, literalmente, e “*Defeito. Desgosto.*”, figurativamente. “*Vicio*”, por sua vez, é “*Defeito. Mão habito. Erro*”. De sentidos similares quanto a defeitos, vício, pelo visto, indicaria algo do domínio da moral, da personalidade, enquanto achaque deveria se relacionar com o físico, o corpo.

Da mesma forma, “*habilidade*” seria a “*capacidade para qualquer cousa*”. Interessantemente, o verbete “*habil*” é definido como “*capaz, quer no moral, quer no fisico*”. Ou seja, nessa contextualização, ter *algumas* habilidades envolveria a capacidade para certas atividades mecânicas, mas também ações no campo do certo e do errado, do viver de forma “justa”. O anunciante estaria reconhecendo moralidade em seu cativo?

Seja como for, os três signos – *vicio*, *achaque* e *habilidade* – explicitamente envolvem, novamente, avaliações particulares de seus locutores em relação às suas “mercadorias” em um contexto publicitário. De novo, não é impossível que o anunciante de fato enxergasse essas características em seus escravizados. Mas, dado o momento em que o discurso está sendo propagado, é mais crível que sejam estratégias de venda.

Apesar de serem observações subjetivas, e, portanto, guardarem sinais de afetividade, o tipo de avaliação mais adequado para ambos os casos seria a *presunção valorativa*¹⁶⁵, quando, em marcadores aparentemente neutros, sem necessariamente a identificação do sujeito que lhes enuncia, há valores implícitos referentes a um dado sistema moral encarado como único e certo – há, assim, ideologia.

O que o anunciante nos coloca, aqui, é não apenas a sua visão particular do que são “vícios” e “achaques”, mas que tê-los é intrinsecamente algo negativo, visto que busca imediatamente dissociá-los de sua “mercadoria”. Mais além: o vendedor assume que todos os compradores em potencial compartilharão do mesmo sistema de valores que ele e da mesma definição dos signos. Em resumo, que o entenderão e que serão seduzidos pelo discurso.

¹⁶⁴ PINTO. Op. cit.

¹⁶⁵ FAIRCLOUGH, 2003. Loc. cit.

O mesmo, em sentido contrário, acontece com “*algumas habilidades*”. Nesse caso, o anunciante deseja propagandear uma qualidade que encara como positiva em seu cativo, sendo até modesto: são *algumas* habilidades, não todas; a “mercadoria” é ótima, mas não a melhor do gênero. Mesmo assim, é algo meritoso e que envolve uma presunção do que é bom, nesse cenário compra e venda.

Dessa forma, sugiro que nossa última categoria de investigação seja, pela ausência de um melhor aglutinador, os marcadores que se refiram, em um contexto publicitário para a venda, aos escravizados quanto às suas qualidades no trabalho e nas relações interpessoais, envolvendo ou não traços de personalidade. Logo, chegamos, enfim, aos signos de *características socioprodutivas* – substantivos, adjetivos, verbos ou advérbios.

Proponho encerramos esta seção com uma breve análise da representação dos atores sociais, nos anúncios escolhidos, de acordo com a tipologia de Van Leeuwen. Podemos iniciar pela principal dicotomia dessa tipologia, a saber, a representação pela via da exclusão ou da inclusão.

Em um primeiro momento, como já fora evidenciado pelo uso da voz passiva, na construção do anúncio, percebemos como o agente enunciativo, ou seja, o vendedor, não se coloca de forma explícita, nem pela via da identificação – exceto pela indicação do endereço onde se poderia comprar o escravizado – nem pela via do sujeito agente – “eu vendo”.

Assim sendo, por razões já anteriormente sugeridas, o vendedor é representado pela via *exclusão* por *supressão*, quando não há referências claras aos atores sociais envolvidos, não nos permitindo inferir com segurança razoável quem são¹⁶⁶. De igual forma, os compradores almejados, por razões evidentes, apesar de serem idealizados pelo anunciante, são suprimidos enquanto agentes que podem interferir na transação e gerar consequências em relação à ação inicial – o anúncio.

O foco do anúncio, e, portanto, incluídas, são as escravizadas a serem vendidas, cujas representações podem ser caracterizadas por duas formas de *inclusão*, a depender do ponto de observação: por *passivação* e por *personalização*.

A passivação ocorre quando atores sociais são representados como submetidos a uma dada ação, sendo isso perceptível a partir dos papéis gramaticais exercidos ou por estruturas transitivas¹⁶⁷. Nos três casos, mesmo quando o verbo está subentendido, depreende-se que a “*escrava*” [1], a “*negra*” [2] e as “*duas pretas*” [3], objetos diretos de um verbo transitivo, são

¹⁶⁶ VAN LEEUWEN. Op. cit. p. 29.

¹⁶⁷ Ibid. p. 33.

vendidas por alguém, logo, são submetidas a uma ação realizada por outro agente, impossibilitando tomarem uma posição enquanto força ativa e autônoma.

Nesses anúncios, a passivação ocorre por via da *objetificação*, quando os atores sociais são tratados como objetos na representação. Como evidenciado no início desta seção, todas as quatro mulheres são referenciadas como mercadorias e, portanto, objetificadas, desumanizadas – na seção 3.3 retornaremos a isso.

Uma outra forma de inclusão a qual podemos identificar nesses mesmos anúncios, vistos de outra perspectiva, é a *personalização*, quando os atores são representados como seres humanos, em vez de alguma outra maneira simbólica¹⁶⁸.

Apesar das circunstâncias, mesmo objetificando-as para a venda, seus senhores não poderiam se furtar de reconhecer suas cativas como pessoas – ainda que pessoas-produto – contradição cujas especificidades veremos adiante. Afinal, é explicitado, nas quatro mulheres, pela visão do senhorio, suas habilidades, suas características físicas, suas peculiaridades sociais; enfim, traços de humanização por si sós.

A personalização, nos três casos, ocorre pela via da *determinação por categorização*, quando atores sociais são representados como específicos – não como anônimos inidentificáveis em uma massa – em termos de identidades ou funções que compartilham com outros, diferentemente da determinação por *nominação*, quando seriam referidos em termos de sua identidade única e particular¹⁶⁹.

A representação por categorização, por sua vez, se divide em *funcionalização*, no primeiro e no terceiro casos, e em *identificação por classificação*, em todos os anúncios.

Quando, nos anúncios, as mulheres são referidas como “*lavadeira*” [1] ou “*engommadeira, costureira, e cozinheira*” [3], entendo que são representadas por funcionalização, quando atores sociais são referidos em termos de algo que fazem, de sua ocupação, de sua função ou seu papel¹⁷⁰. Seria uma maneira de essencializar as agentes de forma em que seu ofício as definisse enquanto seres.

Por sua vez, quando são identificadas como “*escrava*” [1], “*negra*” [2] e “*pretas*” [3], compreendo que são representadas por via da identificação por classificação, que ocorre quando atores sociais são definidos em termos de quem “são”, permanentemente ou inevitavelmente,

¹⁶⁸ Ibid. p. 46.

¹⁶⁹ Ibid. p. 40.

¹⁷⁰ Ibid. p. 42.

de acordo com o entendimento de uma dada sociedade quanto a categorias de diferenciação de indivíduos.

Na sociedade de Antigo Regime, em geral, e no regime escravista do Brasil, em específico, diferenças sociais eram medidas em critérios de condição e de qualidade. O primeiro conceito associa-se principalmente ao *status* jurídico de um indivíduo em uma sociedade senhorial, a saber, se livre, se escravo ou se forro¹⁷¹. Qualidade, por sua vez, englobava diversos elementos, inclusive a própria condição: situação econômica e religiosa, ocupação profissional, cor, e principalmente, ascendência¹⁷². Servia para distinguir e hierarquizar sujeitos.

Nesse caso, evidencia-se o quanto a cor, nesse contexto, era denotativa de qualidade¹⁷³. Não que africanos e seus descendentes não pudessem ter qualidade, na visão aristocrática, mas seriam hierarquizados em termos de maior ou menor quantidade dela. A qualidade, afinal, se fez fluida em diversas circunstâncias e poderia mudar de acordo com elas.

Em outra perspectiva, podemos apontar, na Constituição Imperial, de 1824, um discurso que deu margem à interpretação da permissibilidade de uma “dupla sujeição” do escravizado ao senhor, posto que era ao mesmo tempo “coisa” e “pessoa”¹⁷⁴.

A Constituição de 1824 não previa, explicitamente, a escravidão, mas os constituintes encontraram um meio para continuar a praticá-la: a Carta faz referência aos cidadãos brasileiros “libertos” e “ingênuos”, sugerindo, nas entrelinhas, a existência potencial de outros indivíduos que poderiam não ser cidadãos, não libertos, no território do Império.

Para o Conselheiro Joaquim Ribas, contemporâneo da vigência da Constituição de 1824, o escravizado era, ao mesmo tempo, *res* e *persona*, ou seja, coisa e pessoa, desde que se compreenda esse último termo não como sujeito de direito, mas como ser humano¹⁷⁵.

Em resumo, entendo que, ao mesmo tempo em que são objetificadas, dado que são representadas como mercadorias, em outro ponto de observação, nossas agentes são ora funcionalizadas de acordo com seus ofícios, ora classificadas de acordo com sua condição e sua qualidade dentro do regime escravista brasileiro.

¹⁷¹ ALMEIDA, Suely; BEZERRA, Janaína. Cor, qualidade e condição: uma reflexão sobre conceitos no Brasil colonial no século XVIII. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 56, p. 130-160, jun. 2019. p. 10.

¹⁷² Ibid. p. 12.

¹⁷³ Ibid. p. 13.

¹⁷⁴ CAMPELLO, André Emmanuel B. B. A escravidão no Império do Brasil: perspectivas jurídicas. **Sinprofaz**, 22 jan. 2013. Disponível em: <<https://sinprofaz.org.br/2024/artigos/a-escravidao-no-imperio-do-brasil-perspectivas-juridicas/>>. Acesso em: 7 mai. 2024.

¹⁷⁵ RIBAS apud CAMPELLO. Ibid.

Todas essas estratégias discursivas, de acordo com nossas observações, almejavam perpetuar e legitimar a dominação, a existência de senhores e escravizados, ao tomarem a representação dos atores sociais envolvidos como última e permanente.

3.2 Anúncios de fuga

Anúncios de fuga de escravizados eram assim comumente escritos:

[1] No dia 15 de Setembro do anno passado, fugio do Corato do Bom Jardim uma preta de nome Maria, escrava de Manoel Antonio Ferreira, com o signaes seguintes: meia fulla, creoula, altura regular, bem feita do corpo, bonita de cara, beiços grossos e bem rosados, peitos seccos, pés pequenos e muito bem feitos, cabeça regular, he muito secca do corpo, bem feita, tem dois signaes na testa um mais em baixo, e outro mais em cima, todos dois muito pequenos, e anda bem vestida e calada; quem a pegar leve ao Sr. Bernardino José Monteiro na rua do Queimado loja de fazendas que gratificará com 30,000.

[...]

[2] Roga-se aos Srs Sub-Prefeitos desta e mais comarcas, e authoridades policiaes, pessoas particulares, que souberem ou virem um escravo de nome Joaquim, nação cabinda, que fugio em 26 de Agosto do p. pelas 8 horas da noite, com os signaes seguintes: idade de 25 annos pouco mais ou menos, rosto redondo, olhos e altura regular, bonita figura, cheio do corpo, cor preta, camba alguma coisa do pé direito, he canoeiro, e entre os deste officio apelidado por Joaquim pezinho, levou diversas mudas de roupa como seja calsa de panno preta dita de franquelim, uma sobrecasaca de panno cor de vinho, calsa e camisa de brim branco, dita de algodão de chila azul, jaqueta de riscadinho de cores, chapeo de seda preta, uma esteira fina; quem o pegar leva a loja de fazendas na rua da cadeia do Recife n. 45, que será generosamente recompensado, adverte-se que he escravo de Joaquim Gonsalves Cascão¹⁷⁶.

[3] Fugio no dia 2 do corrente mez do sitio de Manoel Paulo Quintela na estrada dos Aflitos, um escravo preto de nação, de nome João, estatura ordinaria, bem preto, e barbado, dentes limados, orelha furada para brinco, pernas finas, mãos caleijadas, e pintadas de brancos; e levou vestido de jaqueta de xilla azul, calças de brim branco, camisa de algodão trançado, e chapeo preto; quem o pegar leve-o a seu Senhor no mencionado sitio, que será recompensado¹⁷⁷.

Um anúncio de fuga em muito lembra o gênero textual crônica, a partir do qual dispõe-se um curto fato acontecido no passado, com poucos personagens, sem grandes desenvolvimentos e com foco na descrição.

Temos, nesses exemplos, uma completa reviravolta nos papeis gramaticais e na transitividade verbal. Diferentemente de escravizados que são *vendidos por alguém*, agora, temos escravizados que *ativamente fugiram* – ou seja, tiveram agência, tomaram iniciativa!

¹⁷⁶ Diário de Pernambuco, n. 18, p. 4, 22 jan. 1839.

¹⁷⁷ Diário de Pernambuco, nº 100, p. 3, 10 mai. 1841.

Todos os anúncios escolhidos, sem exceção, compartilham do verbo *fugir* no pretérito perfeito do indicativo, na terceira pessoa do singular. É um fato certo, acabado e com sujeito definido: *um escravo fugiu*. É interessantíssimo como o momento em que o senhor delega agência ao escravizado, no discurso, seja justamente na insubordinação.

Mais além: os agentes agora passam a ser nomeados na ação. Ao contrário da determinação por categorização, na teoria da representação dos atores sociais, agora, temos Maria, Joaquim e João, pessoas escravizadas por Manoel Antonio Ferreira, Joaquim Gonsalves Cascão e Manoel Paulo Quintela, respectivamente.

Uma outra novidade: os anúncios, agora, têm destinatários especificados. Claro, são também idealizações de um leitor que potencialmente corresponda aos valores do anunciante, que legitime não apenas alguém ter a propriedade de seres humanos, mas de que ela deve ser protegida, considerando justo “reaver” um “fugido”.

Dessa forma, o anúncio não almeja qualquer um que disponha de recursos e desejos para comprar um escravizado, mas sim, indivíduos que tenham condições de procurar, denunciar, capturar ou entregar um cativo fugido: “*quem a pegar leve ao Sr. Bernardino*” [1]; “*Roga-se aos Srs Sub-Prefeitos, desta e mais comarcas, e autoridades policiaes, pessoas particulares, que souberem ou virem um escravo de nome Joaquim*” [2]; “*quem o pegar leve-o a seu Senhor*” [3].

O contrato social, agora, não seria mais regido pelo romance das leis do mercado e pela troca entre consumidores e vendedores. A aliança se coloca entre um indivíduo que teve seu direito à propriedade ferido¹⁷⁸, corrompido pela injusta insubordinação de um cativo ou pelo auxílio de seus pares, e outro que reafirme seus valores, se compadeça de sua situação – afinal, muito provavelmente também seria um senhor de escravos – e com ele se mancomune para proteger o regime de propriedade privada.

Aliás, nessa aliança, como se vê, não participam apenas aqueles que empaticamente ajudariam seu companheiro senhorial, os membros de uma comunidade simbólica de proprietários; mas também a burocracia e a guarda armada instituídas justamente para a proteção desse sistema: os subprefeitos e as autoridades policiais.

A partir dessa dinâmica, visualizamos o acordo silencioso e presumido entre a sociedade, a administração imperial, as forças armadas e os proprietários de escravizados em

¹⁷⁸ REIS; SILVA. Op. cit. p. 62.

prol da garantia dessa mesma propriedade. É isto o escravismo: um sistema, não um regime de trabalho.

Reis & Silva chamam a forma de ser da sociedade escravista, seus valores e sua percepção da realidade, de *paradigma ideológico colonial*¹⁷⁹. Seria exatamente essa ordem socialmente aceita o grande obstáculo às fugas escravas.

Por se tratarem de um relato de um fato passado, diferentemente de uma ação contínua, um estado, como “vende-se”, nossos anúncios de fuga têm marcadores temporais para a referência tanto do anunciante quanto dos leitores. Maria, Joaquim e João fugiram “No dia 15 de Setembro do anno passado” [1], “em 26 de Agosto do p. pelas 8 horas da noite” [2] e “no dia 2 do corrente mez” [3], respectivamente.

Referenciar quando, potencialmente ou precisamente, um escravizado fugira poderia auxiliar na busca, provendo desde uma estimativa da distância que poderia ter percorrido, em função do tempo, até uma reconstrução a partir de testemunhas oculares que tê-lo-iam notado desde o ponto de fuga.

A mesma intenção acompanha os marcadores de espaço, os quais provêm um referencial geográfico do ponto de fuga para os aliados na busca pelo cativo: “fugio do Corato do Bom Jardim” [1]; “fugio [...] do sitio de Manoel Paulo Quintela na estrada dos Aflictos” [3].

Outros dois marcadores de espaço envolvem o lugar onde o escravizado deveria ser devolvido. Interessantemente, um deles não é o mesmo lugar de onde Maria fugira ou nem o mesmo senhor: “quem a pegar leve ao Sr. Bernardino José Monteiro na rua do Queimado loja de fazendas” [1]. O outro, não sabemos se fora de onde Joaquim fugira ou apenas um lugar de devolução: “quem o pegar leve a loja de fazendas na rua da cadeia do Recife n. 45” [2].

O acordo silencioso pode estar implícito em tais lugares de devolução. Seriam pessoas de confiança do proprietário, que assumiriam o ônus de proteger o cativo até sua chegada e de custear a recompensa, seus correspondentes temporários? Ou, então, seriam aliados especialistas em punirem e disciplinarem escravizados insubordinados, verdadeiros técnicos senhoriais da repressão?

Para além da aliança escravista, havia um outro incentivo para a colaboração da sociedade com os proprietários: a recompensa. No primeiro anúncio, é o Sr. Bernardino, possivelmente um homem de confiança de Manoel Antonio Ferreira, o proprietário, que “gratificará com 30,000” quem a ele devolver Maria. No segundo anúncio, quem devolver

¹⁷⁹ Ibid. p. 66.

Joaquim “*será generosamente recompensado*” e, no terceiro, quem devolver João apenas “*será recompensado*”.

Para Reis e Silva, a unidade básica de resistência no sistema escravista eram as fugas¹⁸⁰. Poucos escravizados, de fato, conseguiram fugir, em relação ao total da população cativa. Os que fizeram, contudo, impuseram grandes prejuízos a seus senhores.

O caráter insurgente de uma fuga não pode ser banalizado. É um ato extremo e marca os limites da dominação¹⁸¹. A fuga, quando tinha as matas e os sertões pernambucanos como destino, envolvia enormes riscos¹⁸². Se isolado, de um ponto de vista social, o fugido estaria praticamente morto. A própria liberdade, em si, seria relativa.

A principal motivação para fugas aparenta ter sido uma quebra de compromissos e acordos acertados, ao lado do uso indiscriminado da chibata¹⁸³. Existia em cada escravizado uma ideia clara do que seria uma dominação aceitável, dentro dos limites que eram obrigados a seguir. A fuga, em geral, não tendia a passar de uma contestação pacífica ao domínio senhorial¹⁸⁴.

Essas “fugas reivindicatórias” não almejavam um rompimento radical com o sistema, mas sim, um teste dentro do complexo da negociação e da resistência. Até mesmo ameaças de fuga faziam parte da negociação¹⁸⁵.

A densidade populacional negra era mais alta no Recife em relação ao interior da província, apesar de, em números absolutos, ter menos indivíduos¹⁸⁶. Era justamente essa população negra e miscigenada livre ou liberta que oferecia a chance ao fugido de viver como livre, no anonimato indiferente das ruas.

Gilberto Freyre acreditava que os anúncios de fuga tinham um forte elemento de honestidade¹⁸⁷. Podemos até duvidar da “exatidão” dos traços e sinais a qual Freyre imaginou existir, mas é certo que o anunciante, nesses casos, teria motivos evidentes para tentar ser o mais sincero possível, mesmo que de seu ponto de vista.

¹⁸⁰ Ibid. Loc. cit.

¹⁸¹ Ibid. p. 63.

¹⁸² CARVALHO, 2010. p. 215.

¹⁸³ REIS; SILVA. Op. cit. p. 67.

¹⁸⁴ REIS, J. J.; GOMES, F. dos S.; CARVALHO, M. J. M. de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 49.

¹⁸⁵ REIS; SILVA. Op. cit. p. 64.

¹⁸⁶ CARVALHO, 2010. p. 177.

¹⁸⁷ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. p. 26.

Diferentemente dos anúncios de venda, recheados de “bonitas figuras” e “sem vícios, nem achaques”, cujo objetivo implicava em seduzir da melhor forma um potencial comprador, os de fuga intentavam reaver o cativo fugido, portanto, de nada adiantava muito idealizar o escravizado ou não se preocupar com uma descrição que o distinguísse dos demais.

Aliás, é exatamente a descrição o foco desse tipo de anúncio. Ana Josefina Ferrari compreendeu o ato de descrever os escravizados fugidos não como uma enumeração das características que os fazem identificáveis, mas como a construção de uma relação entre o anunciante e seus interlocutores a partir do discurso¹⁸⁸.

Assim sendo, o alvo da descrição, a “propriedade” que se reclama, é subjetivizada no anúncio, dado que o anunciante não o concebe mais apenas como uma mercadoria passiva, mas sim, reconhece sua agência enquanto sujeito social¹⁸⁹. Mesmo que seja reclamado como propriedade, o escravizado é um sujeito com particulares e peculiaridades. Essa aparente contradição será retomada na próxima seção.

Ferrari nota como a ordem dos adjetivos presentes nas descrições não é igual em todos os anúncios¹⁹⁰. Com isso, conclui que a presença deles contribuiria para a determinação de uma imagem pública singularizada do escravizado.

Mesmo mencionados os nomes dos atores sociais, isso não seria o suficiente para localizar o fugido nem para diferenciá-lo dos demais¹⁹¹. O detalhamento é a chave dessa operação, procurando a saturação e a particularização. Vejamos, então, se conseguimos encontrar um padrão para nossas categorias.

Assim como nos anúncios de venda, vemos aqui a essencialização de um marcador como “*preta*” [1] como sinônimo de escravidão, não de cor nem de “nação”, dado que Maria não é nem retinta, “*meia fulla*”, e nem africana, “*creoula*”.

Por outro lado, “*preto*” [3], ao descrever João, pode, sim, ser um adjetivo de cor, dado que é acompanhado do substantivo “*escravo*” – para ser um potencial pleonasma, precisaria ser entendido como substantivo – e aparece novamente, adiante, como descrição da cor: “*bem preto*”.

Porém, mais uma vez, os marcadores de “procedência”, identidade, “pureza” etc. são mais bem configurados em “*creoula*” [1], “*nação cabinda*” [2] e “*de nação*” [3]. Aqui, porém, diferente de terem uma função de “qualidade” da “mercadoria”, muito provavelmente serviriam

¹⁸⁸ FERRARI, 2008. p. 95-6.

¹⁸⁹ Ibid. p. 106.

¹⁹⁰ Ibid. p. 107.

¹⁹¹ Ibid. p. 112.

como critérios relativamente precisos de identidade, de pertença, de comunidade em relação aos fugidos, dado que não estariam num “retrato falado” à toa. A intenção, repito, é diferenciar o fugido dos demais e mesmo os senhores e caçadores de recompensa saberiam o que esses marcadores significam.

Retornam aqui, então, os ditos signos de *nação*, que acompanharão seus análogos nos anúncios de venda em uma mesma seção. Toda a problemática historiográfica da categoria será abordada no próximo capítulo.

Por sua vez, os marcadores de tempo de vida também estão presentes nos anúncios de fuga, porém, novamente, por critérios de diferenciação e identificação de um cativo fugido: “*idade de 25 annos pouco mais ou menos*” [2]. É por isso que, dessa vez para especialmente identificar os padrões etários quanto aos indivíduos que alcançavam uma fuga bem-sucedida, nos preocuparemos igualmente com os signos de *idade* entre os fugidos.

Temos, aqui, uma diferença interessante entre os anúncios de venda e fuga. Por identificarem os escravizados fugidos pelo nome, dentro do contexto do século XIX, utilizando critérios próprios de seu tempo, os marcadores de sexo nos anúncios do segundo tipo são bem mais explícitos que no primeiro tipo.

Claro, sempre podemos lançar mão das desinências nominais: o artigo “*uma*” e o morfema *a* em “*preta*”, “*escrava*” etc. [1]; o artigo “*um*” o morfema *o* em “*cheio*” [2], “*escravo*” [2][3], “*preto*” [3] etc.

Mas, nesses três casos, “*Maria*”, “*Joaquim*” e “*João*” são partículas muito mais explícitas. É partir de seus similares que intento descobrir os padrões de fuga, em Pernambuco, quanto a frequência de homens e mulheres e se haveria facilidades disponíveis ou dificuldades impostas para um e não para outro. Em consequente, repetimos a atenção para com signos de *sexo*.

No segundo anúncio, descobrimos que o fugido Joaquim “*he canoeiro*”. Se, nesse caso, não haveria intenções comerciais ao se referir ao cativo, por que apontar para uma característica essencialmente produtiva, ou seja, sua “função”?

É preciso lembrar que não necessariamente todos os escravizados e escravizadas seriam solidários aos seus pares. Como indivíduos, teriam suas próprias motivações e interesses e, caso enxergassem vantagens em entregar um companheiro de ofício, por exemplo, para juntar a recompensa ao pecúlio em prol de uma alforria ou para ganhar favoritismo aos olhos de seus senhores, poderiam dedurar um foragido.

Da mesma forma, o senhorio poderia lembrar de suas quitandeiras favoritas, de quem compravam o alimento de cada dia, ou dos alfaiates e sapateiros para quem encomendavam suas roupas. Ao verem anunciado um tal “Joaquim canoeiro”, os senhores poderiam puxar na memória as dezenas de escravizados de quem consumiam o trabalho cotidianamente para auxiliar nas buscas.

Sendo assim, novamente, os signos de *ofício* ganham relevância para nosso estudo sócio-histórico do escravismo, dessa vez, para compreendermos quais funções estavam mais ligadas à busca pela liberdade e se haveria vantagens de alguns ofícios em relação a outros na experiência.

A última categoria dos anúncios de venda semelhante à outra dos de fuga relaciona-se com os marcadores do físico, com mais riqueza nesses do que naqueles. O anunciante de Maria a descreve apontando sua cor, “*meia fulla*”; seu corpo “*altura regular, bem feita do corpo*”, “*peitos seccos*”, “*he muito secca do corpo, bem feita*”; seu rosto, “*bonita de cara, beiços grossos e bem rosados*”, “*cabeça regular*”, “*tem dois signaes na testa*”; e seus pés, “*pés pequenos e muito bem feitos*”.

Joaquim, por sua vez, é descrito por seu “*rosto redondo, olhos e altura regular, bonita figura, cheio do corpo, cor preta*”, enquanto João é exposto enquanto tendo “*estatura ordinaria, bem preto, e barbado*”, “*pernas finas, mãos caleijadas, e pintadas de brancos*”.

Nos anúncios de fuga, essa seção talvez seja a mais importante. Em uma massa anônima de escravizados, em uma cidade grande como o Recife, ter o máximo de características diferenciadoras possível seria de extrema serventia ao anunciante, especialmente se não precisassem interagir com o escravizado nem o observar demais para notá-las.

Aspectos físicos permitem que alguma autoridade ou civil interessado possam avistar um suspeito de fuga e confirmarem a suspeita com relativa segurança, sem entregarem se estão prestando atenção demais na forma que fala ou nos adereços e marcas que carrega, ou se fazem perguntas demais quanto ao que trabalham ou ao estado jurídico de sua liberdade.

Graças ao nível de detalhe, da potencial sinceridade e da riqueza de informações quanto a agentes individuais específicos – uma raridade da documentação sobre escravizados, geralmente anonimizados e massificados – chamo atenção, mais uma vez, aos signos de *características físicas*.

Entretanto, há um desdobramento muitíssimo interessante dessa categoria, que, por sua vez, tende a formar uma categoria à parte, em relação aos anúncios de fuga. É uma consequência

do detalhamento descritivo mais bem visualizado na partícula “*camba alguma coisa do pé direito*” [2].

Na grande maioria dos anúncios de fuga transcritos na pesquisa, há marcadores de “desvios” da “normalidade” física, pelo menos do ponto de vista do senhorio. É impressionante a quantidade de escravizados coxos, bexiguentos, feridos, banguelas, aleijados, açoitados e afins.

Essas marcas, para além de apenas diferenciarem os cativos de seus pares, em um contexto de fuga, também nos servem para compreender com relativa precisão – afinal, seria uma confissão dos senhores de seus maus-tratos – o cotidiano da saúde e das condições de vida e de trabalho da população escravizada pernambucana, que, em muito, justificaria a fuga.

É por isso que proponho a adição de uma nova categoria, ou subcategoria de características físicas, que convenho chamar de signos de *doenças, deficiências e deformações* – na visão do senhorio – compostos por substantivos, adjetivos, verbos e advérbios.

Freyre, em seu conhecido trabalho sobre os anúncios de escravizados nos jornais, identificou a existência de um padrão de descrição das características “psicoculturais” da fala escrava¹⁹². Em muitos cativos “gagos”, de “fala atrapalhada”, de “olhar amortecido” ou de “semblante de quem sofre”, o sociólogo pernambucano apontou a gênese dessas questões nas experiências extremas de medo ou de pavor do despotismo senhorial, as quais teriam traumatizado e afetado a psiquê dos escravizados no Brasil¹⁹³.

É inspirado nessa observação que sugiro um marcador o qual contemple as descrições psicológicas, na perspectiva dos anunciantes, cujas bases sejam de origem social. Nos anúncios escolhidos, temos, como exemplo, a partícula “*anda bem vestida e calada*” [1], mas adianto a existência de vários indivíduos “falantes”, que “falam bem” ou “mal”, de “fala branda”, que “andam apressado”, que falam “atravessado”, “atropelado” ou “apressado” etc.

Quero descobrir não apenas o perfil emocional e psicológico dos fugidos, mas também investigar as possíveis razões que os levaram a essas condições ou que levaram seus senhores a neles enxergarem essas questões. Dessa forma, sugiro a categoria analítica dos signos de *características psicossociais* – não só substantivos e adjetivos, mas também verbos e advérbios, como em “fala bem”.

Ainda na esfera da sociabilidade, porém, distanciando-se de questões psíquicas, atento para o trecho “*he canoeiro, e entre os deste oficio apelidado por Joaquim pezinho*” [2]. Tomar

¹⁹² FREYRE. Op. cit. p. 46.

¹⁹³ Ibid. 60-1.

para si ou ser reconhecido por um apelido é uma característica essencialmente de personalidade, da forma com a qual o indivíduo se enxerga e é enxergado pelos seus pares numa coletividade.

Muitos outros aspectos podem ser visualizados com esse enfoque nos anúncios investigados, como ser “conhecido”, ser “carrancudo”, ter família, intitular-se “forro” etc. É um momento da descrição de importância para nossas hipóteses quanto à agência e à autonomia escravas, dado que são traços de reconhecimento de *sociabilidade*, acima de tudo.

Delegar uma esfera social ao cativo implica renunciar ao exclusivismo relacional com ele enquanto seu senhor, compreendendo não apenas ser possível, mas concreto e legítimo que seus escravizados tenham relações familiares, fraternais, políticas, religiosas e identitárias para além do seio da casa-grande.

Porém, esse cenário é justamente contrário ao entendimento tradicional mais elementar da renúncia à escravidão, a qual implicaria na “quebra do espírito” por meio do “isolamento total” do indivíduo, sendo separado de falantes da mesma língua, de praticantes de uma mesma religião e de membros de uma mesma “nação”.

Seriam, então, esses marcadores mais um vestígio da resistência escrava cujos praticantes, aos poucos, iriam conquistando lugar entre os seus semelhantes em meio a um regime hostil, seja por meio da negociação, seja por meio do conflito?

Em vista disso, acredito ser consequente que nossa próxima categoria sejam os signos de *temperamento, personalidade e perfil social* – substantivos, adjetivos, verbos e advérbios – cujo foco de análise concentra-se naquilo que de mais sociável haja nas descrições dos anúncios de fuga.

Nossas duas últimas categorias podem, também, ser encaradas como desdobramentos dessa anterior, dado que igualmente representam traços particulares e individuais de sociabilidade, ainda que a partir de símbolos concretos, de marcas corporais e do uso de objetos.

Por exemplo, percebemos como o fato de João ter “*dentes limados, orelha furada para brinco*” é um marcador de relevância tal que seu senhor achou prudente inseri-lo na descrição, como aspecto essencial de diferenciação.

Porém, mesmo que potencialmente à contragosto de Manoel Paulo Quintela, limar os dentes e utilizar brincos é uma característica de identidade própria, uma forma de se ver e de ser visto, conquistando um lugar próprio numa massa anonimizada.

Da mesma forma, usar contas, ter sinais de “nação”, utilizar anéis, ou, em outro ponto de observação, ser visto com corrente no pescoço, algemas, presilhas nos pés ou letras

queimadas no corpo são símbolos de individualização e diferenciação, caríssimos a uma parcela da população tão homogeneizada, desejosa por seu protagonismo.

Portanto, é meu interesse também quantificar e analisar os ditos signos de *adereços*, *marcas de identidade e de propriedade*, mesmo que um pouco mais raros que os demais.

Por fim, chamo atenção para os dois trechos: “*levou diversas mudas de roupa como seja calsa de panno preta dita de franquelim, uma sobrecasaca de panno cor de vinho, calsa e camisa de brim branco, dita de algodão de chila azul, jaqueta de riscadinho de cores, chapeo de seda preta, uma esteira fina*” [2] e “*levou vestido de jaqueta de xilla azul, calças de brim branco, camisa de algodão trançado, e chapeo preto*” [3].

Pelas prováveis mesmas razões em relação às características físicas – conseguir percebê-las à distância, sem haver a necessidade da interação – as peças de roupa com as quais os escravizados fugiram são referências constantemente presentes nos anúncios de fuga.

Mais do que isso: além das roupas as quais estariam vestindo no momento da fuga, os senhores ainda sugeriam quais outras peças os cativos poderiam estar usando posteriormente, dado que não raro as trocavam para não serem identificados e, por isso, levavam “*diversas mudas*” [2].

Esses marcadores algumas vezes denotam traços de individualidade, afinal, o vestir é também uma forma de identidade, mas, em muitos momentos, também nos confessam quais tecidos, estamparias e cortes o senhorio permitia seus cativos usarem ou a eles fornecia. Encontrei desde as mais simples camisas e calças de algodão a luxuosos chapéus de seda e vestidos de cetim.

Com o objetivo de descobrir os tipos de roupas mais comuns aos escravizados e os potenciais favoritismos que um ou outro senhor poderia ter em relação a alguns indivíduos, proponho que nossa última categoria sejam os signos de *vestimentas*.

Os anúncios de fuga, por sua riqueza de detalhes e presumida sinceridade, são uma excelente fonte para nossa proposta de análise avaliativa, tal qual fizemos com os anúncios de venda.

Estamos lidando com descrições feitas a partir do ponto de vista do senhorio em relação a seus escravos. Não sabemos o quanto cada um desses senhores conhecia, de fato, seus cativos, se intimamente ou superficialmente, mas é evidente o quanto conseguiam avaliar e opinar sobre eles, muitas vezes subjetivamente, em uma descrição que presumidamente envolvia precisão.

Por exemplo, mais uma vez nos deparamos com marcadores de *avaliações afetivas*, que envolvem as percepções particulares de quem avalia. Porém, dessa vez, consigo apontar uma certa dubiedade ou um espectro entre esse tipo e outro: as *afirmações avaliativas*.

Essa nova modalidade envolve avaliar em termos de desejo ou de repulsa a alguém, em termos de “bom” ou “ruim” e de suas variações em escala de intensidade, como “excelente” ou “terrível”¹⁹⁴.

Aponto, como representantes dessa dubiedade avaliativa, os trechos “*bem feita do corpo, bonita de cara*”, “*pés pequenos e muito bem feitos*”, “*anda bem vestida*” [1] e “*bonita figura*” [2]. São partículas ainda bastante subjetivas, pois envolvem a opinião pessoal quanto ao físico ou à vestimenta dos fugidos, mas são também avaliações em termos do que é “bom” ou não em uma disposição física.

Visto que não mais almejam seduzir um comprador com um discurso idealizador, as avaliações num anúncio de fuga podem envolver as mais íntimas confissões de um senhor quanto à forma com a qual enxerga sua “propriedade”, desde entregando a beleza de um a “feiura” de outro.

Aliás, especialmente na avaliação da fugida Maria, é importante denotar o quanto seu corpo é minunciosamente destrinchado e objetificado pelo seu senhor, desde a beleza do rosto ao formato dos pés. O quanto Manoel Antonio Ferreira conhecia sua escrava na intimidade? Por quanto tempo a observava para lembrar desses detalhes? Qual a natureza de relação entre os dois?

O detalhamento corporal de Maria, por parte de seu senhor, pode nos constranger, mas não deve nos assustar. Suely Almeida nos relembra da franqueza com a qual se tratavam os temas e aspectos íntimos da vida, no passado, dado que haveria menor vergonha associada à sexualidade e à possibilidade de ceder aos impulsos¹⁹⁵.

Há a possibilidade de que as partículas “*altura regular*” [1], “*olhos e altura regular*”, “*cheio do corpo*” [2] e “*estatura ordinária*” [3] sejam casos de *presunções valorativas*, quando envolvem valores implícitos ou presumidos como universalmente verdadeiros, a ponto de nem transparecerem como avaliações.

Ao conferirem à altura, à estatura e aos olhos os adjetivos “*regular*” e “*ordinária*”, depreende-se que os anunciantes já presumem uma “regularidade” quanto a esses aspectos do

¹⁹⁴ FAIRCLOUGH, 2003. p. 172.

¹⁹⁵ ALMEIDA, Suely C. C. Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa setecentistas: três histórias, três memórias. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 43, 195-212, 2011. p. 197.

físico, que exista uma normalidade ou padrão, dentro da população escravizada, do que seja uma estatura ou os dois olhos mais “comuns”, a ponto de se tornarem “regulares”.

O mesmo, em sentido contrário, acontece com o adjetivo “*cheio*”, ao se referir ao corpo de Joaquim. Seu proprietário presume que há uma configuração “normal” do corpo e entende que seu cativo está acima desse peso, sendo visto como “cheio” – ou “gordo”, como em outros anúncios.

Mais uma vez, proponho encerrarmos esta seção com um exercício de identificação, nos anúncios escolhidos, da tipologia de representação dos atores sociais de Van Leeuwen.

Acredito que uma diferença fundamental, em relação aos anúncios de venda expostos, é o fato de que os três possíveis tipos de atores sociais envolvidos – proprietário, destinatário e pessoas-produto – não sofrem *exclusão* em todos os exemplos de fuga.

A única exceção está no primeiro e no terceiro anúncios, quanto aos seus potenciais interlocutores. Sabemos que eles são almeçados, visto que o objetivo dos anúncios é apelar para a colaboração de algum leitor e orientá-lo quanto à devolução do fugido: “*quem a pegar leve ao Sr. Bernardino*” [1]; “*quem o pegar leve-o a seu Senhor*” [3].

Porém, em nenhum momento os atores sociais que eventualmente responderiam ao pedido são referidos concretamente, diferentemente do segundo anúncio, no qual os interlocutores são representados por via da *inclusão* por *generalização*, quando são visualizados em classes ou essências generalizadas¹⁹⁶: “*Roga-se aos Srs Sub-Prefeitos desta e mais comarcas, e autoridades policiaes, pessoas particulares*” [2].

Mesmo assim, são os únicos atores representados de forma não especificada. Dessa forma, me limito a reconhecer as possíveis formas de inclusão por *personalização* em relação aos senhores e seus cativos.

Dado que o agente principal da ação relatada – fugir – são os escravizados, seus senhores ficam em segundo plano. Apesar de seres os anunciantes, suas ações, que já eram transmitidas com a voz passiva nos anúncios de venda, agora são apenas presumidas. Sabemos que eles buscam, procuram, imploram, desejam, mas em nenhum momento isso é dito de forma clara.

Até mesmo no caso em que há um verbo cujo sujeito é o anunciante, logo, uma ação, ele é novamente conjugado na voz passiva: “*Roga-se*” [2]. Quando ele é o financiador da recompensa, são os *aliados* que serão *recompensados*, não *ele* que *recompensará*: “*será*

¹⁹⁶ VAN LEEUWEN. Op. cit. p. 35.

generosamente recompensado” [2]; “*que será recompensado*” [3]. O nome do senhor está lá, mas, mesmo assim, ele se isenta de se demonstrar agente.

De forma predominante, os anunciantes se representam por via da *determinação* por *nominação*, em termos de sua identidade única, que, por sua vez, se subdivide em *semiformalização*¹⁹⁷, quando são referenciados nome e sobrenome: “*Manoel Antonio Ferreira*” [1], “*Joaquim Gonsalves Cascão*” [2] e “*Manoel Paulo Quintela*” [3].

Há, ainda, um caso de nominação por *afiliação*, quando há a adição de um título em termos relacionais de um ator com outro – mas que também pode ser interpretado como uma categorização por *identificação relacional*, quando há a representação em termos de relações¹⁹⁸, nesse caso, de trabalho: “*seu Senhor*” [3].

Nesse exemplo, o anunciante se coloca em termos da relação que exerce junto ao fugido João. Apesar de ser uma relação de propriedade, de senhorio, é interessante como o locutor do discurso referencia a si mesmo a partir do ponto de vista de seu escravo: ele é secundário nessa descrição.

Chamo atenção para a citação de um misterioso “*Sr. Bernardino José Monteiro*” [1], igualmente representado por nominação e por *titulação*, dado que é “senhor”. Infelizmente, podemos apenas especular suas relações com os agentes envolvidos e porque o anunciante achou relevante nomeá-lo especificamente.

Resta-nos os principais agentes da descrição, aqueles que, diferentemente dos anúncios de venda, são agora representados pela via da *ativação*, não mais da passivação, dado que são as forças ativas e dinâmicas do verbo *fugir*. Em todos os três anúncios, como já aponte, há a partícula “*fugio*”.

A representação dos escravizados pela vida da determinação continua com a forma de categorização, mas também pela via da nominação, tal qual seus senhores. Porém, diferente deles, sua nominação é por *informalização*, quando apenas seus primeiros nomes aparecem: “*Maria*” [1], “*Joaquim*” [2] e “*João*” [3].

Duas coisas já discutidas podemos extrair desse fato: se, por um lado, por terem sido agentes individuais, particulares e específicos da fuga, portanto, conquistaram o direito de serem nomeados no anúncio, por outro lado, caso tenham sobrenomes – muitas vezes, o da própria família do senhor – seria um dado não tão relevante para a descrição, visto que o

¹⁹⁷ Ibid. p. 41.

¹⁹⁸ Ibid. p. 43.

sobrenome do senhor, seu sítio e todas as informações mais determinantes para a identificação do escravizado já estão dispostos no texto.

Algo que enriquece a representação por nominação é a referência ao apelido do segundo fugido, a saber, “*Joaquim pezinho*”, assim identificado pelos seus pares muito provavelmente pela relevância da condição de seu pé direito, visto que é coxo, de acordo com seu senhor.

Retornando à categorização, vemos, novamente, a representação pela via da funcionalização, como em “*canoeiro*” [2], e da identificação. Porém, diferentemente dos anúncios de venda, cuja principal manifestação da identificação era por meio da classificação, nos de fuga, temos um enfoque na representação pela via da *identificação física*.

Claro, temos, igualmente, marcadores de diferenciação de quem uma sociedade enxerga como permanentemente essencializado em uma forma, geralmente substantivada, como as já anteriormente mencionadas condição e qualidade: “*uma preta*”, “*escrava*”, “*creoula*” [1], “*um escravo*” [2], “*um escravo preto*” [3].

Mas a grande maioria das representações dos escravizados, nos anúncios de fuga, são menções a partir da identificação física, quando os atores sociais são referenciados em termos quanto a características físicas que os particularizam em um dado contexto¹⁹⁹.

“*Meia fulla*”, “*beiços grossos e bem rosados*” [1], “*camba alguma coisa do pé direito*” [2], “*mãos caleijadas e pintadas de branco*” [3] e todas as demais partículas que compuseram a construção de nossa categoria de análise, para os anúncios de fuga, *características físicas* podem ser marcadores dessa modalidade de representação, compostos, predominantemente, por substantivos e seus adjetivos.

Encerramos, aqui, a gênese das categorias analíticas que nos acompanharão até o final do trabalho. São elas: *Nação, Idade, Sexo, Ofício, Características físicas* (em ambos os tipos de anúncios); *Características socioproductivas* (apenas nos de venda); *Doenças, deficiências e deformações*; *Características psicossociais*; *Temperamento, personalidade e perfil social*; *Adereços, marcas de identidade e de propriedade*; e *Vestimentas* (apenas nos de fuga).

Vejamos o que a descoberta delas pode nos dizer sobre a condição discursiva dos anúncios de venda e de fuga.

¹⁹⁹ Ibid. p. 44.

3.3 A dupla natureza do discurso senhorial

A tônica dos anúncios de venda é padronizada: a quantidade de escravizados, seu sexo, sua “nação”, sua idade, seu ofício e o local do anunciante. Não se diferenciam, na base, de qualquer outro anúncio de bens no século XIX. As informações acerca da “procedência”, da “durabilidade”, da “qualidade”, da “função” e afins da “mercadoria” são onipresentes.

Nos anúncios de fuga, há categorias análogas, que cumprem funções semelhantes às daquelas dos de venda, como sexo, “nação”, idade e ofício. É a partir disso que podemos identificar uma primeira dimensão no discurso senhorial.

Fairclough menciona, entre três tendências modernas de mudanças nas ordens do discurso – gêneros, discursos e estilos, como explicado no segundo capítulo – uma nomeada de *comodificação*²⁰⁰. Essa tendência representaria o processo pelo qual domínios e instituições sociais passariam a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias, quando, na verdade, seus propósitos originais são seriam esses.

É gerada, em consequente, uma transferência metafórica do vocabulário de mercadorias para uma determinada ordem do discurso inadequada²⁰¹. Tratar-se-ia da dimensão discursiva de uma tentativa de reestruturação de práticas sob o modelo de mercado.

Diferente de um contexto meramente comunicativo, a publicidade é um discurso estratégico, constrói-se imagens em sentido distinto do aparente²⁰². Vendedor, produto e consumidor têm suas identidades moldadas e passam a ser reunidos como coparticipantes em uma simulada comunidade de consumo.

Dito isso, não é difícil concluir, dado o risco da obviedade, que a natureza da espécie humana, mesmo fazendo jus à historicidade do que é moral ou imoral, é absolutamente inadequada para uma caracterização mercantil. Em outras palavras, apesar de ser possível, a descrição de seres humanos para a venda é uma perversão.

É perverso justamente no sentido de desvio, de corrupção, de alteração das ordens do discurso que nos dizem respeito. A comodificação do africano e de seus descendentes – ou a forja de pessoas-produto – dentro do discurso senhorial, descortina-se como uma estratégia processual e historicamente construída para normalizar e legitimar desumanização tal a ponto de estarem expostos como mercadoria nas páginas dos jornais.

²⁰⁰ FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001. p. 255.

²⁰¹ Ibid. p. 256.

²⁰² HABERMAS apud FAIRCLOUGH. Ibid. p. 259.

A commodificação pode ser compreendida como mais uma ferramenta de dominação, através do discurso, de uma “raça” sobre outra. De uma cultura sobre outra. De uma sociedade sobre outra. Propagados discursivamente como um *comoditie* e assim essencializados pelo curso das gerações, os indivíduos commodificados nem mais atrairiam estranheza ao serem vistos anunciados ao lado de animais de tração, secos e molhados, produtos de botica e afins.

Portanto, inspirados na categoria de Fairclough, adaptando-a de um contexto de transformações discursivas na modernidade para outro do escravismo brasileiro, podemos conformar que o primeiro momento aparente do discurso senhorial é a sua *dimensão comodificadora*.

Em menor recorrência, nos anúncios de venda, temos a presença de partículas que, embora presumivelmente relevantes para o comprador e para o vendedor em um contexto de consumo, não fazem jus à desumanização intrínseca à atividade. São marcadores que descrevem o físico, as habilidades, os vícios, as relações sociais e familiares, a maternidade, o caráter, a personalidade, os conhecimentos etc.

Da mesma forma e em especial, nos anúncios de fuga encontramos, com frequência, categorias referentes às características físicas e seus “desvios”, como doenças e deformações; às características psicossociais; ao temperamento, personalidade e perfil social; aos adereços, marcas de identidade e de propriedade; e à vestimenta.

Enxergo essa faceta do discurso senhorial como o outro lado da contradição que o rege; a oposição dialética da dimensão comodificadora, inevitável a ela, dado que fora historicamente estabelecida, e só poderia ser historicamente suprasumida.

Reconhecer, nos escravizados e escravizadas, a existência de sociabilidade, de psiquismo e de particularidades físicas é, intrinsecamente, reconhecê-los como sujeitos, com complexidades e contrastes próprios de um ser social como o humano.

O tornar-se sujeito era uma um convite à reflexão constante no trabalho de Émile Benveniste. O linguista francês acreditava que a subjetividade é um importante índice que demarca a natureza da linguagem, ao lado do tempo e do espaço²⁰³.

Para Benveniste, *enunciar* envolve pôr em funcionamento a língua, através do discurso, por um ato individual de utilização²⁰⁴. Semantiza-se a língua, ao ver o sentido almejado pelo sujeito se colocando em palavras²⁰⁵.

²⁰³ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 84-5.

²⁰⁴ Ibid. p. 82.

²⁰⁵ Ibid. p. 83.

Assim sendo, enquanto realização individual, enunciar é um processo de apropriação da língua: ao utilizá-la, nos tornamos locutores; logo, nos colocamos enquanto sujeitos, temos identidade, nos materializamos.

Inspirado por Benveniste, proponho que o segundo momento aparente do discurso senhorial envolva, mesmo que potencialmente à contragosto do senhorio, a subjetivação do escravizado através da língua, o reconhecimento dele enquanto sujeito.

Afinal, tornar identificável e referenciável sua particularidade psíquica, sua singularidade social e sua especificidade física envolve enunciar, e, conseqüentemente, colocar-se discursivamente enquanto sujeito. Isso posto, revela-se diante de nós a *dimensão subjetivadora*.

A aparente dupla natureza do discurso senhorial se compreende como a contradição, em um dado espaço e em um dado tempo, entre uma dimensão comodificadora e outra subjetivadora quanto à descrição e à referenciação de escravizados.

Essa dicotomia é necessariamente simultânea e mutuamente inalienável. As dimensões não são encontradas de forma autônoma ou em momentos distintos do discurso: são partes constitutivas dele e reciprocamente determinantes e determinadas.

Vejamos primeiro, então, em detalhe, como a dimensão comodificadora é evocada no discurso senhorial.

4 A DIMENSÃO COMODIFICADORA

Como exposto no capítulo anterior, a natureza discursiva dos anúncios de venda e de fuga de escravizados, em meados do século XIX, aparentemente conforma uma contradição entre uma dimensão *comodificadora* e outra *subjetivadora*, quanto à descrição e à referenciação de nossos agentes históricos. Neste capítulo, porém, é justamente a sua face de menor agência o meu enfoque: a dimensão comodificadora, a transferência metafórica da enunciação ou do vocabulário de mercadorias para uma determinada ordem do discurso inadequada.

Vimos que as categorias de signos as quais compõem a comodificação são *nação*, *idade*, *sexo* e *ofício*, assim determinando a gênese de pessoas-produto no seio dos anúncios. Relembro que defini signo enquanto o resultado de uma subtração: a representação simbólica de uma ideia retirada de uma totalidade de significações que não correspondem ao que está sendo representado.

Por isso, reitero que o objetivo deste capítulo não é quantificar os padrões de “palavras”, “vocábulos” ou até dos significados em si, mas as repetições de uma dada ideia no discurso senhorial. Ou seja, por mais que as especificidades lexicais de cada anúncio em muito enriqueçam a exposição, a identificação das preferências ou percepções do senhorio em relação a seus escravizados dá-se a partir dos signos, da representação de suas interpretações de uma dada realidade.

Em cada categoria de análise, exporei os padrões de repetição de signos em tabelas e utilizarei, quando necessário e possível, o auxílio provido pelos dicionários de Silva Pinto e de Moraes e Silva. A partir disso, retomo a discussão histórica com base na literatura especializada.

4.1 Nação

A “nação escrava” é um dos pontos de discussão de maior revisitação na historiografia da escravidão atlântica. A heterogeneidade de modelos e a diacronia própria do conhecimento histórico, ele mesmo processual, nos privilegia com um rico e acalorado debate teórico e metodológico.

De acordo com o *Diccionario da língua brasileira* (1832), de Silva Pinto, *nação* seria “A gente de hum paiz, que se governa por suas leis particulares. Casta, raça.”²⁰⁶. O *Diccionario*

²⁰⁶ PINTO. Op. cit.

da *lingua portugueza* (1823), de Moraes e Silva, ainda adiciona “especie”²⁰⁷ à definição da palavra.

Se deixar seduzir pelo evidente caminho fácil por onde essa definição nos leva seria ignorar todo o percurso já realizado por pesquisadores do tema quanto à partícula *nação*. Por exemplo, Valéria G. Costa, que já citei, acredita que o termo faz referência a grupos étnicos, cidades, reinos, mercados, ilhas ou portos²⁰⁸ relacionados à “mercadoria” vendida, sendo, portanto, um referencial comercial, dado pelos traficantes.

Costa diz que havia, sim, correspondência entre as denominações dadas pelos comerciantes de escravos e as identidades elaboradas pelos próprios africanos, mas crê que, de modo geral, as nações foram forjadas na diáspora e constantemente reinventadas pelos desembarcados. Seria uma identidade em contínuo processo de reelaboração²⁰⁹.

Para Renato da Silveira, é precisamente pela pretensão de dizer que as nações “se reinventam constantemente” que se deixa de lado o que elas tinham de constante²¹⁰. Para ele, a “nação-instituição” teria origem em um pacto entre desiguais, em uma manipulação simultânea²¹¹, preservando ou inventando tradições africanas, servindo como parte da estrutura política dos sistemas coloniais das Américas.

Flávio Gomes, por outro lado, acredita que essas classificações podem, novamente, ter sido sugeridas pelo tráfico, incluindo nomes de portos ou de localidades em África²¹². O problema, para Gwendolyn Hall, estaria na variedade de critérios adotados pelos comerciantes tanto para identificar etnias quanto para batizar lugares em África²¹³.

Traficantes britânicos chamavam “Angola” toda a região da África Central voltada para o Atlântico, enquanto os espanhóis e franceses a chamavam de Congo. Os portugueses identificavam seus escravizados a partir dos portos de embarque ou da região da qual eram exportados, enquanto, nas Américas, os próprios cativos faziam referência a algum lugar ou aldeia²¹⁴.

²⁰⁷ SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario da lingua portuguesa, tomo II*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. p. 285.

²⁰⁸ COSTA, V. Op. cit. p. 203.

²⁰⁹ Ibid. p. 204.

²¹⁰ SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 38, p. 245-301, 2008. p. 291.

²¹¹ Ibid. p. 262.

²¹² GOMES, Flávio. Africans and “nations” in the slave trade through parish registers: preliminary notes for comparative perspectives on Brazil and Cuba in the seventeenth century. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 41, p. 451-466, set./dez., 2016. p. 453.

²¹³ HALL, Gwendolyn M. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 29-70, jan./jun. 2005. p. 33.

²¹⁴ Ibid. p. 34.

Muitos africanos se identificavam com impérios, antigos ou recentes, reinos e outras organizações políticas de menor porte²¹⁵. Até mesmo línguas do mesmo tronco poderiam ser transformadas em identificação étnica.

Mais do que isso: Hall afirma que as identidades étnicas sempre existiram em África e interagiam antes do estabelecimento do tráfico, estabelecido antes da colonização, em um precário domínio sobre áreas litorâneas²¹⁶. Citando Boubacar Barry, a historiadora nos lembra que, na Senegâmbia, mesmo antes do comércio de escravos, as pessoas trocavam de grupo étnico e de língua²¹⁷.

Para ela, atestar que as designações étnicas não dizem nada a respeito dos próprios africanos e de sua cultura, sendo criação exclusiva de europeus, missionários, antropólogos e colonos, para separar os colonizados²¹⁸, reforça o hábito de tratá-los de maneira genérica, distanciando-os e desumanizando-os²¹⁹.

Maria Inês Oliveira também acha difícil que, mesmo após a presença duradoura e perene dos portugueses em África, os traficantes continuassem a ignorar a nomenclatura utilizada pelos povos africanos para se referirem uns aos outros²²⁰. Para ela, parece lógico que os arrendatários de contratos e a complexa rede de indivíduos a eles subordinada tivessem condições de identificar seus cativos pelos etnônimos a partir dos quais se reconheciam ou eram reconhecidos.

Didática é a discussão que traz Silveira²²¹, realizando tanto um apanhado quanto uma crítica da historiografia acerca da “nação africana”, perpassando pelas contribuições dadas por R. Bastide, J. Thornton, L. Matory, M. M. Souza, M. C. Soares, R. Vainfas, M. Karasch, N. Parés e os já citados F. Gomes e M. I. Oliveira.

Roger Bastide, para Silveira, acredita que as denominações étnicas pouco atentam aos fatos culturais africanos, tendo sido feitas apressadamente, em um registro do que era essencial para a administração dos negócios do tráfico²²². Essa análise, porém, “ressente-se da escassez de dados empíricos”, diz Silveira²²³, usando termos comprometidos com o eurocentrismo e

²¹⁵ Ibid. p. 32.

²¹⁶ Ibid. p. 39.

²¹⁷ BARRY apud HALL. Ibid. p. 39.

²¹⁸ HALL. Ibid. p. 38.

²¹⁹ Ibid. p. 40.

²²⁰ OLIVEIRA, Maria Inês C. Quem eram os “negros da guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 19/20, p. 37-73, 1997. p. 41.

²²¹ SILVEIRA. Op. cit.

²²² BASTIDE apud SILVEIRA. Ibid. p. 247.

²²³ SILVEIRA. Ibid. p. 249.

mantendo o movimento histórico de certo modo linear, delegando agência aos colonizadores e espontaneísmo aos colonizados.

Bastide, porém, nos lembra que as “nações” urbanas teriam um importante caráter político, com seus Reis e Governadores, tendo sido “bem organizadas”, proprietárias de imóveis onde edificavam suas confrarias, com orquestras próprias²²⁴. Se verificava a divisão em nações nos batalhões do Exército, nas confrarias católicas, nas associações de festas e de assistência mútua. Seriam, para o sociólogo francês, uma política deliberada dos dominadores para evitar a formação de uma consciência de classe explorada entre os escravizados e o processo espontâneo de associação.

John Thornton, por sua vez, de acordo com Silveira, explicita como as “nações” e as irmandades eram instituições distintas, embora relacionadas²²⁵. As nações, para o historiador americano, seriam organizações urbanas, com corpos de funcionários particulares e funções sociais variadas.

João José Reis acredita que as irmandades religiosas negras, em seu turno, foram idealizadas pelos brancos como um mecanismo de dominação do espírito africano, por meio da “africanização” da religião dos senhores, tendo se convertido, posteriormente, em um instrumento de identidade e solidariedade coletivas²²⁶.

Teria havido, de acordo com Thornton, um meio social propício ao compartilhamento de costumes africanos no ambiente americano, tendo o desenvolvimento das “nações” africanas sido facilitado pela concentração de escravizados de mesma etnia, pelos casamentos e pela linguagem em comum²²⁷.

Ronaldo Vainfas, para Silveira, entra para o grupo dos que enxergam a “nação” como a classificação e a diferenciação dos africanos feitas pelos próprios escravistas²²⁸. Para ele, é importante denotar que a ideia de nação não guarda nenhuma relação com nacionalismos ou consciência nacional, dado que o sentido original do termo, no Antigo Regime, poderia oscilar entre comunidade de origem, lugar de naturalidade ou pertencimento a um grupo religioso ou linguístico.

²²⁴ BASTIDE apud SILVEIRA. Ibid. p. 248.

²²⁵ THORNTON apud SILVEIRA. Ibid. p. 251.

²²⁶ REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-21, 1996. p. 4.

²²⁷ THORNTON apud SILVEIRA. Op. cit. p. 250.

²²⁸ VAINFAS apud SILVEIRA. Ibid. p. 282.

Luís Nicolau Parés, na visão de Silveira, crê que o uso do termo nação, inicialmente determinado pelo senso de identidade coletiva nos estados monárquicos europeus da época, se projetou em suas empresas comerciais e administrativas em África, ao lá encontrar o mesmo sentido de identidade²²⁹.

Essas identidades estariam articuladas em vários níveis, familiares, étnicos, religiosos, territoriais, linguísticos e políticos, tendo sofrido pressões de elementos desestabilizadores, sendo, por isso, instáveis e mutantes²³⁰. Nas Américas, existiram casos em que as denominações correspondiam às identidades coletivas vigentes em África, mas, aos poucos, foram expandindo sua abrangência semântica.

Para Silveira, porém, os nomes de nação não precisavam ser etnicamente “verdadeiros”, afinal, a “nação” era composta por uma mistura de grupos, com um ou mais grupos dominantes²³¹. Para ele, é um desvio de rumo considerar a nação enquanto uma etnia pretensa, inautêntica, quando os dados indicam que seria uma instituição de outra natureza, de função política, principalmente²³².

Ao definir a “nação” como uma organização de base social antiga, Silveira a enxerga como um modo convencional de segmentar a população²³³. Ser considerado membro de uma nação, para um indivíduo duplamente estigmatizado enquanto escravo e estrangeiro, seria o ingresso no nível mais elementar de cidadania, garantindo a participação em uma irmandade ou regimento de ordenanças, o estabelecimento de alianças, a visibilidade pública, a administração de um espaço próprio e o vislumbre de alguma mobilidade social.

Afinal, ser visto, ou seja, quanto mais integrado socialmente, para o africano, maior o poder de barganha. Minorias étnicas heterogêneas agregadas não fragilizavam a nação, ao contrário, tornavam-na mais numerosa, dado que a segregação era o modo da integração no Antigo Regime, diz Silveira.

Ademais, as nações teriam sido favorecidas pela linha branda do colonialismo e sabotadas pelas correntes despóticas²³⁴. Um exemplo disso, para Silveira, é a conhecida orientação do Conde dos Arcos, governador-geral da Bahia no início do século XIX, a partir da qual subentende-se que a preservação das tradições étnicas em sua diversidade era uma boa

²²⁹ PARÉS apud SILVEIRA. Ibid. p. 285.

²³⁰ Ibid. p. 286.

²³¹ SILVEIRA. Ibid. p. 256.

²³² Ibid. p. 257.

²³³ Ibid. p. 297.

²³⁴ Ibid. p. 261.

receita de dominação, pois lembrava aos africanos de suas diferenças, impedindo sua união contra o sistema.

Em nossos anúncios de venda, assim se dispunham as informações cedidas pelos anunciantes sobre suas interpretações de ideias de *nação*:

Tabela 1 – Nação (venda)

Classificação geral	Nº de ocorrências	%
“de Nação”	156	30,35
Mulato	117	22,76
Crioulo	81	15,76
Angola	60	11,67
Pardo	28	5,45
“da Costa”	17	3,31
Moçambique	12	2,33
Cabra	10	1,95
Cabinda/Cabunda	9	1,75
Rebolo	8	1,56
Benguela	6	1,17
Congo	3	0,58
Angico	3	0,58
Caçange, Calabar, Mina e Songo	4	0,77
Total	514	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Ainda em nossos aproximados mil anúncios de venda, houve 343 ocorrências dos signos “*negro*” ou “*preto*” e suas variações. Porém, como acordado no capítulo passado, ambas as partículas aparentam denotar não um adjetivo, uma caracterização da “nação” do indivíduo, mas a essencialização de sua tez enquanto um substantivo indicador de “mercadoria”. Portanto, não entram na contagem.

O mesmo ocorre em nossos aproximados trezentos anúncios de fuga. 13 ocorrências dos signos “*negro*” ou “*preto*” foram encontradas. Os signos de *nação* entre os fugidos, por sua vez, são assim distribuídos:

Tabela 2 – Nação (fuga)

Classificação geral	Nº de ocorrências	%
Crioulo	79	25,65
Angola	51	16,56
Mulato	24	7,79
Benguela	20	6,49
Congo	17	5,52
“da Costa”	14	4,55
Caçange	13	4,22
Moçambique	13	4,22
Cabra	12	3,90
Rebolo	12	3,90
Cabinda/Cabunda	9	2,92
“de Nação”	7	2,27
Pardo	7	2,27
Angico	4	1,30
São Tomé	4	1,30
Songo	4	1,30
Quiçamá	3	0,97
Baca	2	0,65
Camandongo/Camundongo	2	0,65
Nagô	2	0,65
Quelime/Quelimo	2	0,65
Benim, Calabar, Cambota, Ginge, Guiné, Mina e Mixicongo	7	2,27
Total	308	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

A denominação genérica “escravo *de nação*” corresponde a quase um terço das ocorrências em anúncios de venda, enquanto expressa uma relevância ínfima entre os anúncios de fuga. Faz sentido: em um contexto de proibição do tráfico, apesar das inconstâncias na repressão, tentar mascarar uma potencial origem africana do escravizado, que chamasse atenção das autoridades para o anunciante, seria uma estratégia decente.

Por outro lado, a intenção de um anúncio de fuga era reaver o fugido, sendo o mais detalhista e sincero possível, mesmo que isso sacrificasse a sutileza do anunciante. Por isso, provavelmente, os signos de nação são bem mais diversos e distribuídos nesse tipo de anúncio.

Com base na extensa discussão sobre a “nação escrava”, me limito a considerar os 156 vendidos e os 7 fugidos “*de nação*” como, possivelmente, escravizados de origem africana, nem nascidos no Brasil, nem sendo filhos de alguém nascido nas Américas. Com isso, podemos enxergar os dados de duas formas.

Se visualizarmos de forma geral, secundarizando as particularidades, vemos, tanto nos anúncios de fuga (60%) quanto nos anúncios de venda (54%), a primazia de escravizados africanos, qualificados por suas nações, quando comparados com cativos “mestiços” ou “miscigenados”, nascidos no Brasil.

Porém, se são as especificidades que nos importam, para além de uma categorização genérica enquanto escravos “*de nação*” (30% nos de venda e 2,2% nos de fuga), vemos o domínio dos brasileiros nos anúncios de venda: os “*mulatos*” (22%), “*crioulos*” (15%), “*pardos*” (5,45%) e “*cabras*” (1,95%). Nos anúncios de fuga, mais heterogêneos, não temos tantas mudanças: apesar de termos “*crioulos*” (25%) e “*mulatos*” (7,7%) no pódio, as “nações” específicas ainda são mais de 57% do total.

Voltemos a Silva Pinto. De acordo com seu dicionário, “Cabra” é o “Filho de pai molato, e mãe negra, ou ao contrario”²³⁵. “Crioulo”, por sua vez, seria “O preto escravo, que nasce em casa de seu senhor”, mas também “O animal ou ave que nasce em poder de seu dono”.

Já “Mulato” seria o “Nascido de preto com branca, ou de branco com preta”. Por fim, “Pardo” é “De côr entre branco e preto”. Ambas as definições remetem uma a outra: pardo é mulato, mulato é pardo. Moraes e Silva apenas adiciona que essa última cor seria “como a do pardal”²³⁶, uma interessante raiz etimológica.

Suely Almeida e Janaína Bezerra nos lembram que outro dicionarista, Rafael Bluteau, alega que os portugueses nomearam alguns índios de “cabra”, pois os acharam mascando ervas como cabras ruminando²³⁷. Para elas, por outro lado, o “cabra” dos escravizados seria o resultado do cruzamento de pessoas de tez mais clara com outras de pele mais escura²³⁸.

São sempre mestiços, não importa se o intercuro teria se dado entre um indígena, um africano, um brasileiro ou um português: o princípio que o rege é sempre o “escurecimento” da

²³⁵ PINTO. Op. cit.

²³⁶ SILVA. Op. cit. (t. II). p. 355.

²³⁷ ALMEIDA; BEZERRA. Op. cit. p. 16.

²³⁸ Ibid. p. 17.

pele da prole. Seria “um salto atrás”, segundo o governador Dom Marcos de Noronha²³⁹, dado que seria o resultado do cruzamento de uma pessoa de “melhor qualidade” com outra de “qualidade inferior”.

Gian Silva também menciona essa característica da tez do “cabra”. Citando Jean-Baptiste Debret, cabra seria “uma crioula, filha de mulato e negra, cor mais escura do que o mulato”²⁴⁰. Debret não teria considerado outras misturas como gêneses possíveis do “cabra”, mas resgata a mesma noção de que implicaria no “escurecimento” da cor da pele.

Não é exagero lembrar que, na sociedade escravista, a nomenclatura de cor da pele não indicava somente a cor, mas apontava para uma dimensão ampla do indivíduo, dicotomizada no que fora denominado como “condição” e “qualidade”²⁴¹. A cor da pele se constrói ao longo dos séculos de escravidão, diz Silva, e, quanto mais escuro, mais próximo da “mácula” do cativo.

É por isso, aliás, que “pardo” foi se tornando, aos poucos, indicativo de afastamento da escravidão, passando a ser um “lugar” socialmente aceito, que “abrandava” qualidades natas e possibilitava ressaltar as adquiridas. A população de ascendência negra, no século XIX, procurava se distanciar do cativo construindo caminhos que possibilitassem a ascensão social, criando identidades a partir de nomenclaturas de classificação de cor²⁴².

De acordo com Hebe Mattos, “pardo” fora inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, sinalizando neles uma tal “ascendência europeia”, ampliando sua significação com o tempo²⁴³. Já para Lina Maria B. de Aras, a categoria “pardo” é bastante elástica, dado que nela se incluíam os mulatos de vários matizes e os ditos “brancos sujos”²⁴⁴. Para ela, os pardos seria homens livres com vínculos familiares com a escravidão, por isso, estigmatizados.

Peter Eisenberg²⁴⁵, por sua vez, delegou um teor jurídico ao “pardo”, mais ligado à “condição” e menos à “qualidade”. A aplicabilidade do termo serviria para identificar o indivíduo livre de ascendência africana, independentemente de sua negritude.

²³⁹ NORONHA apud ALMEIDA; BEZERRA. Ibid. p. 17.

²⁴⁰ DEBRET apud SILVA, Gian Carlo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Recife, PE. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. p. 65.

²⁴¹ SILVA. Ibid. p. 38.

²⁴² COSTA, Alex A. Poder político, racialização e cidadania: disputas em torno de um vigário, filho de libertos, na província da Bahia. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina C. L. (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 280.

²⁴³ MATTOS apud COSTA. Ibid. p. 280.

²⁴⁴ ARAS apud COSTA. Ibid. p. 280.

²⁴⁵ EISENBERG apud ALMEIDA; BEZERRA. Op. cit. p. 3.

Para Eduardo França Paiva, “pardo” e “mulato” eram duas palavras antigas do universo ibero-americano as quais se ressignificaram²⁴⁶. Aos olhos da historiografia, “mulato” sempre seria fruto da união entre uma pessoa negra e outra branca, ou o resultado do pecado entre senhores e escravos. “Pardo” seria a pessoa “depurada” por várias gerações nascidas no Brasil, de tez mais clara, sem o estigma da anterior.

A região de fronteira entre as formas como as pessoas se reconheciam, entre a escravidão e a liberdade, é a essência do “pardo”²⁴⁷ e do “mulato”. Numa sociedade em que vigorava a exclusão a partir de critérios de cor, a conquista da ascensão social seria dependente de um processo de redefinição de identidade²⁴⁸. Identificar-se como esses signos menos teria a ver com a cor, e sim, com o lugar que esses indivíduos ocupariam numa realidade escravista.

Afinal, como disse James H. Sweet, na época moderna, “raça” era quase sinônimo “hábitos”: não poderiam ser separados e ambos persistiam pela descendência²⁴⁹. Assim sendo, na interpretação de Ronald Raminelli, a cor condicionaria os hábitos de um indivíduo, tendo sido o racismo em relação à tez preta o responsável pela “inferioridade” dos africanos²⁵⁰. Diz ele:

[...] no reino e na América portuguesa, o caráter inato dos costumes e da moral era atribuído à natureza, ao sangue ou à raça. Aliás, os três termos atuavam tanto quanto sinônimos como motivos para excluir judeus, mouros, negros e mulatos das honras e privilégios. Ainda que a pele não fosse a justificativa para o defeito de sangue ou de qualidade, a cor escura era indício seguro do cativo, dos vícios e da incapacidade de deter ofícios de armas e letras²⁵¹.

Raminelli, ainda, ao consultar o dicionarista Bluteau, percebeu que, para ele, ter raça “se toma sempre em má parte”, dado que indicaria ser descendente de mouro ou judeu²⁵². O cristão, por sua vez, não sendo cristão-novo, teria “limpo sangue sem raça de nação infecta”.

A cor era parte integrante da qualidade dos indivíduos²⁵³. No Antigo Regime português, a qualidade guiou as avaliações de pedidos de provisão de comendas, mercês e tenças das três principais ordens militares portuguesas, a de Cristo, de Avis e de Santiago. Para ascender aos

²⁴⁶ PAIVA apud ALMEIDA; BEZERRA. Op. cit. p. 7.

²⁴⁷ COSTA, A. Op. cit. p. 281.

²⁴⁸ Ibid. p. 283.

²⁴⁹ SWEET apud RAMINELLI, Ronald. Impedimento da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul./dez. 2012. p. 702.

²⁵⁰ RAMINELLI. Ibid. p. 703.

²⁵¹ Ibid. p. 721.

²⁵² BLUTEAU apud RAMINELLI. Ibid. p. 717.

²⁵³ ALMEIDA; BEZERRA. Op. cit. p. 8.

hábitos, era necessário pureza de sangue e de mãos, sem máculas de herege, mouro, judeu, gentio ou mulato, além do defeito mecânico.

Para Gian Silva, “qualidade” poderia ser a “essência” das coisas, algo natural dos sujeitos, detentores ou não de qualidades essenciais inerentes a sua existência²⁵⁴. Porém, na prática, haveria margem para que os atores sociais conseguissem *conquistar* qualidades não necessariamente próprias do seu grupo de origem, seja a partir de rituais legítimos, seja de modo accidental.

Roberto Guedes caminha na mesma linha: qualidade e cor poderiam ter sido utilizadas como sinônimos e teria existido uma frequente mudança de cor de um mesmo indivíduo, dependendo das fontes e das circunstâncias²⁵⁵. Para ele, isso significaria que a atribuição de cor não envolvia apenas características somáticas, mas, antes, a condição social.

Isso é interessantíssimo. A troca ou a ausência de uma denominação de cor também era uma estratégia de inserção social²⁵⁶! Mesmo que nomear pessoas como pardas, mulatas ou pretas fossem uma forma de afastá-las dos brancos, para longe da condição de liberdade²⁵⁷, uma estaria menos afastada em relação à outra, possibilitando, com a sua troca, uma maior ou menor ascensão e integração sociais.

Para Cacilda Machado, era a mobilidade social ascendente e descendente, conforme determinadas circunstâncias sociais, que transformava um pardo em branco, um branco em pardo, um pardo em negro etc.²⁵⁸. A mudança de cor, para ela, sugere negociações dos lugares sociais dessas pessoas e de suas famílias, comportando certa fluidez quanto às suas qualidades.

A possibilidade de “mudança de cor” também seria uma possível solução para os conflitos dentro da própria população escravizada, em relação às suas diferenças étnicas. Afinal, haveria mais dissensão do que coesão entre os cativos, acredita Sheila de Castro Faria²⁵⁹.

Para Nicolau Parés, uma das causas dessa divisão, que teria dificultado a emergência de uma identidade negra abrangente, seria a longa tradição de discórdia entre “crioulos da terra” e “africanos estrangeiros”²⁶⁰. Poderíamos falar, diz ele, de um sentimento “xenófobo” por parte dos crioulos e de certa “galhardia boçal” dos africanos, até certo ponto.

²⁵⁴ SILVA, G. C. Op. cit. p. 41.

²⁵⁵ GUEDES apud ALMEIDA; BEZERRA. Op. cit. p. 11.

²⁵⁶ ALMEIDA; BEZERRA. Ibid. p. 19.

²⁵⁷ Ibid. p. 30.

²⁵⁸ MACHADO apud ALMEIDA; BEZERRA. Ibid. p. 11.

²⁵⁹ FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 122-146, 2007. p. 126.

²⁶⁰ PARÉS, Nicolau. O processo de crioulistização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005. p. 102.

O desenraizamento e a convivência com “nações” distintas, que se viram forçados a aceitar, fizeram com que os escravizados pudessem perceber o que tinham em comum, no sentido de reconstruir identidades culturais, forjadas na própria experiência do cativo, diz Faria²⁶¹.

Por exemplo, africanos e crioulos – no sentido de uma dicotomia entre escravizados “estrangeiros” e “nacionais” – tinham uma inserção diferenciada nas relações senhor-escravo e estilos de negociação e resistência divergentes, crê João José Reis²⁶². Isso não os impedira de firmar compromissos de partilha de poder.

J. J. Reis e E. Silva acreditam que a inimizade entre crioulos e africanos, além de apreciada e incentivada pelos escravocratas, era mais profunda do que as divergências entre as diferentes “nações africanas”²⁶³. Para eles, os “mestiços” e brasileiros experimentavam com maior frequência a face “paternalista” da escravidão e conheciam melhor os opressores, sabendo explorar mais habilmente suas fraquezas.

Paternalismo, nesse contexto, não seriam relações “harmoniosas” nem ausência de contradição, mas uma estratégia de controle, um meio de dominar de forma mais útil e eficiente, com menos desgaste e mais negociação. Assim, “crioulos” em geral estariam no topo de uma hierarquia entre escravizados, atizando ainda mais suas diferenças.

Podemos supor, portanto, com base nos dados de nossas tabelas, que cativos “crioulos”, nascidos “em casa”, como definiu Silva Pinto, teriam uma inserção, na sociedade escravista pernambucana, de maior qualidade que escravizados africanos, estrangeiros, falantes de outras línguas, com círculos sociais não tão consolidados.

Isso explicaria, em parte, por que “crioulos” (25%) fugiam mais que a soma dos segundos e terceiros maiores fugitivos, os “angolas” (16%) e os “mulatos” (7,7%), mas eram bem menos vendidos (15%) que os “de nação” genérica (30%) e os “mulatos” (22%).

Maiores conhecedores das estradas e das matas da província, provavelmente aparentados ou amigos de mais pessoas solidárias à sua causa, os “crioulos” escolheriam mais a fuga como forma de resistência e nela teriam mais sucesso, dado que conheciam a língua e mais facilmente passariam como libertos ou livres.

Além disso, dependiam do trabalho reprodutivo de pais já escravizados no Brasil para existirem e com eles aprenderiam o ofício, portanto, apareceriam menos nos anúncios de venda,

²⁶¹ FARIA. Op. cit. p. 134.

²⁶² REIS. Op. cit. p. 8.

²⁶³ REIS; SILVA. Op. cit. p. 45.

tanto por serem mais raros, quanto por serem mais valiosos aos senhores. O tráfico de cativos “de nação”, além de tudo, era um negócio lucrativo, mesmo ilegal, nesse momento.

Pierre Verger já apontara para as tendências entre africanos a se “abrasileirarem”, assumindo atitudes ora de resistência, ora de aceitação simultânea das culturas brasileiras e africanas²⁶⁴. Para Parés, o processo de *crioulização* diria respeito ao crescimento, então, de uma população negra não-africana.

Haveria uma dupla-vertente desse processo, tanto a nível cultural, em relação à sujeição das culturas africanas ao Brasil, quanto a nível demográfico, em relação à expansão dessa população²⁶⁵. Todavia, a chegada de novos africanos poderia exercer influência, dando-se o processo inverso de “africanização”²⁶⁶. Não era o peso demográfico que determinaria o sucesso de uma dada prática cultural, mas a sua oportunidade e eficácia social em um contexto escravista²⁶⁷.

Quando olhamos para as “nações africanas” específicas em nossos dados, vemos a predominância daquelas comumente reconhecidas como de origem na África Centro-Ocidental²⁶⁸, em relação às demais regiões do continente. Nos anúncios de venda, temos “Angola” (11%), “Cabinda” (1,7%), “Rebolo” (1,5%), “Benguela” (1,1%), “Congo” (0,5%), “Caçange” (0,19%) e “Songo” (0,19%). Nos de fuga, por sua vez, temos “Angola” (16%), “Benguela” (6,4%), “Congo” (5,5%), “Caçange” (4,2%), “Rebolo” (3,9%), “Cabinda” (2,9%), “Songo” (1,3%) e “Quiçamá” (0,97%).

Esse enorme “grupo étnico” dos centro-ocidentais seriam aqueles historicamente estigmatizados como “dóceis”, “fiéis” e “honestos”, em relação aos “selvagens” ou “astutos” de regiões mais ao norte, na costa atlântica²⁶⁹. Tal construção ideológica, uma meta-eugenia do escravismo, muito provavelmente é um dos pilares da explicação da predominância dessas “nações” em nossos anúncios.

Maria Inês Oliveira também reconhece esse processo. Em meio à disputa entre os portugueses traficantes a partir de Angola e os baianos a partir da Costa da Mina, teria havido a primeira aparição de “propaganda” no comércio de escravizados, tendo cada uma das partes divulgado a vantagem de sua “mercadoria”²⁷⁰.

²⁶⁴ VERGER apud PARÉS. Op. cit. p. 95.

²⁶⁵ PARÉS. Ibid. p. 88.

²⁶⁶ Ibid. p. 93.

²⁶⁷ Ibid. p. 94.

²⁶⁸ COSTA, V. Op. cit. p. 202.

²⁶⁹ Ibid. p. 207.

²⁷⁰ OLIVEIRA. Op. cit. p. 46.

Os baianos exaltavam os “negros minas” por serem mais fortes e mais resistentes, qualidades importantes para o trabalho na mineração. Os portugueses, por sua vez, divulgavam a maior facilidade de controlar os cativos de Angola e do Congo.

A ocupação do Reino de Ndongo, na atual Angola, em finais do século XVI, permitiu aos portugueses livrarem-se do controle que o rei do Congo ainda conseguia exercer sobre o comércio de escravizados na região, assegurando, assim, uma base de operações para a expansão do tráfico de cativos²⁷¹.

Escravizados ocuparam o papel de principal “mercadoria” de Angola para as Américas²⁷². Trabalhadores da criação de gado e das plantações de milho e mandioca na África, tornaram-se trabalhadores cativos nos sertões pernambucanos, onde aplicaram diversas práticas e costumes vindos de lá.

A partir do século XVIII, com a instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, as rotas comerciais que abasteciam o mercado de escravizados nas duas províncias se direcionam para Angola, aumentando consideravelmente o número de cativos de lá provenientes, reduzindo significativamente os da Costa da Mina²⁷³.

Produtos africanos, como sal, cola, anil e algodão; americanos, como jeribitas e tabaco; europeus, como armas, pólvora, chapéus e vestimentas; e asiáticos, como os tecidos da Índia, eram inseridos a partir dos portos de Luanda e Benguela e negociados em troca de escravizados²⁷⁴. Ao longo dos sertões africanos, núcleos urbanos foram instituídos, com entrepostos, presídios, feiras e paróquias.

Mais de 87% das viagens que trouxeram escravizados da África para Pernambuco, entre os séculos XVI e XIX, partiram originalmente do próprio porto de Pernambuco²⁷⁵. Na província, na primeira metade do século XIX, a média de desembarcados por ano saltou para cinco mil cativos.

Os ventos e as correntes marinhas beneficiavam a rota negreira de Angola para Pernambuco e vice-versa²⁷⁶. Em decorrência disso, a taxa de mortalidade dos navios escravistas ficava abaixo dos dez por cento.

²⁷¹ Ibid. p. 42.

²⁷² MARQUES, Alexandre. A travessia de escravos dos sertões de Angola para os sertões de Pernambuco (1750-1810). *CLIO*, Recife, v. 37, p. 58-81, jul./dez., 2019. p. 60.

²⁷³ ALMEIDA; SOUZA apud MARQUES. Ibid. p. 60-1.

²⁷⁴ MARQUES. Ibid. p. 62.

²⁷⁵ ALBUQUERQUE et al apud MARQUES. Ibid. p. 69.

²⁷⁶ CARVALHO, 2010. p. 117.

No início da década de 1830, o trajeto de Angola para Pernambuco levava, em média, 26 dias²⁷⁷. A solidez dessa rota do tráfico poderia ser explicada por essa rapidez, dado que a província tinha uma desvantagem na concorrência com outros açúcares do mundo atlântico.

Na segunda metade da década de 1810, temos o apogeu do tráfico a partir de Angola para Pernambuco²⁷⁸. Quase cinquenta mil pessoas foram sequestradas de Luanda para a província, nesta década²⁷⁹.

Entre 1817 e 1843, em cada negreiro vindo de Angola para o Brasil, havia uma média de 400 escravizados²⁸⁰. A maior parte dessas pessoas não eram configuradas como prisioneiros de guerra, mas como vítimas de sistemas tributários na África nos quais moedas eram pessoas²⁸¹.

4.2 Idade

Como consequência da lei anti-tráfico de 1831, o comércio de escravizados passou por um período de atrofiamento no começo dos anos 1830, como toda a economia pernambucana, tendo se recuperado ao final dessa década²⁸². Com a derrota da Cabanada, a economia açucareira novamente alavancou em Pernambuco, tendo produzido o dobro de açúcar entre 1836 e 1840, em relação ao quinquênio anterior.

Após 1831, os navios escravistas passaram a desembarcar suas pessoas-produto em pontos difusos do litoral pernambucano, evitando os portos de maior importância²⁸³. A província foi o terceiro lugar do Brasil e o quarto das Américas em termos de volume de importação de africanos sequestrados.

Os desembarques ilegais, agora com o emprego de embarcações pequenas, aconteciam em praias contíguas a engenhos de açúcar ou nos limites de povoações dominadas por proprietários rurais²⁸⁴. Esses senhores de terras eram participantes diretos dos negócios.

²⁷⁷ Id. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina C. L. (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 127.

²⁷⁸ Id., 2010. p. 112.

²⁷⁹ Ibid. p. 113.

²⁸⁰ Ibid. p. 133.

²⁸¹ Ibid. p. 179.

²⁸² Ibid. p. 136.

²⁸³ Id., 2018. p. 126.

²⁸⁴ Ibid. p. 127.

As operações dependiam justamente da convivência ou da participação direta da classe senhorial. As praias, de um ponto de vista prático, “tinham donos”, capazes de defenderem sua posse e seu uso, em uma articulação entre traficantes, proprietários rurais ou mesmo “senhores de engenho-trafficantes”²⁸⁵.

Além disso, os juizes de paz, juizes de fato, Capitães-Mores dos corpos de ordenanças, os Coronéis da Guarda Nacional e os delegados de polícia, muitas vezes, se não eram comandados pelos proprietários de terra, eram eles mesmos quem ocupavam o lugar dessas autoridades²⁸⁶.

É nesse contexto que trazemos os dados dos anúncios acerca dos signos de *idade*, tanto de fuga, quanto de venda, em uma tabela unificada:

Tabela 3 – Idade

Faixa etária	Nº de ocorrências em anúncios de venda	%	Nº de ocorrências em anúncios de fuga	%
0-5 anos	5	0,83	-	-
6-10 anos	27	4,46	10	4,42
11-15 anos	180	29,75	30	13,27
16-20 anos	209	34,55	65	28,76
21-25 anos	100	16,53	36	15,93
26-30 anos	69	11,40	30	13,27
31-35 anos	7	1,16	14	6,19
36-40 anos	4	0,66	27	11,95
41-45 anos	2	0,33	8	3,54
46-50 anos	2	0,33	5	2,21
50+ anos	-	-	1	0,44
Total	605	100	226	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Para compor esses números, utilizei as partículas enunciadas pelos próprios anunciantes quanto às suas percepções etárias – exatas, presumidas ou estimadas – acerca de seus

²⁸⁵ Ibid. p. 157.

²⁸⁶ Ibid. p. 161.

escravizados vendidos ou fugidos. Acompanhando-as, muitas vezes estavam os três signos mais relevantes dos marcadores de idade: “moça”, “moleque” e “rapaz”.

De acordo com Silva Pinto, “Moça” é quem está “nos annos da mocidade [...] imprudente” ou criada “que serve a algum amo”²⁸⁷. “Moleque”, por sua vez, é precisa e curiosamente “Preto escravo pequeno”. Por fim, “Rapaz” é “Moço, [...] Que rouba, que arrebatá”.

É interessante notar como, nos três casos, Silva Pinto denota tanto um valor etário, demasiado infantil, quase ingênuo, mas também juízos que os remetem ao cativeiro, aos seus ofícios ou às suas falhas de caráter, na percepção do senhorio.

Não há vestígios, nos anúncios, que me permitam convergir a intenção do anunciante com a definição de Silva Pinto ao utilizar “rapaz”, dado que é uma partícula que muitas vezes aparece nos anúncios de venda. Apesar de poder ter essa raiz etimológica, é mais seguro acreditar que já era um “rapaz” enquanto um homem jovem, dado que seria contraprodutivo anunciar a venda de um “ladrão”.

Já a definição de “moleque” é muito sedutora, metodologicamente. Não era a criança ou o pirralho de hoje em dia, mas, precisamente, um “preto”, um “escravo” e também “pequeno”. Seria uma categoria etária própria do escravismo?

A mesma implicação está em “moça”, mesmo que não necessariamente esteja ligada à escravidão. Além de jovem, “moça” poderia ser uma criada. Essa dubiedade semântica muito seria útil ao discurso do escravismo, dado que reproduziria duas ideias com bastante valor para a commodificação de pessoas, uma publicidade tanto etária quanto laboral.

Voltando aos dados, percebemos que a faixa etária mais vendida é a de cativos entre 16 e 20 anos, compondo mais de um terço dos anúncios. Se estendermos um pouco mais, percebemos que mais de 64% dos anunciados para a venda tinham entre 11 e 20 anos, justamente os anos da “mocidade”, a adolescência.

A faixa entre 16 e 20 anos também é a que mais fugiu (28,7%). Porém, há uma variedade maior entre os anúncios de fuga quanto à idade. Havia espaço para escravizados mais velhos: mais de 24% dos fugidos estavam acima dos 30 anos, enquanto apenas 2,4% dos vendidos estavam nessa faixa etária. Isso vem a custo dos mais novos: 17,7% dos fugidos tinham menos de 15 anos, enquanto mais de 35% dos vendidos eram crianças e púberes.

²⁸⁷ PINTO. Op. cit.

As possíveis explicações são de caráter prático: quanto mais jovem, mais força, mais energia, mais disposição, menos gastos com alimentação e mais fácil de dominar. Vender crianças e adolescentes era nada mais que o pragmatismo comercial dos traficantes: um *comoditie* novo tem mais apelo.

Por outro lado, quanto mais novo, menos socialmente integrado; se estrangeiro, tem menos domínio da língua e menos conhecimento da terra. A fuga era mais fácil para um cativo maduro: conhecia aliados, entendia os caminhos, sabia como se disfarçar e, por que não, compreendia que a fuga poderia ser uma forma de negociação ou resistência.

Mas há também uma questão que envolve tanto estratégia comercial quanto burlar a lei de 1831, dentro do contexto do início dessa seção. O “cálculo dos traficantes”²⁸⁸ envolvia dosar a provisão de pessoas-produto de acordo com a demanda, mas principalmente levando em conta o fato de que os escravizados eram, em si, capital – precisa constantemente se replicar.

Em uma conjuntura histórica de perseguição e repressão aos navios escravistas, mesmo diante da convivência de autoridades brasileiras, havia vantagens lucrativas em trazer crianças para o Império. Eram mais indefesas, menos capazes de se revoltarem com eficiência, comiam e bebiam menos e custavam menos no litoral africano²⁸⁹.

Mas, além disso, seria uma estratégia para aumentar a longevidade da escravidão. Antecipando o aumento da repressão ao tráfico e quiçá a abolição total do escravismo, as crianças cativas alongariam a servidão, dado que “durariam” mais tempo e estariam em idade reprodutiva em breve²⁹⁰.

Mesmo ilegalmente desembarcados no Brasil, após 1831, o ônus da prova do não-cativeiro era do africano: cabia a ele comprovar que não era escravizado por ninguém²⁹¹, seja pela carta de alforria, seja por ter nascido livre. Assim sendo, mesmo após a lei antitráfico, inúmeros “berçários infernais”²⁹² aportaram no país e nossos dados podem indicar isso: 35% dos vendidos tinham menos de 15 anos, sendo nossos anúncios publicados de seis a doze anos após essa lei.

A criança escrava é aquela até a idade de doze anos, momento em que passa a ser vista como cativo produtivo²⁹³. Por serem mais vulneráveis a razias e a guerras e por terem servido

²⁸⁸ CARVALHO, 2010. p. 147.

²⁸⁹ Id., 2018. p. 132.

²⁹⁰ Ibid. p. 143.

²⁹¹ Ibid. p. 142.

²⁹² Ibid. p. 127.

²⁹³ MATTOSO; ANDRADE; REIS apud PINHEIRO, Maria Cristina L. **O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador, 1850-1888**. Afro-Ásia, n. 32, p. 159-183, 2005. p. 160.

para redimir dívidas ou até como pagamento em estruturas tributárias africanas, as crianças eram “mercadorias” abundantes e mais baratas que os adultos no litoral africano²⁹⁴.

A partir do século XVIII, a demanda americana teria superado a oferta de cativos africanos²⁹⁵. Dada a relativa baixa densidade populacional da África Centro-Occidental, comparada à África Occidental, a exaustão demográfica causada pelo sequestro de um enorme contingente humano fez surgir novas formas de escravização que vitimaram pessoas desprotegidas ou pertencentes a graus mais baixos em laços de dependência.

Por serem mais baratas, as vítimas mais jovens do tráfico facilitavam o processo, uma vez que a duração curta da travessia atlântica e a baixa mortalidade garantiam a rentabilidade do negócio²⁹⁶. A taxa de mortalidade do litoral africano para Recife, entre 1827 e 1831, era de 3,53% da “carga”²⁹⁷.

Os navios podiam arriscar vir sobrecarregados, dado que era reduzido o tempo de contágio de enfermidades ou de morte por inanição²⁹⁸. Nos cantos e nas quinas, aliás, por vezes só cabiam crianças. Havia vários andares ou níveis armados com tábuas nos navios escravistas e, quanto mais deles, menores os espaços, privilegiando uma “carga” que fosse majoritariamente composta por crianças²⁹⁹.

Uma vez desembarcadas, as crianças eram batizadas em vilas do interior, com a convivência das autoridades eclesiásticas, ganhando nomes portugueses e sendo encaminhadas para seus compradores³⁰⁰. Para Maria Cristina Pinheiro, o trabalho doméstico teve, para a criança cativa, o significado de um adestramento, da internalização do lugar que ocupava tanto na família quanto no seio do escravismo³⁰¹.

Em outra perspectiva, também significava vivenciar uma teia de relações próximas à família senhorial. Serviriam a mesa, abanariam moscas, carregariam água, lavariam pratos, auxiliariam na cozinha e na limpeza, limpavam os urinóis, preparariam banhos, lavariam os pés da família senhorial, engraxariam sapatos, escovariam roupas, carregariam pacotes, levariam recados, fariam compras, balançariam a rede e cuidariam até das crianças brancas.

²⁹⁴ CARVALHO, 2018. p. 139.

²⁹⁵ Ibid. p. 140.

²⁹⁶ Ibid. p. 134.

²⁹⁷ Ibid. p. 136.

²⁹⁸ Ibid. p. 133.

²⁹⁹ Ibid. p. 146.

³⁰⁰ Ibid. p. 131.

³⁰¹ PINHEIRO. Op. cit. p. 177.

Gilberto Freyre lembra o relato de Henry Koster, no qual alegava que “logo que a criança deixa o berço dão-lhe um escravo do seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos”³⁰². Eles cresceriam juntos e a criança cativa tornar-se-ia objeto sobre o qual o menino exerceria seus caprichos.

O “moleque” companheiro de brinquedo do menino branco e seu “leva-pancadas”, diz Freyre, sofreria manejos à vontade por “nhonhô”, apertado e maltratado³⁰³. Seria através da submissão de seu escravizado que os senhores iniciariam no “amor físico”, completa³⁰⁴.

Os senhores “nascem, criam-se e continuam a viver” rodeados de escravizados, “sem experimentarem a mais ligeira contrariedade, concebendo exaltada opinião de sua superioridade sobre as outras criaturas humanas”, dizia Koster³⁰⁵. O fim do dia, ademais, não significava o final de uma jornada de trabalho, pois os jovens escravizados estariam permanentemente à disposição dos proprietários³⁰⁶.

Apesar de terem crescidos juntos, mesmo experimentando as faces opostas de uma relação senhorial, as duas crianças não teriam o mesmo destino: o branco estudaria e se tornaria a continuidade de uma dinastia familiar de dominação; o negro teria sido barrado das primeiras escolas jesuíticas³⁰⁷ no Brasil e continuaria oprimido e submetido à escravidão.

O desembarque de Sirinhaém, o último navio escravista apreendido, em 10 de outubro de 1855, tinha duzentos e cinquenta cativos. Trinta eram mulheres e os demais, meninos. Sem escarificações ou marcas de “nação”, para se passarem por “crioulos”, tão jovens que ainda não haviam sido iniciados em suas comunidades originais em África.

4.3 Sexo

Entre nossas categorias de análise, o único tipo de marcador linguístico presente em todos os anúncios, sem exceção, seja de fuga, seja de venda, são as desinências de gênero, por razões evidentes. Ainda que estejamos pautando a comodificação de seres humanos, uma das características a qual os anunciantes não poderiam se furtar de perceber, interpretar e enunciar é se eram homens ou mulheres, nos termos da sociedade oitocentista pernambucana.

³⁰² KOSTER apud FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 20ª ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 356.

³⁰³ FREYRE. Ibid. p. 356.

³⁰⁴ Ibid. p. 85.

³⁰⁵ KOSTER apud FREYRE. Ibid. p. 357.

³⁰⁶ PINHEIRO. Op. cit. p. 178.

³⁰⁷ FREYRE, 1980. p. 430.

Como veremos agora, não só a divisão sexual do trabalho, mas também a natureza da relação senhor-escravo eram, aparentemente, condicionantes fundamentais tanto para o anunciante quanto para o comprador na hora de se efetivar o comércio interno de escravizados.

Para além das desinências nominais e dos artigos em referência aos cativos anunciados, outros dois signos eram bastante recorrentes nos anúncios, seja para definir a “mercadoria”, seja para reafirmar seu “sexo”: “*macho*” e “*fêmea*”.

Minha primeira curiosidade é se, no século XIX, existiria uma relação tão evidente entre o uso dessas partículas e a desumanização, dado que são substantivos utilizados para definir animais, tanto ontem, quanto hoje. Silva Pinto pode nos responder: “Macho”, para ele, é o “animal que fecunda a fêmea”³⁰⁸. “Fêmea”, por sua vez, é o “animal do sexo feminino que concebe e pare as crias, põe ovos, etc.” e só depois “Mulher fêmea da espécie humana”.

A título de comparação, no mesmo dicionário, “Homem” é o “animal dotado de corpo, e alma racional” ou o “indivíduo do gênero humano do sexo masculino”. “Mulher”, então, é a “fêmea da espécie humana”.

É um contexto de fato atípico para que algo seja tão assertivamente concluído. Claro, nenhum membro da casta senhorial se referia a outro por “macho” ou “fêmea”, mas, para Silva Pinto, quanto às mulheres, pelo menos, ambos os usos estavam permitidos – um quê de desumanização de gênero também, talvez?

Para os homens é que temos algo curioso: o “homem” tem “alma racional”, o “macho” apenas “fecunda”. Admito que fico sugestível: o homem branco, “civilizado”, se diferenciaria do negro por sua “racionalidade”, uma vez que esse último tenha apenas o caráter de reprodutor, de trabalhador “não-pensante”.

Em uma única tabela, assim se sintetizam os dados acerca dos signos de *sexo* nos anúncios de fuga e de venda:

Tabela 4 – Sexo

Sexo	Nº de ocorrências em anúncios de venda	%	Nº de ocorrências em anúncios de fuga	%
Feminino	727	55,88	94	25,07
Masculino	574	44,12	281	74,93
Total	1301	100	375	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

³⁰⁸ PINTO. Op. cit.

De forma sucinta: a partir de nossos dados, vemos que as mulheres foram bem mais vendidas que os homens – quase doze por cento a mais – porém, fogem quase três vezes menos que eles. Exploreemos a natureza sexual da sociedade escravista para entendermos.

Para Maciel Silva, a conhecida reclusão feminina dos “tempos patriarcais” não é condição que se deva atribuir intransigentemente às mulheres escravas, forras ou livres pobres³⁰⁹. Sua presença no meio urbano se dá como um imperativo da busca pela sobrevivência e pela condição de exercício de seus ofícios, conferindo a elas maior frequência nas ruas da cidade.

Por outro lado, a reclusão era um atributo que valorizava a “mercadoria”³¹⁰. Alguns anúncios elogiaram suas vendidas por serem “recolhidas”, como veremos no próximo capítulo, expressão que indica uma vida sob rigor e vigilância constantes: havia escravizadas aprisionadas de fato nos sobrados urbanos e isso poderia indicar uma menor possibilidade de fuga, como mostram nossos números.

Aliás, além dessa, havia a expressão “para casa de homem solteiro”. Carvalho acredita que é um contexto sexuado que explica a eventual presença dessa partícula em anúncios de venda, ainda que nem sempre carregada de explícita conotação sexual: poderiam apenas significar que as cativas fariam serviços domésticos em uma casa de um homem que viva sozinho³¹¹.

Diferentemente da Europa, as casas brasileiras estavam abertas aos olhos e ouvidos alheios³¹². Diferentes pessoas transitavam em seu espaço e os assuntos particulares poderiam ser do conhecimento de todos.

A proximidade física, no espaço doméstico, entre senhores e escravizados, era inevitável³¹³. Isso teria implicações tanto no terreno sexual, quanto no jogo político. Estar perto do núcleo de poder é uma variável de importância ao agente que busque alcançar alguma vantagem em termos de mobilidade social ou ocupacional³¹⁴.

³⁰⁹ SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)**. Recife, PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. p. 64.

³¹⁰ CARVALHO, 2003. p. 66.

³¹¹ Ibid. p. 55.

³¹² ALMEIDA. Op. cit. p. 195.

³¹³ CARVALHO, 2003. p. 65.

³¹⁴ Ibid. p. 74.

Em relação aos cativos de engenho, por exemplo, as escravizadas domésticas ocupavam posições que lhes permitiam um acesso mais fácil aos senhores e participar de sua rotina, na cozinha, na limpeza ou no cuidado, poderia resultar em uma alimentação mais farta e um mínimo de conforto, dada a abertura potencial de espaço de negociação.

É por isso que não era recomendável vender “escravos da casa”³¹⁵. A proximidade lhes permitia conhecer indiscrições familiares e, numa sociedade onde o importante era a comunicação oral, quanto às relações sociais mais imediatas, o trato com a vizinhança era de extrema importância para a honra familiar.

A proximidade também trazia desvantagens, dado o grau de vigilância ao qual se submetiam as cativas domésticas. A individualidade e a vida privada eram limitadas e elas ainda eram forçadas a agradar o tempo todo. Mesmo após de serviço, passando por toda sorte de constrangimentos, poderiam ser abandonadas na velhice ou na doença.

Dentro do lar senhorial, era mais difícil tecer malhas afetivas ou construir amizades concretas³¹⁶. Diz Carvalho que não é um mito a tensão latente entre as sinhás e suas cativas, dados os ciúmes despertados e a tirania em consequência deles. Além disso, havia controle e segregação sexual.

O engenheiro francês L. L. Vauthier, ao descrever a distribuição do espaço interno dos sobrados no Recife, observou que as escravizadas dormiam no primeiro andar, enquanto seus pares masculinos ficavam no térreo, separados por uma porta em cima da escada, trancada por dentro³¹⁷.

É nesse contexto que sabemos ser demasiadamente importante apontar a existência do ônus do trabalho reprodutivo em cima das escravizadas, no Brasil. Desde a lei de 1831, os senhores entendiam a relevância desse trabalho em nome da reposição de trabalhadores cativos, decididos a maximizar os lucros da população escravizada existente³¹⁸, uma vez que não poderiam mais contar com os africanos vindos do tráfico.

Tanto a legislação civil portuguesa quanto os juristas brasileiros pós-coloniais reconheciam o princípio legal romano do *partus sequitur ventrem*, a partir do qual se entende que o *status* legal de crianças nascidas de mães escravizadas seguiria idêntico, como fundamento legal da escravidão hereditária³¹⁹.

³¹⁵ Ibid. 76.

³¹⁶ Ibid. p. 68.

³¹⁷ VAUTHIER apud CARVALHO. Ibid. p. 67.

³¹⁸ SANTOS, Martha. “Slave mothers”, *partus sequitur ventrem*, and the naturalization of slave reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, p. 467-487, set./dez. 2016. p. 470.

³¹⁹ Ibid. p. 468.

Para Martha Santos, ademais, as preocupações constantes com rebeliões escravas e com a invasão de “homens bárbaros” africanos intensificaram o valor simbólico de mulheres cativas como preventoras de inquietação social entre homens escravizados³²⁰.

Rafael B. Marquese também interpreta nessa linha. Para ele, os senhores compreendiam o poder gerativo das mulheres como útil não só para a reprodução da força de trabalho escrava, como também para prevenirem agitações sociais³²¹. Esperava-se que elas “abrandassem” homens “indisciplinados, imorais e ‘ferozes’”.

Essas dinâmicas eram determinantes mesmo entre pessoas de mesma condição. Abordei, na primeira seção deste capítulo, as divergências e separações entre diferentes “nações” africanas ou entre escravizados estrangeiros e brasileiros. Essas regras de exclusão previam exceções, não reificavam a diferença étnica.

Mulheres, especialmente “crioulas”, estavam entre essas exceções³²². Mesmo para os escravizados, eram enxergadas como fator de aglutinação, de pacificação de animosidade, além de ter provavelmente havido um elemento de pragmatismo masculino: eram mais escassas na comunidade africana.

Almeida igualmente visualizou, no discurso de normatização da vida moral pela Igreja, o poder concedido às mulheres para impor “controle” aos homens, seja através da oração, do jejum ou da penitência como formas de abstinência³²³. As escravizadas, aliás, chegaram a usar a ideia de pecado para levarem seus senhores a uma nova postura nas relações que mantinham.

A relação senhor- escrava, afinal, não é uma novidade na historiografia. Gilberto Freyre, no início do século passado, já chamava atenção para o abuso sistemático de “escravas passivas” por “senhores desabusados e sádicos”, ao que chamou de “zonas de confraternização entre vencedores e vencidos”³²⁴. Diz ele que a “miscigenação corrigiu a distância social”.

Miscibilidade, aliás, na qual Freyre crava não ter nenhum outro povo colonizador superado ou igualado os portugueses, os quais foram “misturando-se gostosamente com mulheres de cor” e “multiplicando-se em filhos mestiços”³²⁵. Foi a partir desse processo que o colonizador compensou a deficiência em volume humano para a colonização em larga escala, sobre extensos territórios, na visão dele.

³²⁰ Ibid. p. 471.

³²¹ MARQUESE apud SANTOS. Ibid. p. 476.

³²² REIS. Op. cit. p. 8.

³²³ ALMEIDA. Op. cit. p. 200.

³²⁴ FREYRE, 1980. p. 13.

³²⁵ Ibid. p. 47.

A submissão da mulher cativa pelo homem branco foi tamanha que se tornou *ethos* o terrível ditado “branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”³²⁶. Introduzida a africana nessas “condições irregulares de vida sexual”, de “franca lubricidade animal” e “pura descarga de sentidos”, nos termos de Freyre, a voz “poderosa” dos padres jesuítas nunca se levantou a seu favor, como “a favor” da mulher indígena³²⁷.

Ainda dentro do relato freyriano, não teria sido a “negra” a “corruptora” da vida sexual da sociedade brasileira, mas o sistema socioeconômico no qual funcionou “passiva e mecanicamente”: “não há escravidão sem depravação sexual”³²⁸. Foi Joaquim Nabuco quem relatara ter colhido, de um manifesto escravocrata de proprietários, que “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”³²⁹.

Freyre conta ter sido legado da escravizada que “nos embalou” a “importância psíquica do ato de mamar”, inaugurando, nos futuros senhores brancos, o impulso sexual³³⁰. No imaginário da época, era “defeito da raça africana” o erotismo, a luxúria, a depravação sexual, com estímulos picantes, danças afrodisíacas, culto fálico e orgias³³¹.

Os recolhimentos católicos, por sua vez, recebiam meninas entre sete e catorze anos para serem educadas até os dezoito, propondo prepará-las para o casamento, evitando que fossem “iniciadas” na sexualidade por negras e negros³³². Uma moça educada na clausura, afinal, provavelmente teria a garantia de sua virgindade no mercado matrimonial.

Com isso, o escravismo foi gerador de anedotas bizarras e violentas. Por exemplo, um jovem de conhecida família escravocrata do sul, para excitar-se diante da noiva branca, teria precisado levar para a alcova a camisa úmida de suor, “impregnada de budum, da escrava negra sua amante”, nas primeiras noites de casamento³³³.

Em casas-grandes, Freyre conta ter se desencavado do chão ossos de escravos, justicados pelos seus senhores e mandados enterrar à revelia das autoridades. Em outro desses casos, o patriarca Pedro Vieira, por ter descoberto que seu filho mantinha relações com a mucama de sua predileção, mandou o irmão mais velho matá-lo³³⁴.

³²⁶ Ibid. p. 48.

³²⁷ Ibid. p. 443.

³²⁸ Ibid. p. 338.

³²⁹ NABUCO apud FREYRE. Ibid. p. 338.

³³⁰ FREYRE. Ibid. p. 307.

³³¹ Ibid. p. 337.

³³² ALMEIDA. Op. cit. p. 203.

³³³ FREYRE, 1980. p. 308.

³³⁴ Ibid. p. 22.

As soberbas e cruéis sinhás eram compelidas a aturar os abusos de seus cônjuges, mas não é razoável supor que aceitassem caladas e conformadas os avanços sexuais dos homens da casa sobre as escravizadas, pensa Carvalho³³⁵. Deveria ter sido humilhante saber ou testemunhar pretendentes, amantes, maridos ou filhos assediando cativas, na ideologia racial dominante da época.

Freyre alega ter observado a maior crueldade das senhoras em relação aos senhores no tratamento dos escravizados: “toda uma série de judiarias”³³⁶. O motivo teria sido, quase sempre, o rancor sexual, o ciúme, a rivalidade feminina³³⁷.

Para preservar a honra da família e evitar a convivência, a venda poderia ser uma solução. As mais rigorosas exigências morais, específicas da condição feminina numa sociedade patriarcal, pesavam sobre as escravizadas, especialmente se grávidas³³⁸.

Até a alforria, mais facilmente aceita para as mulheres do que para os homens, não mudava essa situação: mesmo liberta, não deixava o gênero ao qual pertencia³³⁹. Vários dos espaços a serem conquistados após a alforria eram vetados de antemão simplesmente por ser mulher. A reescravização, ademais, sempre foi uma ameaça por parte dos patriarcas da família, para conseguirem o comportamento desejado de suas ex-cativas³⁴⁰.

Todo esse contexto de exploração sexual, de reclusão e de proximidade ao núcleo familiar patriarcal, seja no concernente a negociar vantagens, por parte das escravizadas, seja no concernente a evitar expor cativas da casa, por parte dos senhores, são bons indícios para explicar as razões do porquê os homens fugiram três vezes mais que as mulheres, em nossos anúncios.

A superioridade numérica feminina nos anúncios de venda, por outro lado, tem *parte* de suas determinações expostas pelo desejo de seus compradores, quanto ao gênero. Uma outra parcela tem a ver com os ofícios mais oferecidos e almejados no comércio interno de escravizados e sua relação com o gênero. Vejamos isso adiante.

³³⁵ CARVALHO, 2003, p. 65.

³³⁶ FREYRE, 1980. p. 357.

³³⁷ Ibid. p. 358.

³³⁸ CARVALHO, 2003, p. 66.

³³⁹ Ibid. p. 72.

³⁴⁰ ALMEIDA. Op. cit. p. 207.

4.4 Ofício

A interpretação mais elementar e primordial do escravismo – e, portanto, não a final – é aquela que enfoca a exploração do trabalho do homem pelo homem, da extração de valor a partir do labor de alguém não só cuja produção pertence a outrem, mas também cujo corpo, cuja autonomia, cuja vida são propriedades de outra pessoa.

É por isso, conseqüentemente, que não posso me abster de dedicar toda uma seção aos signos de *ofício*, como dito por muitos anunciantes no século XIX. Partículas que remetem àquilo tomado como essência, como parte determinante do que alguém era ou deixava de ser, da composição de seu “valor” enquanto “mercadoria” ou “posse”, de sua função enquanto ser comodificado, de sua legitimação enquanto pessoa-produto.

O próprio Freyre dizia que as relações entre o colonizador e o colonizado foram, desde o século XVI, condicionadas pelo sistema de produção econômica, a saber, a monocultura latifundiária³⁴¹. Para ele, o açúcar “abafou as indústrias, esterilizou a terra e exigiu uma enorme massa de escravos”.

Os escravizados se tornaram “os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim; e as mãos, ajudando-os a se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés”, refletia Freyre³⁴². “Cada branco de casa-grande ficou com duas mãos esquerdas, cada negro com duas mãos direitas”.

Em Pernambuco, no tempo em que estamos trabalhando, já havia começado a substituição gradual do trabalho escravo pelo trabalho livre³⁴³. Dada a transição não ser um processo linear, livres e libertos serviriam ao lado de escravizados e compartilhariam até a mesma seção de anúncios de jornal – uns sendo vendidos, outros buscando emprego.

Entre os nossos anúncios de venda, assim visualizamos a distribuição das noções de ofício:

³⁴¹ FREYRE, 1980. p. 12.

³⁴² Ibid. p. 445.

³⁴³ CARVALHO, 2003. p. 45.

Tabela 5 – Ofício (venda)

Ocupação geral	Nº de ocorrências	%
Cozinheira	360	20,59
Engomadeira	248	14,19
Lavadeira	182	10,41
Costureira	166	9,50
Todo o serviço	140	8,01
Ama/Mucama	131	7,49
Quitandeira/Boceteira	94	5,38
Pajem	47	2,69
Serviço de campo	46	2,63
Canoeiro	36	2,06
Sapateiro	29	1,66
Rendeira	26	1,49
Doceira	22	1,26
Enxadeiro	22	1,26
Ama-de-leite	21	1,20
Pedreiro	21	1,20
Demais ocupações	157	8,98
Total	1748	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Ainda coletei, com menos de 1%: “*refinador de açúcar*”, “*carreiro*”, “*padeiro*”, “*serrador*”, “*alfaiate*”, “*carpinteiro*”, “*ganhador*”, “*pescador*”, “*servente de obra*”, “*carregador de palanquim*”, “*carniceiro/açougueiro*”, “*oleiro*”, “*tratador de animais/limpador de arreios*”, “*caiador*”, “*escavador*”, “*boleiro/cocheiro*”, “*ferreiro*”, “*destilador*”, “*machadeiro*”, “*marinheiro*”, “*mestre açucareiro*”, “*bordadeira*”, “*caldeireiro*”, “*camaroeiro*”, “*chapeleiro*”, “*feitor*”, “*florista*”, “*jardineiro*”, “*lavador de casa*”, “*mariscadeira*”, “*ourives*” e “*para serviços leves*”.

Cada ofício, na tabela ou no último parágrafo, tem a desinência de gênero da maioria identificada em dada função. Por exemplo, “*cozinheira*”, de maioria feminina, e “*canoeiro*”, de maioria masculina.

Em anúncios de fuga, por sua vez, assim se distribuem:

Tabela 6 – Ofício (fuga)

Ocupação geral	Nº de ocorrências	%
Quitandeira/Boceteira	28	22,58
Canoeiro	14	11,29
Sapateiro	9	7,26
Carpinteiro	8	6,45
Pedreiro	8	6,45
Alfaiate	6	4,84
Padeiro	6	4,84
Cozinheiro	4	3,23
Marceneiro	4	3,23
Marujo	4	3,23
Açougueiro/Carniceiro	3	2,42
Ganhador	3	2,42
Demais ocupações	27	21,77
Total	124	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Ainda coletei, com menos de 2%: “carreiro”, “costureira”, “pescador”, “pintor”, “serrador”, “para serviço de campo”, “tanoeiro”, “para todo o serviço”, “barbeiro”, “boleiro”, “caiador”, “camaroeiro”, “caranguejeiro”, “carregador de lenha”, “ferreiro”, “machadeiro”, “mestre açucareiro”, “ourives” e “seleiro”.

Duas coisas me chamam atenção, em um primeiro momento. Como havia dito no final da última seção, não poderíamos artificialmente separar os números de gênero dos números de ofícios, pelo menos em relação aos anúncios de venda.

Na Tabela 5, vemos como as primeiras quatro funções, todas inerentemente imbricadas pelo gênero feminino, no contexto do século XIX e dos nossos anúncios, correspondem a mais de 50% dos escravizados vendidos. Se somarmos todos os ofícios majoritariamente femininos temos mais de 70%!

Ora, se os ofícios mais procurados são aqueles comumente realizados por mulheres, elas acabarão sendo as mais vendidas, como mostrei na seção de signos de *sexo*. E, por outro lado,

se os homens fogem mais, dada as razões que sugeri anteriormente, são as funções iminentemente masculinas que dominarão nos anúncios de fuga: também mais de 70% na Tabela 6.

A segunda coisa a se perceber é como as características do ofício sugerem uma maior ou menor possibilidade de fuga, em relação aos olhares vigilantes do senhorio. As funções mais vendidas são trabalhos domésticos, “portas adentro”: “*cozinheira*”, “*engommadeira*”, “*lavadeira*” e “*costureira*”.

Os ofícios mais comuns entre os fugidos, por sua vez, são aqueles mais associados com um certo grau de autonomia ou liberdade, “portas afora”: “*quitandeira/boceteira*”, “*canoeiro*” e os mestres de ofícios ou artesãos, como sapateiros, carpinteiros, pedreiros e alfaiates, mais capazes de juntar pecúlio.

Essa seção será excepcional no sentido de não trazer definições de Silva Pinto ou de Moraes e Silva. Os consultei e as definições dos signos são muito similares às contemporâneas. Quero, contudo, trazer o significado de “*officio*”, partícula usada pelos próprios anunciantes e escolhida para batizar esse momento do trabalho.

Para ambos os dicionaristas, um ofício é uma “ocupação”, mas é também uma “arte mecânica”³⁴⁴³⁴⁵. É impossível não lembrar da discussão que já pincelei na primeira seção deste capítulo, com base em Almeida & Bezerra, sobre o “defeito mecânico”, a mácula a que trabalhar com as mãos sujeitaria qualquer cativo, por depender do suor do próprio rosto.

Se o sentido trazido por Silva Pinto e Moraes e Silva é correspondido pelos anunciantes, não sabemos, mas é deveras interessante a possibilidade de um signo ser reservado para o trabalho braçal, “indigno”, de um serviçal, para diferenciá-lo do trabalho intelectual, “civilizado” e mandonista de um senhor de escravos.

Partamos para os ofícios vendidos em si. Para Freyre, havia uma diferenciação profunda entre o “escravo de casa”, “portas adentro”, e o “escravo de rua”, “portas afora”, nos termos correntes³⁴⁶. Dois tipos seriam identificáveis: aquele em constante contato com seus senhores, como “se fosse pessoa da família”, e outro menos “da casa”, exposto aos contatos “degradantes” da rua.

As cozinheiras foram as mais vendidas em nossos anúncios, afinal, alimentar e ser alimentado é talvez a mais elementar necessidade de nossa espécie. É a função da qual nenhum

³⁴⁴ PINTO. Op. cit.

³⁴⁵ SILVA, A. M. Op. cit. (t. II). p. 316.

³⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 15ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004. p. 155.

senhor de escravo, do mais especulador acumulador de capital humano ao pequeno proprietário, poderia fugir.

Há espaço para elas na epistemologia romanceada freyreana da sociedade senhorial. Para ele, como cozinheiro, o africano contribuiu para o enriquecimento da alimentação brasileira, no sentido do maior uso de óleos, de vegetais, de folhas etc.³⁴⁷. Teria sido por utilizar ingredientes “desprezados pelos senhores”, que entravam na alimentação do escravizado “típico”, que fora introduzido o quiabo, o dendê, a taioba, folhas verdes e outros alimentos de fácil e barato cultivo.

As lavadeiras de Recife, por sua vez, lavavam a maior parte das roupas na povoação do Beberibe³⁴⁸. Poderiam trabalhar numa só casa ou viver do ganho e as que, além de lavar, soubessem passar e engomar, seriam por isso mais valorizadas.

Como bem percebeu Carvalho, os cativos se prestavam para tudo³⁴⁹. Na grande maioria dos anúncios colhidos, os vendidos exerciam mais de uma função. Muitas das cozinheiras eram também lavadeiras, engomadeiras, costureiras, mucamas, quando não “para todo o serviço”, seja de casa, seja de campo.

Além disso, exerciam influência para com o senhorio, além do produto de sua função. Freyre acreditava que as mucamas alcançaram um enorme prestígio na vida sentimental das “sinhazinhas”³⁵⁰. “A mucama escrava, embora escrava, é ainda mais que padre confessor e do que o médico da donzela”, escreveu Joaquim Manuel de Macedo³⁵¹, em *A Moreninha*.

Uma especialidade dessa função foi a ama-de-leite. Sua tarefa consistia, principalmente, em amamentar os filhos dos senhores e cuidar de sua higiene, para que o corpo do bebê fosse preservado sadio na primeira infância³⁵². Por isso, a elas era permitido a convivência e a participação direta na vida senhorial, sem modificar sua condição e sem apaziguar a violência física e simbólica.

Ao final desse período, poderia ser transformada em ama-seca, ser acolhida como cativa “portas adentro” ou retornar às atividades portas afora – se alugadas, seriam devolvidas ao

³⁴⁷ Ibid. p. 402.

³⁴⁸ CARVALHO, 2010. p. 27.

³⁴⁹ Ibid. p. 32.

³⁵⁰ FREYRE, 1980. p. 360.

³⁵¹ MACEDO apud FREYRE. Ibid. p. 360.

³⁵² MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina C. L. (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 362.

dono³⁵³. Dependia sua função no costume da não amamentação dos filhos pelas senhoras, que encaravam o ato como diferencial social.

Essa era uma prática comum entre as mulheres abastadas da Europa, entre os séculos XIII e XVIII³⁵⁴. O aleitamento materno fora condenado pela Igreja, especialmente por Agostinho de Hipona, que enxergava nele uma “prática voluptuosa”³⁵⁵ que incentivava o vício tanto nas mães quanto nos recém-nascidos.

Para Mariana Muaze, a terceirização da amamentação contou, no Brasil, com o respaldo jurídico das Ordenações Filipinas, dado seu reconhecimento de que mulheres poderiam não querer amamentar os filhos, em decorrência de sua qualidade³⁵⁶. Porém, se na Europa as amas-de-leite eram mulheres brancas, na América portuguesa eram majoritariamente escravizadas negras.

Entre as características mais valorizadas das amas-de-leite, no mercado de cativos, estavam a idade (entre 15 e 30 anos), a saúde, o número de partos, a quantidade e qualidade do leite, o comportamento recatado, o bom temperamento, a dieta regulada, não ingerir líquidos espirituosos e vida sexual regulada³⁵⁷.

Para as mulheres, a maternidade significava maior dificuldade de mobilidade espacial, maior volume de tarefas cotidianas e a possibilidade de dissolução da família por enfermidades, morte ou venda³⁵⁸. Além disso, para as amas escravizadas, implicaria em silenciar a própria maternidade, renunciando ao aleitamento do próprio filho, e em manter a pesada rotina de trabalho, mesmo grávida ou com um recém-nascido.

Entre os fugidos, enfoquemos nos dois mais comuns ofícios: as “quitandeiras”, “boceteiras” ou “vendeiras” e os canoeiros. Para Maciel Silva, encarar o ato de caminhar – e, por que não, navegar – com seus sentidos de resistência é reconhecer como fundamental as interdições, os limites e até as concessões presentes em uma sociedade marcada pela escravidão e pelo patriarcalismo³⁵⁹.

Afinal, em relação ao pequeno comércio urbano, tudo que pudesse ser vendido passava pelas mãos de pretas e pardas vendeiras³⁶⁰. Água e alimentos, como os de produção doméstica

³⁵³ Ibid. p. 363.

³⁵⁴ Ibid. p. 364.

³⁵⁵ HIPONA apud MUAZE. Ibid. p. 364.

³⁵⁶ MUAZE. Op. cit. p. 365.

³⁵⁷ Ibid. p. 370.

³⁵⁸ Ibid. p. 374.

³⁵⁹ SILVA, M. H. C. Op. cit. p. 62.

³⁶⁰ Ibid. p. 173.

de doces, leite, tapioca, arroz-doce, ou os de confeitarias e padarias³⁶¹; peças de roupa e miudezas, como agulhas, pentes, rendas, fitas, botões, linha, tesouras, alfinetes e afins eram os produtos mais comuns³⁶².

Elas circulavam com tabuleiros, gamelas e cestas, as ditas “bocetas”, e ocupavam ruas e praças destinadas ao mercado público e feiras livres³⁶³. Nas quitandas, as pequenas vendas e barracas, havia peixes, carnes, moqueca, toucinho, baleia, hortaliças, pastéis etc.³⁶⁴.

Sem as vendeiras de rua, seria praticamente impossível viver no Rio, em Salvador ou em Recife dos séculos XVIII e XIX³⁶⁵. Essa tarefa exigia uma espécie de “faro para o negócio”³⁶⁶, portanto, eram geralmente escolhidas as escravizadas mais “espertas” e de “melhor aparência” para lidar com o comércio urbano³⁶⁷.

Era preciso ser “ladina”, astuta, com domínio do português e experiência no serviço³⁶⁸. Seu sucesso era perceptível diante do controle que as vendeiras vieram a ter sobre o comércio varejista, inclusive, gestando monopólios da distribuição de peixes, carnes, verduras e afins.

As vendeiras podiam residir ou não com seus senhores, os quais se responsabilizavam por sua alimentação e moradia³⁶⁹. Elas eram obrigadas a devolvê-los uma quantia previamente estabelecida em um contrato informal³⁷⁰, o que permitia ao senhorio viver na ociosidade, a depender do número de cativos que possuísse. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escravizada, que podia acumular para a compra da alforria ou gastar no cotidiano.

Apesar de realizarem uma importante atividade de distribuição de bens essenciais à vida urbana, as quitandeiras preocupavam as autoridades, visto que trabalhavam de maneira itinerante ou se fixavam em pontos estratégicos da cidade, servindo de elemento de integração entre uma população potencialmente “perigosa”³⁷¹.

³⁶¹ Ibid. p. 174.

³⁶² Ibid. p. 176.

³⁶³ SOARES, Cecília M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996. p. 62.

³⁶⁴ Ibid. p. 64.

³⁶⁵ MOTT apud SOARES. Ibid. p. 67.

³⁶⁶ ODILA apud SOARES. Ibid. p. 60.

³⁶⁷ KIDDER apud SOARES. Ibid. p. 60.

³⁶⁸ SOARES. Ibid. p. 61.

³⁶⁹ Ibid. p. 58.

³⁷⁰ Ibid. p. 57.

³⁷¹ Ibid. p. 65.

Elas eram obrigadas a manter seus instrumentos de trabalho de acordo com a regulamentação municipal, em especial, pesos e medidas³⁷². Quando era constatado irregularidades, os fiscais da Câmara as puniam com multa ou cadeia.

Na Bahia, aliás, era proibido que o senhorio colocasse suas cativas no ganho sem autorização da Câmara Municipal, com licença emitida e taxa de matrícula paga. Essa taxa, por sua vez, só deveria ser paga por africanos, considerados indesejáveis, dado que os nascidos no Brasil eram isentos.

Algo que compôs e ainda compõe parte da personalidade do Recife é a sua relação com seus rios, o Capibaribe e o Beberibe. No oitocentos, eram como estradas por tudo e todos iam e vinham³⁷³. Para se movimentar entre os três bairros principais, praticamente três ilhas – Recife, Santo Antônio e Boa Vista³⁷⁴ – a população dependia de três pontes³⁷⁵.

Pelos rios, vinha o açúcar produzido na várzea do Capibaribe. Com o crescimento da cidade, suas margens foram ocupadas por moradias de todos os tamanhos e o tráfego fluvial intensificou. Mudanças eram feitas comumente de barco, materiais de construção seguiam pela via fluvial, bem como areia fina e barro³⁷⁶.

Na região da Várzea, da Caxangá, do Poço da Panela e de Casa Forte, margens do rio, se realizavam as festas mais populares da cidade e, no verão, a navegação Capibaribe acima era facilitada. A grande maioria dessas atividades citadas eram realizadas por uma ocupação tão numerosa que chegou a ter capela própria do ofício, no Recife: os canoeiros.

A atividade de canoeiro era reconhecida pela justiça local³⁷⁷ e realizada por escravizados, libertos ou livres, podendo ser combinada com a pesca para consumo doméstico. Até a água que se bebia vinha de canoa, dada a ausência de fontes naturais com água potável nos bairros centrais.

Os “aguadeiros”, negociantes que controlavam o fluxo do riacho do Prata, aumentaram os preços do balde d’água com o crescimento da população³⁷⁸. A falta de água fez com que famílias mais abastadas passassem a adquirir seus próprios aguadeiros, para não dependerem de outros trabalhadores.

³⁷² Ibid. p. 66.

³⁷³ CARVALHO, Marcus J. M. de. Os caminhos do rio: negros canoeiros no Recife na primeira metade do Século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, 19/20, p. 75-93, 1997. p. 75.

³⁷⁴ Ibid. p. 76.

³⁷⁵ Ibid. p. 83.

³⁷⁶ Ibid. p. 84.

³⁷⁷ Ibid. p. 85.

³⁷⁸ Ibid. p. 86.

Carvalho achou curioso o fato de que o fornecimento de água para os altos sobrados do Recife dependesse de escravizados. “Quanta água sujada, cuspidada e até mijada por negro mais afoito não deve ter sido bebida pelos donos de gente que habitavam a cidade”³⁷⁹.

Para o permanente exercício do ofício, o canoeiro precisava de treino e especialização, afinal, os rios não eram estradas retas e sempre haveria o risco de encalhar em algum banco de areia³⁸⁰. Redemoinhos se formavam nas curvas mais profundas com o aumento da maré e muitos manguezais margeavam as vias fluviais.

Eles seguiam, aparentemente, uma hierarquia semelhante a militar, havendo eleições para os postos de sargento, alferes, tenente, capitão, major e coronel³⁸¹. Os de patente mais alta tinham preferência na passagem e eram cumprimentados pelos demais.

Pelo valor que tinham e pela mobilidade inerente à ocupação, os cativos canoeiros eram violentamente reprimidos e vigiados com especial rigor³⁸². Costumavam mudar de nome e tinham maior facilidade para a fuga, especialmente dado o número de relações que teciam ou dos contatos que faziam em suas viagens.

Mesmo fugidos, a pretensa liberdade não era bastante para dar melhor sabor à vida dos escravizados. Dissolviam-se entre a população livre ou liberta das cidades, mas seus padrões de vida e de alimentação muitas vezes baixavam e seus meios de subsistência se tornavam irregulares e precários³⁸³.

Degradados, teriam se tornados malandros de cais, capoeiras, ladrões, prostitutas e afins. Alguns, mais bem sucedidos, teriam se tornados eles mesmos senhores de escravos ou conseguiram sobreviver como marceneiros, ferreiros ou funileiros.

Assim encerro o capítulo acerca da dimensão comodificadora de nossas pessoas-produto, no discurso senhorial. Passemos, então, para a análise da dimensão mais subjetiva e menos comercial.

³⁷⁹ Ibid. p. 87.

³⁸⁰ CARVALHO, 2010. p. 33.

³⁸¹ Ibid. p. 36.

³⁸² CARVALHO, 1997. p. 92.

³⁸³ FREYRE, 2004. p. 297.

5 A DIMENSÃO SUBJETIVADORA

Venho discutindo, desde o capítulo com a análise do discurso senhorial oitocentista, como a sua natureza, cujos vestígios colhi dos anúncios de venda e de fuga de escravizados, abriga uma aparente contradição entre uma dimensão *comodificadora* e outra *subjetivadora* da descrição e da referenciação de nossos agentes históricos.

No capítulo passado, abordei a faceta de menor agência. Neste capítulo, por sua vez, identifico a frequência de signos cujas categorias compreendem a dimensão subjetivadora, a saber, aquelas as quais são compostas pelos atributos físicos, psicológicos e sociais dos escravizados e das escravizadas anunciados – assim divide-se esta parte do trabalho.

Dessa forma, abordarei agora a dimensão discursiva que mais delega humanidade a indivíduos que, até então, me referi enquanto pessoas-produto. São os momentos discursivos nos quais os senhores não poderiam se furtar de reconhecer seus cativos por aquelas características que os tornam sujeitos – logo, dimensão *subjetivadora*.

Lembro que a definição de signo com a qual estou trabalhando envolve a representação simbólica de uma ideia retirada de uma totalidade de significações que não correspondem ao que está sendo representado, uma subtração. Assim, novamente, reforço que não é meu objetivo quantificar os padrões de “palavras”, “vocábulos” nem dos significados em si, mas as repetições de uma dada ideia no discurso senhorial. As preferências ou percepções do senhorio são sugeridas pela representação de suas interpretações de uma dada realidade.

Em cada categoria global, exporei os padrões de repetição desses signos em tabelas e utilizarei os dicionários de Silva Pinto e de Moraes e Silva como auxílio interpretativo, quando for necessário e possível. Com isso, volto para a análise tendo a historiografia da escravidão como base.

5.1 O físico

Quase metade de todos os africanos, sequestrados e desembarcados nas Américas, vieram para o Brasil, nos destacando como o maior importador de cativos do continente³⁸⁴. Aproximadamente 37% dos que sucumbiram durante a travessia do Atlântico morreram a caminho do Brasil, algo em torno de 700 mil pessoas.

³⁸⁴ REIS, João José. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 63, p. 232-290, 2021. p. 232.

Entre 1800 e 1850, mais ou menos dois milhões de africanos desembarcaram no Brasil, muitos desses ilegalmente, conformando 64% dos sobreviventes da travessia para as Américas no período e 67% de todo o tráfico brasileiro no curso de 350 anos. É por isso que João José Reis chama o século XIX de idade de ouro do comércio de escravizados no Brasil³⁸⁵.

As condições da travessia, tenebrosas em sua maioria, se somam às condições do cativeiro, no Brasil, em relação à qualidade da alimentação, à salubridade das senzalas, à rigidez do trabalho e ao cuidado com a saúde e a higiene, para definir a maioria das características físicas dos escravizados, em nossos anúncios.

Além disso, uma boa dose de visão publicitária seria útil para descrever a “mercadoria” perfeita, que mais chamasse atenção dos compradores por suas qualidades “eugênicas”. Aliado a isso, um conhecimento íntimo de seus cativos e de como buscavam se diferenciar em sociedade seria mais um recurso para o senhor cuja “propriedade” fugira e estivesse tentando recapturar.

Assim sendo, visualizamos os padrões de signos de *características físicas* mais comuns nos anúncios de venda dessa forma:

Tabela 7 – Características físicas (venda)

Caracterização geral	Nº de ocorrências	%
Boa/bonita figura	249	65,18
Robusto	37	9,69
Sadio	33	8,64
Lindo(a)/Linda figura	26	6,81
Possante	11	2,88
Forte	8	2,09
Bom corpo	3	0,79
Sem defeitos	3	0,79
Outras características	12	3,14
Total	382	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

³⁸⁵ Ibid. Loc. cit.

Apareceram, ainda, abaixo de três ocorrências, “claro”, “com defeitos”, “preço em conta por estar doente”, “perna torta”, “vistosa”, “boa estatura”, “cor alva”, “escura” e “sem linda figura”.

Não é demais chamar atenção, novamente, para a inespecificidade das caracterizações dos anúncios de venda, em relação aos anúncios de fuga. Não há muito, nos signos coletados, que identifique os cativos anunciados por suas individualidades, pelo contrário.

Visualizamos informações físicas bastante genéricas, as quais não diferenciam cada escravizado de seus pares. A maioria dos signos, aliás, soam como essencialmente publicitários, elementos positivos e chamativos, cujas vantagens tornariam a “mercadoria” ainda mais sedutora para um potencial comprador.

É preciso, porém, compreender o objetivo de anúncios desse tipo. Para além da inerente desumanização cujas motivações já discutimos, subjetivar cada cativo vendido, descrevê-lo minuciosamente, foge das necessidades de um anúncio de venda.

Ao comprador, aparentemente, não interessa a cor de seus cabelos nem o formato de seu nariz, como veremos mais à frente. Importam aqueles elementos que, de forma objetiva e minimamente sincera, correspondam aos seus objetivos ao adentrar no mercado local de escravizados.

Por isso, pouco importa se os olhos do anunciado são grandes ou se suas orelhas são pequenas, características apontadas nos anúncios de fuga. Mais importante é se ele aguentará a carga de trabalho, se tem saúde, se tem “durabilidade” e, por que não, se é esteticamente agradável.

A absoluta maioria dos signos dessa categoria, afinal, se referem ao recorrente “bonita figura”, partícula praticamente identificadora dos anúncios de venda. A ela, soma-se “linda figura”, que, juntas, correspondem a 72% dos dados de características físicas.

De acordo com o dicionário de Silva Pinto, “Bonito” é aquele “De bom parecer”³⁸⁶. Já “Lindo” é “Formoso. [...] Enfeitado, elegante, bello”. “Figura”, por sua vez, é “A fôrma externa de qualquer coisa”.

Prezar uma “mercadoria” por suas “vantagens” estéticas, além de indicar um toque de eugenia típico do século XIX, em muito pode se relacionar com as discussões já apresentadas neste trabalho acerca da intimidade física entre senhores e cativos, “portas adentro”. Claro,

³⁸⁶ PINTO. Op. cit.

também pode ser mais um sinal da experiência no *marketing* escravista, afinal, ainda hoje publicizamos produtos por sua beleza.

Chama atenção, aliás, a disparidade entre aqueles que teriam apenas um “bom parecer”, a maioria, daqueles “formosos”, “enfeitados” ou “elegantes”. Freyre já havia notado a ocorrência de escravizados, nos anúncios, com “sinais aristocráticos”³⁸⁷.

Não tenho elementos, nos anúncios, para sugerir o que tornaria um escravizado “lindo”, não apenas “bonito”, nem quais comportamentos o tornariam “aristocrático”, mas percebo, mesmo em uma publicidade, um certo comedimento dos anunciantes ao cederem um “linda figura” (6,8%) a alguém, em relação ao constante “bonita figura” (65%).

“*Robusto*”, para Silva Pinto, é aquele que “tem muitas forças”³⁸⁸. “*Possante*” é aquele ou aquilo “Capaz de soportar pezo, ou trabalho. Poderoso, forte”. Dentro do signo “*Forte*”, ainda, aloquei as ocorrências de “reforçado” do corpo, que, no dicionário, é entendido como “Aumento de forças”. Já “Fornido” do corpo seria aquele “Bastecido corpulento cheio, grosso forte”, com “*bom corpo*”.

A esses quatro signos, soma-se “*sadio*”, cujo sentido permanece o mesmo diacronicamente, para formar pouco mais de 24% das ocorrências. Ou seja, o segundo maior grupo de signos, ainda muito menor que as dominantes partículas de “beleza”, são aqueles que se referem aos escravizados por sua “resistência” ou por sua “potência” ao realizar trabalhos, algo esperado em um contexto de venda de seres humanos para servirem.

Em resumo, em um gênero discursivo cuja marca fora a impessoalidade, tanto do anunciante quanto do anunciado, e cujo objetivo principal fora destacar as características positivas da “mercadoria” para vendê-la, as duas dimensões físicas mais importantes, aparentemente, foram aquelas associadas à beleza e à força dos indivíduos – duas grandezas muito relacionadas, ainda hoje, à desumanização e à objetificação.

A objetificação, visualizada a partir dos anúncios de fuga, por sua vez, tem em sua base uma natureza completamente oposta. O que enriquece esse outro gênero discursivo é justamente sua especificidade, seus detalhes, seu direcionamento, sua subjetividade.

A objetificação parte pela forma com a qual esses atores sociais são representados, resgatando a discussão que fiz na segunda seção do terceiro capítulo. Os escravizados, aqui, são

³⁸⁷ FREYRE, 1979. p. 33.

³⁸⁸ PINTO. Op. cit.

também evocados a partir da *categorização por identificação física*, nos termos de Van Leeuwen³⁸⁹.

Assim sendo, remeter aos cabelos, ao rosto, aos olhos, às orelhas, enfim, às propriedades do corpo que nos particularizam enquanto seres humanos, apesar de ser, inevitavelmente, um reconhecimento de humanidade, não deixa de ser também uma subversão para um cenário de desumanização no qual um proprietário de pessoas busca reaver um indivíduo que escapou de seu jugo.

Essa categoria global foi definitivamente a mais diversa e a mais presente, por razões óbvias, nos anúncios de fuga. Em 375 anúncios totais, colhi 1294 partículas de caracterização física, resumidas em 188 signos. Ou seja, em média, cada escravizado anunciado foi descrito por pelo menos três signos de características físicas que os destacassem dos demais.

Dado o enorme rol de possibilidades e combinações, seria inviável tentar transpor uma tabela de 188 linhas neste trabalho. Portanto, a solução que encontrei para demonstrar a variabilidade anunciada foi juntar os signos em grupos, cuja norma de agrupamento seja a parte do corpo a que se referem e a não exibição simultânea deles pelo mesmo indivíduo.

Por exemplo, encontrei calvos e cabeludos, cabelos estirados, crespos, raspados e amarrados, além de cabelos grandes, cortados “à moda” ou com topete. Todos esses signos, e mais alguns, foram organizados em um grupo de “cabelos”. Na Tabela 8, mostro apenas qual o signo que mais teve ocorrências dentre os signos de cabelos, omitindo seus análogos.

E assim o faço em vinte grupos correspondentes a partes do corpo distintas, a saber: aparência, cabelos, rosto/cabeça, região da testa, olhos, orelhas, nariz, boca, dentes, pelos faciais, pescoço, estatura, corpo, peitoral, cor, mãos/braços, grupo inespecífico, pernas, canelas e pés.

Se eu não exibisse os dados dessa forma, mas também omitisse linhas a partir de uma dada porcentagem, para encaixar nesta dissertação, veríamos muito mais signos de apenas alguns desses vinte grupos, dado que são apontamentos mais comuns nos anúncios. Rosto/cabeça, barba, estatura, corpo e cor dominariam a tabela, impedindo a visualização da riqueza de detalhes dessa categoria, com a ausência dos demais quinze grupos.

Dessa forma, eu particularizo grupos de signos cuja variância seja determinada internamente, como, por exemplo, a distribuição de carecas e de cabeludos. Um careca, por sua vez, pode ser tanto alto quanto baixo: são duas dimensões corporais que não se anulam.

³⁸⁹ VAN LEEUWEN. Op. cit. p. 42.

Assim, se distribuem desta forma os dados dos vinte grupos correspondentes a partes do corpo específicas, representados pelos signos de maior ocorrência em cada um deles:

Tabela 8 – Características físicas mais frequentes de cada grupo (fuga)

Caracterização geral	Nº de ocorrências	%
1. Boa/Bonita figura	32	2,47
2. Cabelos brancos	10	0,77
3. Cara redonda	33	2,55
4. Sobrancelhas grossas	4	0,31
5. Olhos grandes	22	1,70
6. Orelhas pequenas	13	1
7. Nariz chato	26	2,01
8. Beiços grossos	31	2,40
9. Dentes alvos	7	0,54
10. Pouca barba	32	2,47
11. Pescoço grosso	3	0,23
12. Estatura regular/ordinária	125	9,66
13. Seco do corpo	71	5,49
14. Seios pequenos	4	0,31
15. Cor fula	56	4,33
16. Mãos curtas/pequenas	7	0,54
17. Espadaúdo	7	0,54
18. Pernas finas	24	1,85
19. Canelas finas	5	0,39
20. Pés pequenos	21	1,62
Demais características	761	58,80
Total	1294	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

É interessante perceber essa tabela como a construção, peça a peça, do cativo “ideal” – e, portanto, irreal – ou seja, as características mais comuns dos escravizados fugidos, em relação a cada parte do corpo, formariam um indivíduo. O fugido mais “comum” seria, então, alguém bonito, de cabelos brancos e cara redonda, com sobrancelhas grossas, olhos grandes, orelhas

pequenas, nariz chato, beijos grossos e dentes alvos, de pouca barba (se homem) e de pescoço grosso, magro, espadaúdo e com estatura mediana, de seios pequenos (se mulher) e de cor fula, com mãos e pés pequenos e pernas e canelas finas.

Outra coisa que chama atenção é a minúcia com a qual os senhores conheciam seus cativos, da mais elementar aparência ou estatura às específicas orelhas, mãos e até seios! Nesses casos, a proximidade física teria mais uma vantagem para o senhorio: permitiria descrever os fugidos com um mínimo de precisão.

Se há tantos “bonitas figuras” assim, nos anúncios de fuga, talvez esse mesmo signo não tenha sido necessariamente um exagero publicitário, nos anúncios de venda: mesmo nos discursos em que a sinceridade e a objetividade seriam imprescindíveis, eles aparecem bastante. Afinal, também encontrei 7 casos de fugidos “feios”.

Para Guedes & Bôscarro, a reputação inscrita no rosto guarda múltiplas e variadas expressões de linguagem, em português³⁹⁰. O que a cara contém revela muito da personalidade e do modo como as pessoas percebem outras ou são por elas julgadas.

A escravidão, por seu turno, criava e recriava expressões que pautavam hierarquias sociais, fornecendo parâmetros de classificação e conceitos³⁹¹. Ser “de bonita figura” poderia, potencialmente, viabilizar vantagens ou modos de resistência particulares, uma vez que mais uma vez os “bonitos” são maioria nessa categoria.

A “regularidade” ou “ordinariedade” da estatura não espanta ser o mais comum signo de seu grupo: algo só se torna a média se for o mais comum. Abaixo dos 125 ordinários, estão 80 “baixos”, entre eles, um de “*cinco palmos e meio escassos*”, e 60 “altos”.

Por outro lado, no agrupamento do corpo, dominam os “magros”, “secos do corpo”, com 71 casos, e não os de “corpo regular”, “mediano” ou “bem-feitos”, com 25 casos. Junto a eles, estão os “fortes”, alguns “grossos” e “corpulentos”, com 55 casos, e os “gordos”, “barrigudos”, “pançudos” ou “cheios do corpo”, com 46 casos, além dos muito raros corpos “espigados”, “dobrados” e “esbeltos”.

De acordo com o dicionário de Silva Pinto, “Fulo” é aquele de “De côr negra que não he bem fixa, e tira para amarella”³⁹². Os cativos de “cor fula”, um “*pouco retinto*”, outro “*acaboclado*”, formam a maioria de 56 ocorrências. Porém, os de “cor preta”, um “*retinto*”,

³⁹⁰ GUEDES, Roberto; BÔSCARO, Ana Paula. A cara da escravidão e a cara da liberdade: honra e infâmia (Corte do Brasil, 1809-1833). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 59, 197-234, 2019. p. 198.

³⁹¹ Ibid. p. 209.

³⁹² PINTO. Op. cit.

outro “*bem tinto*”, não ficam muito atrás e apareceram 49 vezes. Encontrei, ainda, 5 “claros”, 1 de “cor avermelhada”, outro de “cor alaranjada” e outro de “cor trigueira”.

Referindo-se ao corpo feminino, particularmente, encontrei especificidades tais como “seios pequenos”, 4 vezes, “seios caídos”, 3 vezes, sendo uma “*esmalhada dos peitos*” e outra de “*peitos batidos*”, seios “*em pé*” ou “apontados”, 2 vezes, 1 “*peituda*”, 1 com “*rugos nos seios*”, 1 de seios “*bem feitos*” e outra de seios “*secos*”. Além disso, colhi 2 de “*bunda empinada*”.

Chama atenção, contudo, a enorme variedade de categorizações dos pés, com dezoito signos, maior do que as de cabelos ou de olhos, cada grupo com dezessete signos. Encontrei pés “grandes”, “pequenos”, “grossos” (“roliços”, “carnudos” ou “cheios”), “*apalhetados*”, “bonitos” (“bem-feitos”, “perfeitos”, “proporcionais”), “tortos” (para fora, para dentro), com os “dedos abertos”, “feios” (“mal-feitos”), com os “dedos levantados/arrebitados pra cima”, “chatos”, “secos”, “*de papagaio*”, “largos”, com os “dedos grandes”, com os “dedos para dentro”, “diferentes”, “limpos”, “redondos” e “*com todas as unhas*”.

Essa fixação dos anunciantes em muito lembra uma discussão trazida por Mary del Priore, quanto aos desejos eróticos do século XIX. Segundo ela, do corpo “inteiramente coberto” da mulher no oitocentos, sobravam “as extremidades”: mãos e pés atraíam olhares e atenções masculinas³⁹³.

Para Priore, carnes e ossos amoldados às dimensões dos sapatos revelariam o pertencimento a um dado grupo social, no qual mulheres pouco caminhavam e, portanto, pouco tinham em comum com escravizadas e trabalhadoras do campo ou da cidade, “donas de pés grandes e largos”³⁹⁴.

Os pés “enlouqueciam os homens”, segundo a historiadora. Álvares de Azevedo entoava: “meu desejo era ser o sapatinho que o teu mimoso pé no baile encerra”³⁹⁵. José de Alencar, por sua vez, alegara: “um bonito pé é o verdadeiro condão de uma bela mulher”³⁹⁶.

Específico do agrupamento dos pelos faciais, em seu turno, tivemos 32 casos de “*pouca barba*”, 23 de “*barbado*”, às vezes “*com suíças*”, 20 “*sem barba*”, 1 de “*barba branca*” e 1 “*sem suíças*”. Temos uma minoria de cativos com barba completa pode se relacionar com o que vimos no capítulo passado: a maioria dos escravizados fugidos – apesar de estar indicado

³⁹³ PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014. p. 73.

³⁹⁴ Ibid. p. 74.

³⁹⁵ AZEVEDO apud PRIORE. Ibid. p. 75.

³⁹⁶ ALENCAR apud PRIORE. Ibid. p. 75.

um aumento na faixa etária do rol, em relação aos vendidos – ainda se mantém na faixa entre 16 e 20 anos, na puberdade, momento no qual os pelos faciais ainda estão em desenvolvimento.

Guedes & Bôscarro, contudo, não acreditam que essa associação seja tão automática. Não era a faixa etária que os tornava menos barbados, mas uma série de circunstâncias que interferiam na estética, como a propensão física ou fatores culturais, sociais e políticos³⁹⁷.

Representações de Debret e J. M. Rugendas, aliás, não demonstram cativos com barbas, mesmo que tivessem cabelos na cabeça³⁹⁸. Por outro lado, quando há homens livres de ascendência europeia, grandes costeletas, barbas ou bigodes os acompanham.

Entre os nascidos no Brasil, o volume da barba aumentava à medida que se saía da escravidão rumo à liberdade: escravos, forros e livres, em ordem³⁹⁹. Ter “bastante barba” era para homens feitos, física e socialmente, e mantê-las era uma escolha, ainda que nem todos os homens pudessem exibi-la⁴⁰⁰.

Por exemplo, a maioria dos chefes de tropa usava bastante barba⁴⁰¹, mas os escravizados despachados, na percepção de Guedes & Bôscarro, não eram dignos de serem classificados com barba, aos olhos dos funcionários do governo⁴⁰².

Freyre acreditava que males profundos ligados à monocultura latifundiária foram erroneamente associados à miscigenação⁴⁰³. Por trás dessa posição ideológica do senhorio, estaria o mau suprimento de víveres frescos, a má nutrição, a fome crônica, a diminuição da estatura e a sífilis.

A esses elementos, ainda adiciono as condições de trabalho e das senzalas, o cuidado com a higiene e com a saúde dos cativos e, especialmente, o estado da travessia do Atlântico nos navios traficantes, desde a captura na África aos depósitos de gente no Brasil.

Todas essas questões contribuíram para a presença de um grande rol de signos de *doenças, deficiências e deformações* entre os escravizados e escravizadas fugidos. Foram 342 partículas em 375 anúncios, ou seja, em quase todos (91%) haveria pelo menos um signo dessa categoria.

São distribuídos desta forma as informações acerca dessa categoria:

³⁹⁷ GUEDES; BÔSCARO. Op. cit. p. 223.

³⁹⁸ Ibid. p. 224.

³⁹⁹ Ibid. p. 217.

⁴⁰⁰ Ibid. p. 221.

⁴⁰¹ Ibid. p. 214.

⁴⁰² Ibid. p. 213.

⁴⁰³ FREYRE, 1980. p. 14.

Tabela 9 – Doenças, deficiências e deformações (fuga)

Condição	Nº de ocorrências	%
Cicatrizes/feridas diversas	77	22,51
Marca de bexiga (varíola)	42	12,28
Coxo	33	9,65
Ausência de dentes/Banguela	19	5,56
Bicho-de-pé	10	2,92
Marca de açoite	10	2,92
Mutilado/Aleijado	10	2,92
Dedo do pé defeituoso	10	2,92
Olhos avermelhados	9	2,63
Cego	8	2,34
Queimadura	8	2,34
Tabagista	8	2,34
Belida	7	2,04
Alcoólatra	6	1,75
Demais condições	85	24,85
Total	342	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Ainda coletei, abaixo de 1,5%, “calombo”, “pernas inchadas”, “coroa/calor na cabeça de carregar peso”, “cravos/espinhas”, “dentes quebrados”, “pés inchados”, “queda de cabelo”, “vesgo”, “fanhoso”, “fístula”, “marca de surra”, “unhas arrancadas/caídas”, “dentes podres”, “escrotos inchados/feridos”, “pés rachados”, “tosse”, “vício em jogo”, “barriga grande de moléstias”, “costuras empoladas de antraz”, “coceira”, “emplastro”, “glândula no pescoço”, “gota”, “um tanto amarelado”, “inclina a cabeça quando fala”, “joanete”, “manchas no corpo”, “mãos calejadas”, “mãos inchadas”, “marca de tiro”, “marca de vacina”, “marca de ventosa”, “moléstia no ouvido”, “olhos amarelados”, “ombros feridos”, “panarício”, “malha mais preta que o natural no rosto”, “pés inflamados”, “quebrada da virilha”, “rosto papudo”, “seis dedos na mão”, “caroço de veia quebrada” e “verruga”.

Chamo atenção para o fato de que esses signos são particulares dos anúncios de fuga. Não há uma categoria análoga nos anúncios de venda, provavelmente em razão da mesma

dicotomia entre adequação à publicidade e necessidade de detalhamento que já venho apontando até então.

Para Freyre, verificou-se, em Pernambuco, nos tempos do escravismo, a escassez de víveres frescos, seja animais, seja vegetais⁴⁰⁴. A nutrição da família colonial brasileira, dos engenhos e das cidades, surpreendeu o sociólogo pela sua má qualidade, pela pobreza de proteínas de origem animal, pela falta de cálcio e de outros sais minerais e pela riqueza de toxinas.

No século XIX, o médico David G. Jardim perguntara a um senhor de terras o porquê a “estatística mortuária avultava entre seus escravos”, imaginando que isso lhe acarretava grandes prejuízos⁴⁰⁵. Jardim fora respondido que “pelo contrário”, pois comprava ele cativos com a intenção de “desfrutar” deles durante apenas um ano, fazendo-os trabalhar de tal forma que além de recuperar o capital neles investido, ainda tirava lucro considerável: “que importa se a vida do negro extinga sob o insuportável trabalho de um ano, se nos ficam as mesmas vantagens que teríamos se ele servisse moderadamente por espaço de muito tempo?”.

A facilidade de reposição de escravizados pelo tráfico, mesmo ilegal, motivou essa mentalidade, e o reflexo do descuido para com a saúde da massa trabalhadora cativa se evidencia nos dados da Tabela 9. Além se mostrarem comuns problemas de saúde, como varíola, bicho-de-pé, questões oftalmológicas, problemas odontológicos, vícios de substâncias e afins, ainda havia espaço para as distorções oriundas das condições de trabalho ou dos conflitos sociais, como cicatrizes e feridas, deformações nas pernas, marcas de violência, mutilação, queimaduras etc.

Alisson Eugênio pesquisou a reação da categoria médica brasileira, no século XIX, aos problemas de saúde e às epidemias daquele tempo. Um desses médicos, Jean Baptiste A. Imbert, em 1834, publicara o *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*.

Nesse manual, Imbert alegara que a alimentação inferior às necessidades dos cativos e de péssima qualidade, além da baixa disponibilidade de roupas para se protegerem das variações climáticas, provocava neles várias enfermidades⁴⁰⁶. As doenças da população escravizada resultavam dessa combinação entre imposições do meio ambiente e do descaso ao qual estava submetida.

⁴⁰⁴ Ibid. p. 77.

⁴⁰⁵ JARDIM apud EUGÊNIO, Alisson. Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 42, p. 125-156, 2010. p. 127.

⁴⁰⁶ IMBERT apud EUGÊNIO. Ibid. p. 129.

Para o médico, os proprietários de gente deveriam cuidar melhor da saúde de seus cativos, afinal, “se o seu próprio interesse lhes não ditasse esta obrigação, a humanidade lhes imporia tal dever”⁴⁰⁷. Compartilhou dessa perspectiva outro médico, José Rodrigues de Lima Duarte, em *A higiene da escravidão no Brasil*, de 1849.

Duarte lamentou a não observância das “mais mezinhas regras higiênicas” e de não terem “consideração alguma com as localidades” das habitações dos escravizados, por parte de seus senhores⁴⁰⁸. Ele considerava essas negligências o resultado de uma atitude contrária “aos seus próprios interesses”.

Os assustadores índices de mortalidade infantil dificultavam o aumento natural da população cativa, acreditava Duarte, e as punições violentas impostas aos escravizados abalava sua “higiene moral”⁴⁰⁹. O médico conta que a prole, ainda acostumada ao leite materno, era logo submetida a uma “alimentação grosseira”, como o feijão e o angu.

Ainda assim, Freyre chegou a alegar que o “escravo negro no Brasil parece-nos o elemento melhor nutrido” da sociedade patriarcal, dada à sua alimentação que, apesar de “não ser nenhum primor de culinária”, “nunca faltava”, com sua “abundância” de milho, toucinho e feijão “apropriados” ao esforço exigido⁴¹⁰.

Freyre acreditava que os escravizados foram beneficiados por uma alimentação mais regular, em relação aos livres e libertos nos cortiços e mucambos⁴¹¹. Fazendas onde se davam apenas “feijão cozido com angu, um bocado de toucinho, jerimum ou abóbora cozida” seriam aquelas de senhores ansiosos por lucros rápidos ou em “engenhocas” pobres.

O africano escravizado teria sido “mais bem nutrido que o próprio senhor de engenho” quando em crise financeira, “a maioria”, para Freyre⁴¹². Afinal, ele se alimentava de vegetais, como o inhame, o quiabo, o dendê e o arroz⁴¹³, enquanto os senhores tinham a alimentação caracterizada pelo uso excessivo de charque, de bacalhau, de bolacha, de peixe seco e de farinha de mandioca.

Kátia Q. Mattoso compartilhava de uma perspectiva semelhante, na visão de Mário Maestri, que dedicou um artigo a criticar sua “apologia da servidão voluntária”. Ela alega que o cardápio dos escravizados seria composto, pela manhã, por café com melaço e milho cozido;

⁴⁰⁷ Ibid. Loc. cit.

⁴⁰⁸ DUARTE apud EUGÊNIO. Ibid. p. 141.

⁴⁰⁹ Ibid. p. 142.

⁴¹⁰ FREYRE, 1980. p. 80.

⁴¹¹ FREYRE, 2004. p. 295.

⁴¹² Ibid. p. 402.

⁴¹³ Ibid. p. 405.

às dez horas, merenda de mingau com milho, feijão preto, torresmo e farinha de mandioca, feitos em caldeirões condimentados de batata-doce, repolho, nabo, pimenta e salsa; às treze horas, café com bolo de milho (e aguardente no inverno); às dezesseis horas, jantar; por fim, antes de dormir, sopa de milho com carne seca e farinha de mandioca⁴¹⁴!

É preciso salientar que meu contraponto a Freyre e Mattoso não nos leva a concluir que a população cativa, no Brasil, era faminta. Mas é inevitável dizer que passavam por algo pouco mais sutil, que lembra a “fome oculta”, de Josué de Castro, a inanição, na qual não se sente a ausência de quantidade de comida, mas de sua qualidade e de sua riqueza de nutrientes: a condição na qual o indivíduo come, mas ainda sente fome⁴¹⁵.

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante⁴¹⁶.

Assim, nossos agentes teriam estado de barriga cheia, mas vulneráveis às terríveis consequências da varíola (12%), da perda de dentes (5,5%), do bicho-de-pé (2,9%), da vermelhidão dos olhos (2,6%), da cegueira (2,3%), da belida (2,04%) e dos vícios em tabaco (2,3%) e álcool (1,7%), como mostram nossos dados.

E mesmo assim, Freyre considera ser uma “graça” a “ostentação” de doenças e vícios, considerados privativos de brancos, concedidos pelo tempo a negros e seus descendentes: “O direito de serem anêmicos. O direito de sofrerem de reumatismo. O direito de morrerem do coração e até de febre amarela”⁴¹⁷.

O escravizado teria gozado de “proteção de corpo e de saúde”⁴¹⁸ e seus vícios e doenças teriam sido “especializações de raça e de classe”, transferidos a ele da casa-grande e dos sobrados, pelos seus senhores⁴¹⁹.

O já citado médico David G. Jardim publicou, em 1847, *Algumas considerações sobre a higiene dos escravos* e nele abordou a penúria dos cativos do campo dada a “mudança de clima, a indiferença de tratamento, um trabalho contínuo e desmedido, e até a fome raríssimas

⁴¹⁴ MATTOSO apud MAESTRI, Mário. Como era gostoso ser escravo no Brasil: a apologia da servidão voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. **Crítica Histórica**, Maceió, n. 12, p. 1-31, dez. 2015. p. 8.

⁴¹⁵ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. p. 37.

⁴¹⁶ Ibid. p. 243.

⁴¹⁷ FREYRE, 2004. p. 522.

⁴¹⁸ Ibid. p. 404.

⁴¹⁹ Ibid. p. 521-2.

vezes interrompidas”⁴²⁰. Essas seriam algumas das causas de “singulares e gravíssimas enfermidades”.

Para Jardim, “a vida quase animal do africano em sua terra é sem dúvida preferível à que em geral entre nós se dá aos cativos”⁴²¹. Para além do pouco lisonjeiro discurso, o médico, alegava que a alimentação dos escravizados deveria ser “variada, composta de substâncias tiradas dos reinos vegetal e animal e em quantidade tal que satisfaça as pressões do organismo”⁴²².

Além disso, o trabalho deveria ser regulado segundo a força de cada indivíduo, seguido de “conveniente folga” para evitar os “rigores de uma fadiga sobre-humana”. As senzalas precisavam ser reformuladas, pois eram “mal construídas, colocadas sobre terrenos lamacentos, abertas de todos os lados e tão imundas” quanto “verdadeiras pocilgas”.

Outros dois médicos trazidos por Eugênio também denunciavam a condição da população cativa. José Martins da Cruz Jobim, em *Discurso sobre as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro*, de 1835, relacionou a incidência de ancilostomíase com o “uso de alimentos feculentos”, “os efeitos da umidade” e o “abuso de bebidas alcoólicas”⁴²³.

Já Pedro D. Pessoa, em 1842, explicou o grande número de casos de boubas, uma dermatose, por estarem os escravizados “reunidos e destinados ao rigoroso trabalho campestre, mal nutridos e entregues a todos os gêneros de infração”⁴²⁴.

Imbert, por sua vez, acreditava que a resistência dos escravizados ficava ainda menor em decorrência de seu exagerado consumo de cachaça, fruto de sua “libertinagem” resultante do descuido com a obrigação de se “inspirar-lhe costumes”, razão pela qual se tornavam “muito inclinados à depravação”⁴²⁵.

Maximiliano de Habsburgo, ao contrário, considerava a embriaguez cativa “benfazeja e lépida”, pois os “ajudava” a suportar as dificuldades da vida sob a escravidão⁴²⁶. No Brasil, a embriaguez de pessoas pobres e de cor preocupava as autoridades, que elaboraram leis municipais com punições para os ébrios que vagavam pelas cidades.

⁴²⁰ JARDIM apud EUGÊNIO. Op. cit. p. 134-5.

⁴²¹ Ibid. p. 137.

⁴²² Ibid. p. 139.

⁴²³ JOBIM apud EUGÊNIO. Ibid. p. 133.

⁴²⁴ PESSOA apud EUGÊNIO. Ibid. p. 134.

⁴²⁵ IMBERT apud EUGÊNIO. Ibid. p. 130.

⁴²⁶ HABSBURGO apud SOARES. Op. cit. p. 64.

Freyre denuncia que muitos atribuíram à miscigenação o que teria sido obra principalmente da sífilis⁴²⁷. “O negro se sifilizou no Brasil”⁴²⁸, apontou o sociólogo, e as escravizadas teriam se tornado as “grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos”⁴²⁹.

Por outro lado, Freyre aponta o “excessivo gosto” de água de bica, em regalos de banho ou em lava-pés, por parte dos negros e seus descendentes⁴³⁰. “O moleque brasileiro tornou-se célebre pelo seu gosto de banho de rio”.

Apesar dos cativos não contarem com o “luxo do sabão”, os jornais da primeira metade do século XIX estão cheios de reclamações contra “moleques sem-vergonha” ou “homens feitos” que se despiam e tomavam banho completamente nus nos lugares mais públicos.

Mesmo assim, a mortalidade por doenças era alta entre a população escravizada. Para Kátia Mattoso, porém, isso seria culpa do clima! Resfriados e doenças afins eram decorrentes de bruscas variações de temperatura, no Nordeste, e sua constância devido à “inadaptação biológica” do negro ao Brasil⁴³¹.

Os comentários de Mattoso me levam à outra dimensão dos signos desta categoria, para além das doenças, da nutrição e da higiene: as cicatrizes, os machucados, as deformações, as mutilações e afins. Vemos, na Tabela 9, que pelo menos 22% dos fugidos tinham alguma cicatriz ou ferida digna de ser descrita, enquanto 9% eram “coxos” ou andavam “puxando a perna” ou “cambaleando”, 2,9% tinham marcas de açoite, 2,9% foram mutilados ou aleijados de alguma forma e 2,3% tinham queimaduras.

Até Freyre reconhece o “trabalho excessivo” e os “castigos corporaes em excesso”, denunciados por David G. Jardim, que transformavam os escravizados em “verdadeiras machinas de fazer dinheiro”⁴³².

Mas, para Kátia Mattoso, as “descrições aterradoras” sobre o trabalho servil eram próprias apenas a “determinadas realidades”: “em geral, o trabalho somente” se tornava “insuportável em períodos limitados”, era a exceção, na interpretação de Maestri⁴³³.

⁴²⁷ FREYRE, 1980. p. 83.

⁴²⁸ Ibid. p. 338.

⁴²⁹ Ibid. p. 339.

⁴³⁰ FREYRE, 2004. p. 315.

⁴³¹ MATTOSO apud MAESTRI. Op. cit. p. 16.

⁴³² JARDIM apud FREYRE, 2004. p. 295.

⁴³³ MATTOSO apud MAESTRI. Op. cit. p. 9.

“Os dias de trabalho não passavam de 250 ao ano”⁴³⁴, ou seja, para Mattoso, os escravizados folgavam 115 dias por ano. “Os castigos corporais também servem para manter a ordem através do exemplo. Mas sua aplicação não fazia parte absolutamente da vida diária do escravo”⁴³⁵.

A realidade em muito diferiu da apologia de Mattoso e da romantização de Freyre. Na verdade, fosse o escravismo esse teatro romântico das relações entre senhores e escravizados, nenhum deles teria se submetido à incerteza, ao perigo e às mazelas da fuga do cativo.

Lembro que os dados acerca das enfermidades, das marcas, dos vícios e das deformações aqui relatados foram colhidos de fontes próprias do senhorio. Sendo assim, todos os elementos que analisei são frutos das percepções dos anunciantes, logo, dos proprietários de escravos.

Se algo foi demasiadamente destacado ou, ainda, omitido, deve-se à própria interpretação do senhor cujo escravo fugira, tendo ele medido, a partir dela, a relevância da menção ou da omissão de um dado elemento de saúde na busca por seu cativo. Muitas informações podem ter sido perdidas, a depender da intenção do anunciante.

5.2 O psicológico

O segundo atributo basal daquilo que defini enquanto a essência de *ser* humano, do reconhecimento do escravizado enquanto indivíduo, a partir da dimensão subjetivadora, são as referências simbólicas às emoções, à fala, ao semblante, à postura e a relação disso às condições de trabalho e como isso interferiria, na visão do senhorio, na capacidade produtiva e na venda.

O atributo psicológico da dimensão subjetivadora envolve não apenas a maneira particular com a qual cada cativo se colocaria no mundo, em um campo de visão mais individual, mas também os indícios de reatividade pessoal às condições do cativo, da relação senhor-escravo, da travessia do Atlântico e da adaptação ao *ser e estar* numa sociedade escravista, lusófona e hierarquizada.

Dessa forma, temos, como primeira categoria investigativa, os signos que envolvem o atributo psicossocial dentro de uma esfera essencialmente laboral, daquilo que seria relevante ao anunciante mencionar em um contexto de publicidade para a venda de um cativo. Assim se dispõem os dados de *características socioproductivas*:

⁴³⁴ Ibid. p. 10.

⁴³⁵ Ibid. p. 11.

Tabela 10 – Características socioprodutivas (venda)

Caracterização geral	Nº de ocorrências	%
Sem vícios	96	23,30
Com habilidades	76	18,45
Sem achaques	40	9,71
Com filhos	24	5,83
Recolhida	22	5,34
Ladino	21	5,10
Preço cômodo	20	4,85
Bom/Bastante leite	16	3,88
Boa conduta	13	3,16
Fiel	13	3,16
Diligente	7	1,70
Esperto(a)	7	1,70
Boçal	6	1,46
Demais características	51	12,37
Total	412	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Ainda encontrei, abaixo de 1%, “*sem cria/parida de pouco*”, “*com qualidades*”, “*bom trabalhador*”, “*carinhosa*”, “*conhecido*”, “*ágil*”, “*bons costumes*”, “*desembaraçado*”, “*elegante*”, “*falante*”, “*cria faleceu*”, “*prenhe*”, “*hábil*”, “*inteligente*”, “*ótima*”, “*ativo*”, “*com família*”, “*educado*”, “*entende de agricultura*”, “*entende de cavalo*”, “*entende de desleitar*”, “*entende de gado*”, “*não quer mais servir*”, “*prendada*”, “*preso*”, “*primeira barriga*”, “*seguro*”, “*sem habilidades*” e “*filho do sertão*”.

De acordo com o dicionário de Silva Pinto, “Vício” é “Defeito. Máo habito. Erro”⁴³⁶. Já “Habilidade” é a “Capacidade para qualquer cousa”. “Achaque”, por sua vez, é a “Indisposição habitual da saúde. [...] Defeito. Desgosto”.

Seja um atestado honesto do bom caráter de seu escravizado, na visão do senhorio, seja uma estratégia de *marketing*, mais de 51% dos signos dessa categoria e os três tipos mais

⁴³⁶ PINTO. Op. cit.

comuns envolvem *qualidades* socioprodutivas da “mercadoria”, cuja garantia era atestada pelo anunciante.

Seriam mais de 30% dos cativos sem “defeitos”, “mal hábitos” ou “indisposições”, nos dizeres do dicionarista, e outros 18% com “capacidade” para desenvolver a maior parte das funções pelas quais seriam procurados pelos compradores. Em uma visão seguramente pragmática de um discurso publicitário, faz sentido que esses sejam os três signos mais comuns.

A eles, se soma o obsceno “*preço comodo*” (4,8%), que, de tão comodificador, bem poderia ter lugar no capítulo passado. Retórica publicitária que ainda usamos hoje em dia, evidenciar o preço cômodo, além de intencionar ofuscar eventuais defeitos da “mercadoria”, seduz o comprador a efetuar a transação imediatamente, ao acreditar que levará alguma vantagem.

O escravizado de “*boa conduta*” (3,1%), para Silva Pinto, seria aquele de boa “Conducção [...]. Guia, direcção”, enquanto, para Moraes e Silva, é aquele de bom “governo [...] procedimento moral e prudencial”⁴³⁷. “Diligente” (1,7%), em seu turno, é aquele que toma “Cuidado [...] para alcançar alguma cousa”.

Novamente, duas qualidades que envolvem as “vantagens” do dito “produto”, mas, dessa vez, voltadas para as habilidades de resolução de problemas, de desempenho no trabalho e de potencial cuidado com a propriedade do senhor. A elas, se somam “*fiel*” (3,1%) e “*esperto*” (1,7%), cujos sentidos permanecem o mesmo.

“Recolhido” (5,3%) é o que “vive encerrado”, guardado, abrigado, ou seja, “portas adentro”, indicado como qualidade de cativas vendidas. “Cria”, signo muito usado para indicar que a vendida tinha filhos (5,8%), é o “animal novo ou o que ainda mama”, para Silva Pinto.

Em um contexto de maternidade, se juntam a esse último “sem cria/parida de pouco” (0,97%), “cria faleceu” (0,49%), “prenhe” (0,49%), “primeira barriga” (0,24%) e “*bom/bastante leite*” (3,8%), esse muito utilizado nos anúncios de amas-de-leite.

Os signos citados demonstram a importância da menção, nos anúncios de venda, da possibilidade da escravizada vendida estar acompanhada de seus filhos ou temporariamente incapaz de trabalhar, gerando potenciais prejuízos ao comprador ou, talvez, uma oportunidade futura de recolher lucro da prole.

⁴³⁷ SILVA, A. M. Op. cit. (t. I). p. 456-7.

O escravismo, para as mulheres, muitas vezes significou o silenciamento da própria maternidade e o afastamento entre mães e filhos. Na realidade, no Brasil, proibiu-se que a escravizada convivesse e aleitasse seu filho⁴³⁸.

Com as tentativas de proibição do tráfico atlântico de cativos, a mão de obra escravizada encareceu e muitas famílias lançaram mão do aluguel para continuarem usufruindo da amamentação por amas de leite cativas⁴³⁹.

O já mencionado médico Imbert até aconselhava: “os peitos deverão ser convenientemente desenvolvidos, nem rijos nem molles, os bicos nem muito pontudos nem encolhidos, accommodados ao labio do menino”⁴⁴⁰. A amamentação da escravizada seria, então, pensada para os filhos dos senhores e dela apenas eles usufruiriam.

Para livrarem-se dos bebês indesejados, os senhores tinham à disposição a Roda dos Expostos, que fornecia aos recém-nascidos a salvação da alma pelo batismo, alimentação e criação⁴⁴¹. Muitos senhores obrigavam suas cativas a enjeitarem seus filhos para alugá-las, já que seu trabalho era mais valorizado “sem cria”.

Caso, ainda assim, a gravidez atrapalhasse, seja por tornar a cativa improdutiva por tempo demasiado, seja por gerar custos com a criação dos filhos, seja por evidenciar uma possível infidelidade dos senhores, poder-se-ia cruelmente queimar vivas, em fornalhas de engenho, “escravas prenhes”, como verificou Freyre⁴⁴².

Início, aqui, uma entusiasmada análise dos signos de “fala escrava”, por si só, mais um elemento que recheia de linguística esta dissertação intrinsecamente interdisciplinar. Nessa categoria e na próxima, dois signos tradicionais à historiografia da escravidão se fazem presente: “boçal” e “ladino”.

Para Marcus Carvalho, “boçal” era o cativo recém-chegado ao país, ainda com dificuldades para se comunicar em português, enquanto o “ladino” era aquele já familiarizado aos costumes do país e que sabia o mínimo da língua⁴⁴³.

Já Guedes & Bôscarro trazem à mesa o fato de que o adjetivo “boçal”, em geral, reportava-se aos “escravos pretos”⁴⁴⁴ que, opondo-se aos “ladinos”, de nome cristão ou

⁴³⁸ MUAZE. Op. cit. p. 366.

⁴³⁹ Ibid. p. 368.

⁴⁴⁰ IMBERT apud FREYRE, 1980. p. 380.

⁴⁴¹ MUAZE. Op. cit. Loc. cit.

⁴⁴² FREYRE, 1980. p. 27.

⁴⁴³ CARVALHO, 2010. p. 272.

⁴⁴⁴ GUEDES; BÔSCARO. Op. cit. p. 189.

batizados no Brasil⁴⁴⁵, ainda não falavam a língua do país, podendo também significar ser “rude”, “sem arte”, de “entendimento boçal”, “não cultivado”.

Silva Pinto, então, em seu dicionário, nos diz que “Boçal” é aquele que “não falla ainda a lingua do paiz [...]. Rude, sem arte, ignorante”⁴⁴⁶. “Ladino”, por sua vez, é especificamente o “escravo que já sabe a língua” ou “Destro, fino, esperto”.

A constante aqui é a língua. Escravizados “boçais”, prejudicados por não dominarem a língua do país para onde foram sequestrados, eram menos vendidos (1,4%) e fugiam menos (5,7%). Os chamados “ladinos”, inseridos a mais tempo na sociedade escravista brasileira e cientes de seus códigos de comunicação, eram mais ofertados (5,1%) e fugiam bem mais (18%), como vemos na Tabela 11, acerca das *características psicossociais* em anúncios de fuga:

Tabela 11 – Características psicossociais (fuga)

Caracterização geral	Nº de ocorrências	%
Ladino	26	18,57
Fala bem	18	12,86
Falante	12	8,57
Fala branda	9	6,43
Boçal	8	5,71
Fala mal	7	5,00
Anda apressado	6	4,29
Fala atravessada/atropelada/atrapalhada	6	4,29
Fala apressada	5	3,57
Fala grossa	4	2,86
Gago	4	2,86
Olhos esbugalhados	4	2,86
Pouco falante	4	2,86
Demais características	27	19,29
Total	140	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

⁴⁴⁵ Ibid. p. 206.

⁴⁴⁶ PINTO. Op. cit.

Encontrei, ainda, abaixo de 2%, “*anda de cabeça baixa*”, “*andar miúdo*”, “*andar vagaroso*”, “*semblante espantado*”, “*andar compassado*”, “*andar espantado*”, “*andar pacífico*”, “*quando falla encolhe o lado esquerdo do rosto*”, “*falla amarinheirada*”, “*falla amatutada*”, “*falla assobiando*”, “*falla devagar*”, “*falla lingua de negro*”, “*falla olhando para o chão*”, “*falla pacífica*”, “*falla rindo*”, “*fugiu por seu senhor querer dar uma surra*”, “*muito alegre*”, “*olha por debaixo*”, “*olhar amortecido*”, “*semblante aroso*”, “*tristonho*” e “*veio criança*”.

Chamo atenção, dando continuidade à análise da “fala escrava”, para a quantidade caracterizações distintas dela, como critério diferenciador de escravizados, na intenção de recapturar um cativo fugido. Entre os que falavam “*bem*” (12%), temos uma que “*parece crioula*” ao falar e outro que “*falla como crioulo*”, um de “*falla explicada*”, um de “*falla desembaraçada*” e outro que “*falla bem inteligível*”. Já entre os “*fallantes*” (8,5%), temos uma “*falladeira*” e outro “*muito fallante*”.

Entre os de “*falla branda*” (6,4%), em seu turno, temos um de “*falla fina*”, um de “*falla descansada*”, um de “*falla mansa*” e outro de “*falla afinada*”. Para Silva Pinto, “Brando” é aquilo que “cede ao tacto. Macio. Sereno. Suave. Fraco”⁴⁴⁷. O “Fallante”, para Moraes e Silva, é aquele que “falla bem, eloquente”⁴⁴⁸.

Faz sentido, então, que mais de 46% dos fugidos e os quatro primeiros signos mais comuns estejam associados à inteligibilidade da fala dos escravizados por parte de seus senhores e da sociedade escravista lusófona. Com uma maior capacidade de comunicação e inserção social, escravizados que dominavam o português seriam mais facilmente confundidos com negros e mestiços livres ou libertos, decorrendo em uma eventual aliança entre eles para se diluírem na massa de trabalhadores urbanos.

Os “boçais”, os que falam “*mal*” – de “*falla pouco inteligível*”, que “*não falla bem a lingua do paiz*”, que “*não falla muito claro*” ou de “*falla embaraçada*” – os de “*falla atravessada/atropelada/atrapalhada*”, os de “*falla apressada*”, os de “*falla grossa*”, os “*gagos*” e os “*pouco falantes*”, juntos, somam 27% dos fugidos – é coerente, assim, que fugissem menos que o grupo anterior.

⁴⁴⁷ PINTO. Op. cit.

⁴⁴⁸ SILVA, A. M. Op. cit. (t. I). p. 835.

No dicionário de Silva Pinto, “Atravessar” é “Passar de huma parte para outra. Passar pelo meio”, enquanto, no de Moraes e Silva, é “Pòr travessas [...] Entremetter-se”⁴⁴⁹. O que poderia ser, então, na visão do senhorio, uma “fala atravessada”?

Seria uma fala cujos elementos se “intrometem”, no encadeamento vocal, passando pelo meio uns dos outros, começando o próximo antes de terminar o atual? Tania Alkmin, em seu estudo da representação do português de negros e escravizados no Brasil, nos diz que algumas das marcas fonéticas e gramaticais mais comuns, tanto a “crioulos” quanto a africanos, na literatura senhorial, eram a apócope (quebrá, qué, majó, azá, jorná, agradave etc.), a aférese (tá, cunteceu, trapalhado etc.), a ausência de artigo (marido já tinha morrido, moleque está fino no namoro etc.) e a incorreta concordância de número (cinco vassoura, meus filho etc.)⁴⁵⁰.

Todos os casos envolvem supressão de fonemas, seja no início ou no fim de palavras. O paradigma linguístico com o qual trabalho admite a imprevisibilidade do efeito das mudanças fonéticas, em uma perspectiva diacrônica do movimento das línguas⁴⁵¹. Assim sendo, não posso afirmar que as marcas percebidas por Alkmin sejam consequências diretas de um tal “atravessamento” da fala, na percepção do senhorio, mas é uma hipótese interessante de cruzar com esta pesquisa.

“Atropellar”, por sua vez, para Silva Pinto, é “Pizar com os pès. Opprimir. Ajuntar em tropel”⁴⁵², mas Moraes e Silva ainda adiciona “Andar rápida, aceleradamente”⁴⁵³. Uma opressão da língua, seu aceleração, como uma queda ou um deslizamento que pressiona quem está abaixo, poderia ser a maneira com a qual os falantes do “português de branco”, do “bom português” compreendiam a expressão particular de escravizados ao tentarem se apropriar do idioma colonizador.

Alkmin percebeu, entre as representações literárias das marcas linguísticas de “crioulos” e africanos, a incorreta concordância de gênero (numa campo, sua pai, esse gente etc.), a incorreta concordância verbal (eu vai, eu toca, nós agora vai etc.), a metátese ou localização equivocada de um fonema (pruquê, primita, cravão etc.) e o fechamento do timbre vocálico em sílabas átonas ou pretônicas (piquinina, desgraça, podi, qui, mi etc.).

⁴⁴⁹ Ibid. p. 237-8.

⁴⁵⁰ ALKMIM, Tania. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: LIMA, Ivana S.; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 256.

⁴⁵¹ SAUSSURE. Op. cit. p. 206.

⁴⁵² PINTO. Op. cit.

⁴⁵³ SILVA, A. M. Op. cit. (t. I). p. 239-40.

Poderiam ser fenômenos que “atropelam” a fala? Que a aceleram, que a oprimem, que invertem a lógica da submissão: não seria a língua do colonizador que dominaria o escravizado, mas ele quem imporia sua personalidade, seus traços, suas regras a ela, a “atropelando”, na visão do dominador.

“Atrapalhar”, em Silva Pinto, é “Cobrir de trapos. Por em desordem. Confundir”, ou seja, tanto amontoar-se de partes desconexas como, possivelmente, ter um véu que ofusque a visão, que dificulte a compreensão.

Alkmin, mais uma vez, encontrou, em personagens africanos e “crioulos”, marcas linguísticas como a iotização (óia, canaia etc.), o fonema [r] em lugar de [d] (rizendo, riabo etc.), o fonema [l] em lugar de [r] (farando, ronge etc.), o fonema [r] fraco em lugar do [R] forte (tera, moreu etc.), o fonema [z] em lugar de [ʒ] (Zoaquim, hoze etc.) e a paragoge ou adição de fonema no final de palavra (masi, cruzo etc.).

Todos os casos envolvem, aparentemente, uma certa desordem, uma possibilidade de confusão na compreensão em decorrência dos “trapos” que a cobrem. Seriam manifestações de uma fala “atrapalhada”, a partir da visão do senhorio?

Reitero que nomear a fala de um escravizado como “atravessada”, “atropelada” ou “atrapalhada” em nada tem a ver com o potencial desse indivíduo em falar o português “corretamente”, em uma pretensa “eugenia da fala”, mas sim, com a incompreensão do dominador branco em reconhecer as diferentes possibilidades de apropriação da língua por outros povos.

Integrados à sociedade lusófona no final do século XV, os africanos são representados em produções culturais portuguesas desde o início do século XVI, geralmente apresentando personagens negros com uma variedade particular do português, cheia de “erros” e “deformações”, uma “língua de preto”⁴⁵⁴.

Negros e escravizados são caracterizados por marcas que os singularizam e os distanciam dos brancos⁴⁵⁵. A “língua de preto”, para Alkmin, representa a contraparte linguística da imagem estereotipada do negro na sociedade portuguesa, associada à “inferioridade” biológica, cognitiva e cultural⁴⁵⁶.

Ivana S. Lima nos lembra que portugueses e brasileiros brancos geralmente associavam os africanos à corrupção da língua, à tal “geringonça luso-africana”, entendida enquanto uso

⁴⁵⁴ ALKMIN. Op. cit. p. 248.

⁴⁵⁵ Ibid. p. 255.

⁴⁵⁶ Ibid. p. 250-1.

incorreto e “estropiado” do português⁴⁵⁷. Afinal, como alegara Pedro de Rates Henequim, no início do século XVIII, “a linguagem portuguesa é a que Deus fala, e ensinou a Adão”⁴⁵⁸.

Frantz Fanon ironicamente exaltava: “nada mais sensacional que um negro se expressando de maneira correta, pois, efetivamente, ele assume o mundo branco”⁴⁵⁹. O espanto atinge seu auge: o que ele fez foi se pôr em pé de igualdade”. Dirigindo-se a um negro, diz Fanon, o branco de se comporta como um adulto diante de um garoto e desata a falar com “sorrisos afetados, cochichos, afagos e mimos”⁴⁶⁰.

A linguagem foi mais um elemento de diferenciação em uma sociedade com linhas de hierarquia claras e tensas⁴⁶¹. No século XIX, a língua fora objeto de políticas educacionais e teve papel ativo na formação dos Estados nacionais, tendo sido alvo de intervenção do Estado, em vias de criar padrões linguísticos uniformes⁴⁶².

Até entre os próprios escravizados haveria tal hierarquização, como já mencionei: os “ladinos” usufruíram de um *status* superior em relação aos “boçais”, por sua fluência maior na língua e a sua consequente capacidade de comunicação e integração⁴⁶³.

Novamente, Fanon lembra: tão mais branco será o negro, tão mais próximo estará do “homem verdadeiro”, quanto mais tiver incorporado a língua do colonizador⁴⁶⁴. Um homem que possui a linguagem possui o mundo expresso por essa linguagem e implicado por ela.

Incorporar o cotidiano e o espaço familiar ao projeto de unidade cultural nacional fora um caminho para reduzir as influências mais locais e particulares⁴⁶⁵. A questão é que os próprios portugueses que vieram ao Brasil, no início da colonização, falavam variedades vernáculas do português lusitano, uma vez que pertenciam às camadas populares, possivelmente de origem rural, sem instrução formal⁴⁶⁶.

⁴⁵⁷ LIMA, Ivana S. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil – uma perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 352-369, jul./dez., 2012. p. 359.

⁴⁵⁸ HENEQUIM apud VILLALTA, Luiz Carlos. Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna. In: LIMA, Ivana S.; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 91.

⁴⁵⁹ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 50.

⁴⁶⁰ Ibid. p. 45.

⁴⁶¹ LIMA, Ivana S. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul./dez., 2003. p. 344.

⁴⁶² Ibid. p. 334.

⁴⁶³ MELLO, Heliana. Modelos de formação da língua nacional sob a perspectiva do contato de populações. In: LIMA, Ivana S.; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 301.

⁴⁶⁴ FANON. Op. cit. p. 31.

⁴⁶⁵ LIMA, 2003. p. 335.

⁴⁶⁶ MELLO. Op. cit. Loc. cit.

A hegemonia do português enquanto língua nacional do Brasil é, hoje, incontestável. Nos primeiros séculos de colonização, contudo, o território experimentava uma situação de “multilinguismo generalizado”⁴⁶⁷.

Até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa. Em províncias como São Paulo e Maranhão, a “língua geral”, de base tupi, predominava, e em Pernambuco e na Bahia, a mão de obra cativa lançava mão de línguas francas africanas ou variações “crioulizadas” do português.

Dante Lucchesi acredita que o “ciclo do ouro” fornece as bases para a primeira vaga de lusofonização do Brasil, com o avanço do projeto colonial no território americano⁴⁶⁸. A vinda da Família Real, em 1808, desencadeia a segunda onda de lusofonização, restringindo cada vez mais a língua geral às zonas mais inexploradas da Amazônia e do Centro-Oeste⁴⁶⁹.

Na primeira metade do século, movimentações na sociedade lusófona, como a escola literária do Romantismo, criaram condições para a forja da atual “norma culta” portuguesa⁴⁷⁰, propositalmente confundindo o falar “correto” do português com a mimetização do cânone romântico.

A subserviência linguística é, para Lucchesi, o reflexo do estado de espírito de submissão cultural e ideológica da elite brasileira à dominação das potências imperialistas, além do absoluto desprezo pelas coisas da terra e pela cultura popular nacional⁴⁷¹. A norma linguística popular brasileira fora resultante do caráter pluriétnico da sociedade e suas características resultam de um processo comum a situações de contato entre línguas.

As colonizações europeias, desde o século XV, produziram situações de contato entre línguas num nível de intensidade talvez único⁴⁷². O sequestro de grandes contingentes humanos fora a gênese do contexto sócio-histórico que gerou os processos de *crioulização* ou geração de *línguas crioulas*.

É aqui onde se encontra a problemática da caracterização da “fala escrava”, enquanto “atravessada”, “atropelada” ou “atrapalhada”. Em um caso de flagrante hierarquização social pela via da língua, apresentada à força e às pressas a milhões de estrangeiros cativos, os

⁴⁶⁷ LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana S.; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 153.

⁴⁶⁸ Ibid. p. 154.

⁴⁶⁹ Ibid. p. 156.

⁴⁷⁰ Ibid. p. 157.

⁴⁷¹ Ibid. p. 158.

⁴⁷² Ibid. p. 159.

anunciante nos influenciaram a acreditar em um português “estropiado” pelo africano, quando, na realidade, deveria ser apenas o *português popular do Brasil*⁴⁷³.

Na verdade, a participação africana na história linguística do Brasil se encerra em uma dicotomia: de um lado, a atuação desses personagens na difusão da língua portuguesa, ou, nos dizeres de Darcy Ribeiro, como o “grande agente da europeização linguística do Brasil”⁴⁷⁴; de outro, a repressão cultural e linguística que impediu a conservação de línguas africanas em território brasileiro.

Dois foram os troncos linguísticos trazidos da África para o Brasil⁴⁷⁵: o afro-asiático, de importância local, sobretudo na Bahia; e o congo-cordofânio, ao qual pertencia a maioria dos africanos sequestrados, como os falantes de fon, os minas, os iorubás e os falantes de banto.

Estima-se que chegaram ao Brasil mais de duzentas línguas africanas⁴⁷⁶. O predomínio da presença banto no Brasil, da região da Angola, do Congo e de Moçambique, é refletido na contribuição africana para a língua nacional, mesmo no vocabulário comum: caçula, moleque, camundongo, cachaça, bunda, senzala, mucama, quilombo etc.⁴⁷⁷.

Freyre acreditava que o contato com a ama negra “amoleceu” a língua, por influência da “boca africana”⁴⁷⁸. Dizia ele que a ama fez com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhe as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles.

Houve um processo de reduplicação da sílaba tônica, como em “dodói”, palavra mais “dengosa”, nos termos de Freyre. O senhor se “adoçara” em “sinhô”, “nhonhô” ou “ioiô”⁴⁷⁹. O negro ganhara um sentido de intimidade e ternura, como em “meu nego”, “minha nega”.

E, mesmo assim, o padre-mestre desejava uma língua de casa-grande ou de sobrado que não tivesse “mancha” de “fala de negro”, mas que fosse a mesma de Portugal⁴⁸⁰. Freyre conta que até os vícios de pronúncia das grandes famílias proprietárias, como os Wanderley de Sirinhaém e Rio Formoso, que falavam arrastado, fanhosos e anasalados, era preocupação enquanto um dos “defeitos a corrigir”⁴⁸¹.

⁴⁷³ Ibid. p. 156.

⁴⁷⁴ RIBEIRO apud LUCCHESI. Ibid. p. 151.

⁴⁷⁵ MELLO. Op. cit. p. 300.

⁴⁷⁶ LUCCHESI. Op. cit. p. 169.

⁴⁷⁷ Ibid. p. 170.

⁴⁷⁸ FREYRE, 1980. p. 352.

⁴⁷⁹ Ibid. p. 438.

⁴⁸⁰ FREYRE, 2004. p. 189.

⁴⁸¹ Ibid. p. 190.

Mais de 70% dos signos dessa categoria envolvem a “fala escrava”, mas quase 20% deles sugerem o estado emocional ou psicológico no qual se encontravam os fugidos. Temos os diferentes andares, que podem ser “apressados”, “de cabeça baixa”, “miúdos”, “vagarosos”, “compassados”, “espantados” ou “pacíficos”; os olhares, que podem ser “esbugalhados”, “espantados”, “amortecidos” ou “por debaixo”; além daquele que “fugiu por seu senhor querer dar uma surra”, outro “tristonho” e outro de “semblante aroso”.

Não é novidade relatar a dura e miserável vida no cativo enquanto escravizado no Brasil. A tragédia iniciava ainda no continente africano, com a separação de famílias e o sequestro para uma terra distante, longe de qualquer conhecido, com uma língua estranha e um cotidiano sufocante.

Passando por privações na travessia do Atlântico, na hora do desembarque, muitas vezes os cativos tinham que ser carregados para fora do navio, para então serem hidratados e alimentados em terra⁴⁸². Nos navios escravistas, de cem a cento e cinquenta pessoas se amontoavam nos porões, sem espaço nem para deitarem-se⁴⁸³.

No desembarque, deveria se tomar cuidado para que escravizados estropiados, desidratados, esfomeados e incapazes de se segurarem com firmeza não caíssem na água nem se afogassem. Desembarcados, era preciso um depósito seguro e vigiado para guardar os cativos, com gente preparada e armada, além de uma estrutura médica mínima, com um barbeiro-sangrador para cuidar dos enfermos⁴⁸⁴.

Cada africano sequestrado precisava de uns três meses para se recuperar. Nesse meio tempo, aprendiam português e lutavam contra a alta taxa de mortalidade. Diz Carvalho que era necessária certa atenção psicológica para evitar tanto o banzo quanto o suicídio⁴⁸⁵.

Aliás, Kátia Mattoso, na visão de Maestri, descartava todo esse contexto trágico como motivação profunda para o suicídio escravo. Ela afirmava que era sempre o medo que levava a essa escolha, como uma possível vingança a seu escravizador: “pois o escravo decidido a morrer perde apetite, emagrece e morre: é o famoso ‘banzo’, suicídio lento”⁴⁸⁶.

Poderia ter sido o banzo, a depressão, a tristeza ou a desilusão que geraram os andares miúdos e vagarosos, de cabeça baixa ou espantados, com olhares amortecidos ou esbugalhados, sempre tristonhos. O que é possível afirmar, contudo, é que o semblante dos escravizados

⁴⁸² CARVALHO, 2012. p. 230.

⁴⁸³ Ibid. p. 233.

⁴⁸⁴ Ibid. p. 250.

⁴⁸⁵ Ibid. p. 251.

⁴⁸⁶ MATTOSO apud MAESTRI. Op. cit. p. 22.

fugidos, de tão abatidos em decorrência de suas condições no cativeiro, não fora possível de se evitar notar, por parte dos senhores, até mesmo como auxílio na busca por eles.

5.3 O social

Essa seção é uma exclusividade dos anúncios de fuga. Nenhum signo referente ao manejo social particular, aos papéis sociais exercidos nem às formas de expressão simbólica, por meio de adereços ou do vestuário, foi encontrado nos anúncios de venda, que já não tenha sido contemplado na categoria de *características socioprodutivas*, na seção anterior.

As categorias próprias da comodificação, além da disposição física e dos atributos psicossociais na esfera produtiva, bastavam, aparentemente, para formar um anúncio de venda completo. Um anúncio de fuga, contudo, no qual todo detalhe conta para encontrar o fugido, até sua personalidade e suas marcas de identidade eram bem-vindas na descrição.

Na seção passada, abordei a qualidade introspectiva, imanente, com a qual o escravizado aparentemente se portava, de acordo com a percepção de seus senhores. Aqui, o foco reside no oposto: no transcendente, no Outro, na forma com a qual o cativo escolhia se expressar no mundo para seus pares, para seus dominadores ou para a sociedade em geral.

É por isso que temos, nesta seção, signos relacionados à reação material e concreta, individual ou coletiva, ao cativeiro; aos hábitos da revolta ou da fuga; às qualidades sociais ou peculiaridades pessoais, da perspectiva senhorial; às relações familiares ou de solidariedade de “classe”; aos símbolos, no corpo ou no comportamento, de diferenciação ou de destaque; às relações espirituais ou práticas de fé; e ao *status* socioeconômico a partir da expressão no vestuário.

Assim se dispõem os dados de *temperamento, personalidade e perfil social*:

Tabela 12 – Temperamento, personalidade e perfil social (fuga)

Caracterização geral	Nº de ocorrências	%
Intitula-se forro	16	10,96
Foi seduzido a fugir/furtado	13	8,90
Conhecido	12	8,22
Regrista	9	6,16
Sisudo/Carrancudo	7	4,79
Tem apelido	6	4,11
Casado	5	3,42
Costuma fugir	5	3,42
Esperto	5	3,42
Ladrão/Furtador	4	2,74
Muda de roupa	4	2,74
Transita livremente	4	2,74
Demais características	56	38,35
Total	146	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Ainda encontrei, com 2% ou menos: *“fugiu acompanhado”, “prenda”, “tem filhos”, “troca o nome”, “anda disfarçado”, “diz que está à serviço do senhor”, “fiota”, “intitula-se crioulo”, “pachola”, “pronóstico”, “fugiu pra perto da mãe”, “tem família”, “transita com passaporte falso”, “valente”, “anda a cavalo”, “anda acompanhado”, “anda de vestido curto”, “fala com alguma arrogância”, “gosta de andar pelos batuques”, “conhecedor de estradas”, “boa presença”, “se encontra calçado”, “cantador”, “ia no mato buscar ervas medicinais”, “curioso”, “dançador”, “diligente”, “costuma dizer [...] que é cativo do Santíssimo”, “tem lábia para enganar”, “supõe-se estar oculta”, “frialdade”, “já foi preso”, diz ser “de nação angola”, “nunca fugiu antes”, “pateta”, “aperaltado”, “sagaz”, “nascido e criado no mato”, “treloso”, “vadio”, “viajante” e “tocador de viola”.*

Entre os signos dessa categoria, a maior parcela (38%) é reservada para indicar como os senhores interpretavam a reação de seus escravos ao cativeiro, especialmente pela via da fuga: *“intitula-se forro”, “foi seduzido a fugir/furtado”, “costuma fugir”, “muda de roupa”, “transita livremente”, “fugiu acompanhado”, “troca o nome”, “anda disfarçado”, “diz que está à serviço*

do senhor”, “intitula-se crioulo”, “transita com passaporte falso”, “anda acompanhado”, “se encontra calçado” e “supõe-se estar oculta”.

Reis & Silva dizem que nem sempre as revoltas coletivas tiveram como objetivo a subversão geral da ordem escravista, mas a melhora de aspectos específicos da vida dos cativos⁴⁸⁷. Para eles, não eram atos ineficazes de desespero, muitas foram planejadas por lideranças hábeis e, mesmo tendo sido derrotadas, não foram inúteis, pois a ameaça de sua repetição criava um clima favorável à negociação.

Na raiz de muitas revoltas, esteve a tentativa de restabelecer antigas normas de trabalho ou fazer valer conquistas cotidianas, afinal, quebras de acordo eram frequentes⁴⁸⁸. Alguns fugidos retornavam por si sós após um curto período de autonomia e descanso, especialmente depois de punições injustas ou justamente para evitá-las, mapeando os limites da submissão⁴⁸⁹.

Quilombos e suas variantes, “solução mais radical e desafiadora”, para Reis & Silva, não estancavam o processo de negociação e conflito, dado que cada um trazia, em diferentes proporções, ambas as tendências. O ato de insurgir-se, por outro lado, teria sido extremo e representava o rompimento total⁴⁹⁰.

A análise dos quilombos ou da revolta escrava aberta foge ao escopo deste trabalho, uma vez que, nos anúncios coletados, não houve nenhuma menção a alguma forma mais direta de conflito ou de ajuntamento social de ex-cativos. Não quer dizer, contudo, que nenhum dos fugidos tenha se direcionado às comunidades alternativas de solidariedade entre escravizados ou à insurgência, mas sim, que esses dados passaram despercebidos pelos anunciantes.

Importante denotar é que um aspecto importante no surgimento de manifestações sociais, entre elas, a fuga, é a conjuntura histórica do escravismo, que passara por crises econômicas, flutuações de preços, problemas de moradia e consumo, instabilidade política, crises agrícolas etc.⁴⁹¹. Assim, a deterioração material do escravizado esteve na base de muitas de suas revoltas, em maior ou menor grau.

Para J. J. Reis, fora nas cidades onde se apresentarão as circunstâncias mais propícias para o protesto escravo, especialmente pela oportunidade de conquista individual da liberdade e pela presença de um grande número de libertos⁴⁹². Provavelmente, é por isso que a

⁴⁸⁷ REIS; SILVA. Op. cit. p. 33.

⁴⁸⁸ Ibid. p. 68.

⁴⁸⁹ Ibid. p. 65.

⁴⁹⁰ Ibid. p. 69.

⁴⁹¹ REIS, João José. “Poderemos brincar, folgar e cantar...”: o protesto escravo na América. *Afro-Ásia*, n. 14, p. 107-123, 1983. p. 114.

⁴⁹² Ibid. p. 116.

característica mais comum dessa categoria foi “intitula-se forro” (11%), afinal, um escravizado fugido passaria despercebido em um Recife onde livres, libertos e cativos conviviam.

Na realidade, essa aparente facilidade garantiria uma certa experiência na fuga, visto 5 cativos já haviam fugido antes do anúncio coletado, outros 4 mudavam de roupa para não serem reconhecidos, outros 3 trocavam de nome, 1 andava disfarçado e 3 mentiam ao dizerem que estavam transitando à trabalho ou com passaporte falsificado.

M. J. M. de Carvalho diz que o caminho para a liberdade começava na construção de uma rede relações na qual o cativo encontraria pertencimento⁴⁹³. A reação ao cativo, enquanto um processo, passava muitas vezes pela reconstrução da identidade étnica, afinal, “pertencer” não significaria ser igual, mas ingressar numa escala, dentro de normas internas à organização de um grupo⁴⁹⁴. Pode ser em razão dessas questões que tivemos casos de fugidos que andavam “acompanhado” ou que até mesmo realizar a fuga coletivamente.

O segundo signo mais comum dessa categoria é “foi seduzido a fugir” ou, ainda, “foi furtado”, ambas percepções particulares do anunciante, com base em suas suspeitas. Freyre acreditava ser “quase certo” que grande parte dos cativos nos anúncios de fuga fossem roubados das cidades aos engenhos ou entre engenhos, geralmente dos menores para os maiores, cujos proprietários seriam protegidos pela política, além, claro, da ação de possíveis “coiteiros” ou da agência do escravizado em deixar seus senhores por vontade própria⁴⁹⁵.

Roubos de escravizados se tornaram “uma calamidade e um escândalo” nas cidades e os jornais, na primeira metade do século XIX, insinuavam que ladrões agiam “à sombra de pessoas poderosas do Norte”, roubando cativos na própria Corte⁴⁹⁶. Havia verdadeiras quadrilhas de roubo de cativos, as quais tinham, aparentemente, compradores certos.

Em 1846, n’*O Sete de Setembro*, o padre Lopes Gama acusara as famílias Rego Barros e Cavalcanti de acoitamento:

Não há quem ignore que..... ha muitos annos furta escravos, tendo por principal agente desta industria o seu parente..... Não que nessas famílias [não haja] homens capazes, e honrados. [Mas à sombra desses] com a protecção da família havia quem se entregasse a tráficos e contrabandos de negros. [...] Que importa que o barão da Boa Vista por uma parte promovesse obras publicas, e desse impulso a theatros, e bailes, se por outra parte os contrabandos fervião no norte, e no sul; se as sedulas falsas introduzião-se escandalosamente na circulação, se as mesmas obras publicas eram uma mina para certos sujeitos; se varios parentes do mesmo Barão roubavão, e matavão a torto e a direito, e os homicidios se havião multiplicado a tal ponto, que o

⁴⁹³ CARVALHO, 2010. p. 219.

⁴⁹⁴ Ibid. p. 220.

⁴⁹⁵ FREYRE, 2004. p. 158.

⁴⁹⁶ Ibid. p. 157.

presidente Thomaz Xavier perante a Assembléa Provincial, dando conta do estado do paiz durante os dous annos prox. pas., chegou a dizer que nos iamos tornando um povo de Ismaelianos de costumes safaros?⁴⁹⁷

Um escravizado só poderia ser roubado, não furtado, envolvendo coação física direta: só seria possível tomá-lo através da violência ou da persuasão⁴⁹⁸. Porém, a legislação da época admitia a possibilidade de o “objeto” do crime consentir no roubo, de interferir em seu próprio benefício.

Duas eram as formas de “acoitamento” de cativos: em uma, haveria a intenção de forçar um senhor a vender seu escravizado a outro; em outra, a intenção era manter a “posse” ilegal, incorrendo o autor no crime de roubo de escravos⁴⁹⁹.

Houve escravizados que fugiram de “senhores pobres ou sovinas” para senhores “mais abonados”, “mais liberais” nas relações com seus cativos e nas exigências de trabalho⁵⁰⁰, diz Freyre. Stuart Schwartz, por sua vez, acreditava que os senhores poderiam ser forçados a vender seus cativos, uma vez que fosse provado que continuavam recebendo tratamento injusto sob sua propriedade⁵⁰¹.

Outra alternativa fora a “compra” da liberdade. Reis & Silva acreditam que uma parcela não desprezível da população escravizada fora capaz de operar com êxito dentro da economia de mercado, mesmo tendo sido reconhecido o direito de cativos ao pecúlio apenas em 1871⁵⁰². A liberdade pôde ser obtida através da criatividade, da inteligência e do azar, como a partir de empréstimos em troca de trabalho, depósitos na caderneta da Caixa Econômica, bilhetes de loteria e até esmolos.

Assim, o controle e a manutenção do escravismo passaram pela “brecha camponesa”, dizem Reis & Silva, uma margem de economia própria para o escravizado, a partir da qual eram cedidos um pedaço de terra e uma folga semanal para trabalhá-la, aumentando a quantidade gêneros disponíveis e fornecendo uma válvula de escape para as pressões da escravidão⁵⁰³.

Dessa forma, o escravizado poderia conquistar a carta de alforria, um documento que transferia o título de propriedade do senhor para o cativo: ele comprava-se ou era doado por si mesmo⁵⁰⁴. Era impositivo que o senhor gozasse de suas faculdades mentais e pudesse responder

⁴⁹⁷ GAMA apud FREYRE. Ibid. p. 159.

⁴⁹⁸ CARVALHO, 2010. p. 297.

⁴⁹⁹ Ibid. p. 283.

⁵⁰⁰ FREYRE, 2004. p. 296.

⁵⁰¹ ALMEIDA. Op. cit. p. 199.

⁵⁰² REIS; SILVA. Op. cit. p. 17.

⁵⁰³ Ibid. p. 28.

⁵⁰⁴ ALMEIDA. Op. cit. p. 206.

por seus atos para conceder a liberdade. Crianças e seus tutores, pessoas em usufruto de escravizados, senhores “loucos”, cativos proprietários de cativos ou mulheres casadas não poderiam libertar pessoas⁵⁰⁵.

O Brasil fora a região das Américas que mais alforriou cativos, resultando na formação de um contingente de pessoas livres e libertas⁵⁰⁶ que em muito explica o signo “intitula-se forro”. A questão é que a alforria tinha uma função ideológica no sistema escravista, servia para justificá-lo de um ponto de vista moral⁵⁰⁷.

A possibilidade, mesmo que longínqua, de se obter a liberdade pela compra fazia o escravizado entender que, caso fosse “trabalhador e leal”, haveria meios para sua libertação. Além de ser um mecanismo de controle, a alforria também funcionava como instrumento de renovação da força de trabalho, afinal, libertava-se um cativo maduro para adquirir outro, em geral, mais jovem, com o valor recebido pela alforria⁵⁰⁸.

Tendo em mãos o dinheiro para a compra da alforria, o cativo procurava um amigo de seu senhor para levar sua proposta, como um ritual de apadrinhamento – a partir do qual já deveria sujeição e respeito mesmo após a libertação⁵⁰⁹. Sempre que podia, aliás, o escravizado procurava influir em sua própria transação comercial, de modo a conseguir uma mudança que lhe fosse favorável, seja na alforria, seja na venda⁵¹⁰.

A alforria, porém, não fora sinônimo de liberdade. Transformava uma “pessoa-produto” em só uma “pessoa”, concedendo a ela direito de formar família e adquirir propriedade⁵¹¹. A precariedade da liberdade era também um fato: antes da Lei de 1871, havia a possibilidade da revogação da alforria em decorrência da ingratidão de um ex-escravizado, tornando-o vulnerável às artimanhas do antigo senhor⁵¹².

Muitas cartas de alforria também obrigavam o liberto a continuar servindo ao senhor enquanto ele vivesse⁵¹³. É por essas questões que Carvalho acredita que a “liberdade” não seja um termo desligado da experiência histórica, mas algo que deva ser entendido dialeticamente,

⁵⁰⁵ Ibid. p. 207.

⁵⁰⁶ REIS, 2021. p. 233.

⁵⁰⁷ CARVALHO, 2010. p. 246.

⁵⁰⁸ REIS, 2021. p. 236.

⁵⁰⁹ CARVALHO, 2010. p. 251.

⁵¹⁰ Ibid. p. 272.

⁵¹¹ Ibid. p. 225.

⁵¹² COSTA, A. Op. cit. p. 292.

⁵¹³ REIS; SILVA. Op. cit. p. 105.

de forma não estática, mas em permanente conflito⁵¹⁴. Fora um processo de conquistas, um caminho a ser percorrido, sem nunca ser absoluto⁵¹⁵.

Uma outra fatia dos dados dessa categoria envolve a percepção do temperamento ou do manejo social do cativo a partir dos valores do senhorio e como eles enxergavam os fugidos, envolvendo signos como “conhecido” (8,2%), “regrista” (6,1%), “sisudo/carrancudo” (4,7%), “tem apelido” (4,1%) – como “*alcunha Pinta Rato e Boca de Fogo*”, “*conhecido por Macaúba*”, além do já mencionado “*Joaquim Pezinho*”, no terceiro capítulo deste trabalho – “valente” (1,3%), “arrogante” (0,6%), “batuqueiro” (0,6%), entre outros.

Ser “conhecido na praça” ou, ainda, popular o suficiente para ter uma “alcunha” entre seus pares talvez fosse uma vantagem relevante ao escravizado que almejasse a fuga, uma vez que poderia contar com a aliança e o refúgio de vários conhecidos seus na cidade. Da mesma forma, ser “valente” poderia garantir coragem o suficiente para se tentar uma atitude de revolta individual ao cativo.

A partícula “regrista” é um verdadeiro enigma. Apareceu 9 vezes como caracterização de fugidos não tão parecidos assim e não há correspondência do vocábulo em nenhum dos dicionários do século XIX utilizados, bem como em nenhum livro ou artigo consultados da bibliografia.

Entre os verbetes parecidos, por utilizarem o mesmo radical de “regra”, temos, em Silva Pinto, “Regrante”, aquele “que vive debaixo de alguma regra em Comunidade Religiosa”⁵¹⁶, e, em Moraes e Silva, “Regrado”, aquele que é “regulado [...]. Segundo a boa razão, e moral pedem. [...] Temperado [...] abstinente, e jejuador”⁵¹⁷.

Em um dicionário contemporâneo, por outro lado, como o tradicional *Michaelis*, temos “pessoa observadora ferrenha de regras ou preceitos literários [...]. Aquele que se intromete onde não é chamado”⁵¹⁸. É possível enxergar semelhanças entre as três definições, direcionando sempre para um sentido de alguém que observa com rigor suas práticas, sob algum regime moral ou código de conduta particular.

Se esse fora o sentido almejado pelos 9 anunciantes, ao utilizarem uma partícula já corrente, mas ainda não relevante o suficiente para chamar atenção dos dicionaristas – ou, ainda, de uso regional ou local, em Pernambuco – não posso afirmar. Porém, é curioso, caso seja esse

⁵¹⁴ CARVALHO, 2010. p. 213.

⁵¹⁵ Ibid. p. 214.

⁵¹⁶ PINTO. Op. cit.

⁵¹⁷ SILVA, A. M. Op. cit. (t. II). p. 555.

⁵¹⁸ REGRISTA. **Michaelis On-line**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/dNObe/regrista/>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

o significado, que alguém considerado “regulado segundo a boa razão” pelo senhorio seja o mesmo indivíduo que ousou afrontar a regulação, ao romper com o cativo e fugir, transgredindo exatamente as regras do escravismo.

Outra faceta de sociabilidade desse grupo de signos que é relevante abordar é aquela provocada pela menção de um fugido que “gosta de andar pelos batuques”. A festa foi vista pela população cativa tanto como passatempo quanto como desafogo das tensões, ao passo em que também significou quebra da ordem, um ensaio para a rebelião, mesmo que dos costumes⁵¹⁹.

Os escravistas logo aprenderam que era preciso combinar a força com a persuasão. Seus escravizados aproveitavam as celebrações do calendário cultural do senhorio para praticarem suas próprias tradições culturais e festejarem.

Lídia Santos conta que batuques, bebedeiras e encontros em tavernas foram frequentes nos espaços urbanos durante o século XIX⁵²⁰. Era “na calada da noite” que alguns escravizados buscavam formas alternativas de divertimento, longe da vigilância dos senhores e da repressão das autoridades⁵²¹.

Livres pobres, libertos e cativos teciam importantes redes de sociabilidade durante os momentos de lazer⁵²². Todos poderiam entrar nas tavernas, lugar de desclassificados e despossuídos, além de potencialmente perigoso. Era palco de diversos conflitos.

Os homens da ordem eram rotineiramente ríspidos com negros e negras⁵²³. Moderar a mobilidade desses segmentos sociais e reprimir as práticas lúdicas e festivas populares, como as danças, a capoeira, as festas do Rosário, as congadas etc., fora parte da ação autoritária da obra de formação do Estado Nacional⁵²⁴.

Afinal, como conta Freyre, o que se sentia que deveríamos esconder dos olhos estrangeiros eram justamente os costumes africanos⁵²⁵. Os negros africanos e seus descendentes poderiam se reunir e se divertirem, desde que conforme a “etiqueta dos salões” dos brancos.

⁵¹⁹ REIS, 1996. p. 3.

⁵²⁰ SANTOS, Lídia R. N. dos. Sociabilidades sob vigilância: controle ao lazer dos escravos e homens livres pobres em Pernambuco (1822/1855). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-8. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_ac7f9492f862617ea2a6de20bfeff9cd.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021. p. 1.

⁵²¹ Ibid. p. 2.

⁵²² Ibid. p. 3.

⁵²³ CARVALHO apud SANTOS. Ibid. p. 5.

⁵²⁴ MOURA apud SANTOS. Ibid. p. 2.

⁵²⁵ FREYRE, 2004. p. 516.

Chamo atenção para um grupo de signos que envolve as relações familiares dos escravizados e como isso foi relevante o suficiente a ponto de ser mencionado pelo anunciante: “casado” (3,4%), “grávida/prenha” (2,05%), “tem filhos” (2,05%) e “tem família” (1,3%).

As famílias escravizadas foram uma realidade no Brasil e muitas fugas provavelmente estiveram motivadas pelo reencontro com familiares separados pela venda ou que se conheceram na rotina do cativo⁵²⁶. Era uma conquista africana, visto que favorecia a manutenção de práticas culturais do continente, o convívio entre os membros, a melhoria da dieta familiar e a possibilidade de acumular pecúlio⁵²⁷.

Por outro lado, formar uma família aumentava o medo dos cativos de perderem benefícios cotidianos, favorecendo a dependência do senhor. Famílias e parentelas foram estratégias para a garantia da “paz nas senzalas”, nos termos de Manolo Florentino e José Roberto Góes, cuja constituição, majoritariamente de pessoas com as mesmas origens, minimizaria os conflitos⁵²⁸.

Mesmo havendo um ganho político, por parte do escravismo, em misturar escravizados de origens distintas e mantê-los em estado de guerra, dificultando sua união, a permanência desse estado impossibilitaria o trabalho, algo que casamentos endogâmicos conseguiriam contornar. Por outro lado, com o processo de crioulistização, as diferenças poderiam desaparecer e a união da população cativa poria em risco a segurança senhorial, algo que seria resolvido com a frequente entrada de estrangeiros, garantindo uma paz *incompleta*.

É justamente, para Sheila de C. Faria, além das revoltas e das irmandades, a análise dos casamentos e alianças matrimoniais e das relações de compadrio dois dos aspectos utilizados pela pesquisa em escravidão para discutir a presença ou ausência de formação de identidades⁵²⁹.

Após a Independência, boa parte da estrutura do Direito lusitano e de sua legislação foram recepcionados pelo Império⁵³⁰. O matrimônio, por sua vez, foi um dos procedimentos próprios dos brasileiros, tendo sido instituído em uma lei canônica particular intitulada *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, a partir da qual haveria espaço para o elemento cativo no sacramento.

⁵²⁶ REIS; SILVA. Op. cit. p. 66.

⁵²⁷ MUAZE. Op. cit. p. 373.

⁵²⁸ FLORENTINO; GÓES apud FARIA. Op. cit. p. 125.

⁵²⁹ FARIA. Ibid. p. 144.

⁵³⁰ CAMPOS, Adriana P.; MERLO, Patrícia M. da S. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 327-361, jul./dez. 2005. p. 330.

Houve preocupação em disciplinar a união entre escravizados, dado que não havia precedente dentro do catolicismo europeu⁵³¹. As *Constituições*, de 1707, instituíram que cativos poderiam unir-se tanto a seus pares quanto a pessoas livres, sem impedimento por parte de seus senhores⁵³².

As *Constituições* seguiam o modelo definido pelo Concílio de Trento no que diz respeito aos sacramentos, desde o batismo até a catequese⁵³³. O matrimônio, para Trento, constituía-se na cooperação do indivíduo com Deus e a fé cristã⁵³⁴. Para evitar o pecado do desejo da carne, apenas a união conjugal, sob a bênção da Igreja, seria a solução,

“São obrigados os pais, mestres, ambos e senhores a ensinar ou fazer ensinar a doutrina christã aos filhos, discípulos, criados, e escravos”⁵³⁵, diziam as *Constituições*. Elas também garantiam a vida conjugal dos cativos, a qual não poderia ser perturbada por maus tratos nem pela venda isolada de um dos cônjuges.

Outro tipo de signo dessa categoria é aquele que denota um juízo negativo por parte dos senhores, quanto aos fugidos, especialmente em condições de “dissimulação” que, potencialmente, poderiam estar envolvidas na fuga: “esperto” (3,4%), “ladrão/furtador” (2,7%), “tem lábia para enganar” (0,6%), “já foi preso” (0,6%), “sagaz” (0,6%) e “treloso” (0,6%).

Difícil deduzir se essa já era uma interpretação do senhor prévia à fuga de seu cativo ou se se torna um juízo emitido em decorrência da revolta, a qual transformaria a percepção de um escravizado outrora fiel e “regrista” em alguém com “lábia” para enganar, “sagaz” e “esperto”.

O cativo não era um cidadão, só era reconhecido como pessoa, pelo Direito, quando o tornava imputável criminalmente⁵³⁶. Era uma coisa ou um menor para os demais atos.

A polícia só interagiu com a população escravizada para reprimi-la: os cativos não tinham direito de queixarem-se a ela, mesmo quando castigados violentamente pelos seus senhores⁵³⁷. Eram apenas o “ladrão” ou o “furtador”, nos termos dos anunciantes.

Dando sequência ao atributo social da dimensão subjetivadora, vejamos os dados acerca das percepções senhoriais quanto aos adereços utilizados por seus escravizados, suas marcas de identidade e também de propriedade:

⁵³¹ Ibid. p. 341.

⁵³² Ibid. p. 342.

⁵³³ Ibid. p. 344.

⁵³⁴ Ibid. p. 336.

⁵³⁵ VIDE apud CAMPOS. Ibid. p. 344.

⁵³⁶ CARVALHO, 2010. p. 218.

⁵³⁷ FREYRE, 2004. p. 516.

Tabela 13 – Adereços, marcas de identidade e de propriedade (fuga)

Marcas/Adereços	Nº de ocorrências	%
Brincos/Orelha furada	16	18,82
Dentes limados	15	17,65
Ausência de dentes (marca de nação)	11	12,94
Marca de propriedade	10	11,76
Contas/Miçangas	3	3,53
Gancho/Corrente no pescoço	3	3,53
Marca de nação (não especificada)	3	3,53
Presilha nos pés	3	3,53
Calombos (marca de nação)	2	2,35
Crucifixo	2	2,35
Demais características	17	20
Total	85	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

Coletei, também, com apenas uma ocorrência cada: “*algemas*”, “*anel com diamante*”, “*beijo dependurado*”, “*bordado no braço*” como marca de nação, “*cabelo penteado*”, “*costas bordadas*” como marca de nação, “*figa*”, “*flor na testa*” como marca de nação, “*letras no braço*” como marca de nação, “*marca de ferro na testa*” como marca de nação, “*marca de nação nagô*”, “*nariz serrilhado*” como marca de nação moçambique, “*redoma de ouro*”, “*riscos no rosto*” como marca de nação, “*lobo no braço*”, “*unhas bem feitas*” e “*unhas compridas*”.

As ditas “marcas de nação”, alterações no corpo próprias dos rituais de iniciação daquilo que os senhores compreendiam enquanto “nação”, são bastante comuns nos anúncios de fuga. Mesmo que tentar reprimir a identidade africana nos escravizados tenha sido um lugar comum do escravismo, novamente, em um sentido de fuga, os anunciantes não poderiam se furtar de mencioná-la.

Assim sendo, temos dentes “limados” na vice-liderança, com 17%; “falta” de dentes ou dentes “arrancados” enquanto marca, e não condição de saúde, em terceiro lugar, com 13%; “calombos” nas costas enquanto ritual de iniciação, um beijo “dependurado”, “bordado” no braço, costas “bordadas”, uma “flor” na testa, “letras” no braço, “marca de ferro” na testa, “nariz serrilhado”, “riscos” no rosto e marcas não identificadas em geral.

Além disso, temos os signos que envolvem as joias, bijuterias e demais adereços ou modificações utilizados pelos cativos com frequência o suficiente para sua menção ser relevante nos anúncios, como os diferentes brincos e “orelhas furadas” no topo da tabela, com 18%, além de “contas” e “miçangas”, “anel com diamante”, “figa”, “redoma de ouro” e unhas “bem feitas” ou “compridas”.

É possível que a presença desses objetos estivesse relacionada às pequenas vantagens que a “brecha camponesa” ou o pecúlio do ganho garantissem a alguns cativos ou cativas, permitindo certos adereços de luxo, como o anel com diamante ou a redoma de ouro. Além disso, poderiam ser escravizados favorecidos por senhores por distintos motivos – ou até indicar possíveis furtos para financiarem a fuga.

São questionáveis os níveis de acesso e de permissibilidade do uso de adereços pela população cativa, afinal, em tempos coloniais, o uso de “ornatos de algum luxo” fora vetado a ela⁵³⁸. Freyre contava que ladrões raramente ousavam entrar nas capelas e roubar os santos, mas um, que roubou o esplendor e outras joias de São Benedito, o fez sob o pretexto de que “negro não devia ter luxo”.

Um outro grupo envolve a expressão do cativo e da redução à categoria de propriedade em objetos utilizados ornando ou restringindo o corpo, como as distintas marcas de propriedade, em letras, símbolos e afins; gancho e corrente no pescoço, “pega” nos pés ou pernas e algemas. Mesmo remetendo à violência da commodificação, faziam parte da aparência social exterior do fugido, uma vez que seria importante o suficiente para ser descrito em um anúncio.

Além disso, o uso de ganchos, correntes, “pegas” e algemas podem indicar tanto o receio de uma repetição da revolta, em relação ao cativo que já fugira anteriormente, quanto o medo de acontecer pela primeira vez, além, claro, de remeter a uma possível punição por alguma insubordinação prévia não relacionada à fuga.

Destaco as ocorrências de uso de “cruz” ou “crucifixo” para trazer uma discussão acerca da espiritualidade e da relação com a fé, por parte da população escravizada. Reis & Silva acreditam que a religião fora talvez a força ideológico-cultural mais poderosa da moderação das diferenças étnicas e sociais entre os africanos, ainda que não tenha sido tão exitosa entre africanos e “crioulos”⁵³⁹.

⁵³⁸ FREYRE, 1980. p. 21.

⁵³⁹ REIS; SILVA. Op. cit. p. 110.

Por outro lado, dentro daquilo que eles chamam de “aliança cultural” entre senhores e “crioulos”, os cativos nascidos no Brasil deveriam optar exclusivamente pelo catolicismo, mesmo emprestassem a ele “tons crioulos”⁵⁴⁰. É Freyre quem diz que, no patriarcalismo brasileiro, nunca deixou de haver “perfeita intimidade” com os santos⁵⁴¹.

Não se perguntava aos escravizados se queriam ou não serem batizados: “O negro sem batismo vê-se com pesar considerado um ser inferior”, contava Koster⁵⁴². Cativos batizados que casavam e tinham filhos tomavam o nome de família de seus senhores brancos, por influência do patriarcalismo⁵⁴³.

Antonio Manuel Hespanha alegou que a compaixão, o amor pelos fracos, fora característica estrutural do Antigo Regime⁵⁴⁴. Dessa forma, os senhores eram instados a cuidar da vida espiritual de seus cativos, assim como ao bispo de Pernambuco cabia zelar pela alma escravizada e oprimida.

Entre as instituições nas quais haveria maior integração entre a população negra, no Brasil, destacaram-se as confrarias ou irmandades religiosas, sociedades de ajuda mútua mantidas com a contribuição periódica de seus associados, que recebiam, em troca, assistência quando doentes, presos, famintos ou até mortos⁵⁴⁵.

O espaço das irmandades negras era local de reinvenção étnica e de trocas culturais, onde ações políticas dialogavam com devoções e emergia um cenário de potencial solidariedade com o compartilhamento de experiências⁵⁴⁶.

A promoção da vida lúdica era uma das principais responsabilidades das irmandades, estabelecendo, assim, o “estado de folia” de seus membros e da comunidade negra em geral⁵⁴⁷. Elegiam-se reis, rainhas, imperadores e imperatrizes nas festas de santos padroeiros, que fundavam, na América, encantações de reinos africanos.

Afinal, como concluiu Freyre, a política de “assimilação” dos escravizados envolvia, também, dar a eles a oportunidade de conservarem formas e acessórios da cultura africana – como transformarem em patronos de irmandades São Benedito e Nossa Senhora do Rosário –

⁵⁴⁰ Ibid. p. 46.

⁵⁴¹ FREYRE, 1980. p. 20.

⁵⁴² KOSTER apud FREYRE. Ibid. p. 372.

⁵⁴³ FREYRE. Ibid. p. 466.

⁵⁴⁴ HESPANHA apud ALMEIDA. Op. cit. p. 199.

⁵⁴⁵ REIS, 1996. p. 4.

⁵⁴⁶ MOREIRA, Paulo R. S.; MUGGE, Miquéias H. Todos de bons costumes e amantes do culto do Divino: devoção negra em uma zona de imigração europeia (a irmandade do Rosário e São Benedito de São Leopoldo, RS). In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina C. L. (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 398.

⁵⁴⁷ REIS, 1996. p. 15.

ou de se reunirem em organizações de disciplina, como “reis do Congo” que exerciam autoridade sobre seus “vassallos”⁵⁴⁸.

Em Recife, no bairro de Santo Antônio, estava a igreja do Rosário dos Pretos, onde funcionava a sede da irmandade do bairro, curiosa e contraditória por si só: por ter possuído escravos, mas também por ter praticado caridade e ajuda mútua, era, ao mesmo tempo, um instrumento de dominação e de libertação⁵⁴⁹.

A coroação do rei e da rainha do Congo ganhara caráter semioficial, de forma tal que muitos negros receberam patentes de seus cargos, como governadores, coronéis e capitães. Em 1814, houve uma tentativa de insurreição escrava, na qual estavam envolvidos Domingos do Carmo, o então “rei do Congo e de todas as nações do gentio de Guiné”, e Joaquim Barbosa, o “capitão dos ganhadores”, ambos libertos⁵⁵⁰.

As irmandades não eram associações absolutamente homogêneas e apresentavam conformações plurais⁵⁵¹. Nelas, ser “parente” era bem mais que ser “irmão”, uma vez que o primeiro indicava um vínculo constituído a partir de uma identidade étnica baseada na reconstrução de um passado comum e na organização social e religiosa presente⁵⁵².

A visão africana de relação com o transcendente também envolvia crenças mágicas que orientavam sua percepção de natureza e das relações sociais⁵⁵³. A feitiçaria representava um poderoso elemento na estrutura social e de poder. Os feiticeiros eram respeitados e temidos e os curandeiros ganharam prestígio na sociedade escravista.

Freyre conta que fora a perícia no preparo de feitiços sexuais e “afrodisíacos” que dera tanto prestígio a escravizados junto a senhores brancos⁵⁵⁴. A bruxaria e a feitiçaria, no Brasil, continuavam a girar em torno do motivo amoroso, da fecundidade e da proteção à mulher grávida e da criança ameaçada⁵⁵⁵.

Por outro lado, essa amálgama de rituais nem sempre era tolerada e a repressão às formas distintas de religiosidade dependia do momento e das circunstâncias sócio-históricas⁵⁵⁶. Em 1780, o Conselho Ultramarino enviara uma carta ao conde de Pavolide, em Pernambuco, diferenciando “danças gentílicas e supersticiosas”, que não deveriam ser toleradas, das demais,

⁵⁴⁸ FREYRE, 1980. p. 374.

⁵⁴⁹ CARVALHO, 2010. p. 59.

⁵⁵⁰ Ibid. p. 208.

⁵⁵¹ MOREIRA; MUGGE. Op. cit. p. 406.

⁵⁵² SOARES apud MOREIRA; MUGGE. Ibid. p. 399.

⁵⁵³ REIS, 1983. p. 118.

⁵⁵⁴ FREYRE, 1980. p. 346.

⁵⁵⁵ Ibid. 345.

⁵⁵⁶ REIS; SILVA. Op. cit. p. 37.

permitidas “com o fim de se evitar com este menor outros males maiores”⁵⁵⁷, afinal, a garantia do divertimento fora também uma estratégia de segurança.

Juntos às distintas marcas corporais, consentidas ou não, e aos adereços utilizados, uma outra forma externa de expressão corporal e material dos escravizados e escravizadas, dentro do atributo social da dimensão subjetivadora, fora sua relação com as vestimentas.

Assim como com as características físicas, mas em menor grau, a menção de pelo menos uma ou duas peças de roupa fora uma constante nos anúncios de fuga, tendo havido 456 partículas coletadas em um total de 375 anúncios. Fora bastante comum o uso tanto de “vestia” quanto de “fugiu com” entre os verbos que acompanhavam os signos de vestimentas, uma vez que os fugidos podiam ou fugir apenas com a roupa do corpo, ou fugir com uma trouxa de peças extras.

Dessa forma, assim se distribuem os dados acerca dos signos de *vestimentas*:

Tabela 14 – Vestimentas (fuga)

Peça de roupa	Nº de ocorrências	%
Camisa de algodão(zinho)	80	17,54
Calças de algodão	39	8,55
Vestido de chita	36	7,89
Calças de brim	34	7,46
Chapéu de palha	32	7,02
Pano da costa	30	6,58
Calças de estopa	23	5,04
Camisa de brim	16	3,51
Camisa de estopa	15	3,29
Camisa de chila	14	3,07
Ceroula de algodão	13	2,85
Camisa de madapolão	11	2,41
Demais peças	113	24,78
Total	456	100

Fonte: Diário de Pernambuco (1837-43).

⁵⁵⁷ Ibid. p. 40.

Há, nos anúncios, com menos de 2%: “*roupa suja*”, “*boné*”, “*calças de ganga*”, “*jaqueta de algodão*”, “*ceroula de estopa*”, “*chapéu de pelo*”, “*chapéu de seda*”, “*calça de pano da costa*”, “*camisa de baeta*”, “*chapéu de castor*”, “*jaqueta de chila*”, “*saia de chita*”, “*vestido de algodão*”, “*camisa de linho*”, “*saia de sarja*”, “*calça de franquelim*”, “*calças de casimira*”, “*calças de chila*”, “*calças de linho*”, “*camisa de chita*”, “*jaqueta de brim*”, “*lenço*”, “*bem vestida*”, “*calças de linhaça*”, “*calças de pano*”, “*carapuça*”, “*chapéu de couro*”, “*colete*”, “*esteira*”, “*fita*”, “*japona*”, “*jaqueta de chita*”, “*jaqueta de ganga*”, “*pano de baeta*”, “*saia de brim*”, “*saia de cetim*”, “*saia de ganga*”, “*suspensórios de algodão*”, “*suspensórios de borracha*”, “*suspensórios de couro*”, “*toalha da costa*”, “*vestido de cambraia*”, “*vestido de cetim*”, “*vestido de chamalote*”, “*vestido de franquelim*” e “*vestido de palmas*”.

Esses dados refletem a realidade exposta no capítulo passado, nos signos de sexo, que demonstravam como os homens fugiram três vezes mais que as mulheres. Os dois tipos mais comuns de vestimentas são aqueles bastante presentes entre os fugidos, “*camisa de algodão*” (17%) e “*calça de algodão*” (8,5%), mas as roupas das fugidas só são representadas em terceiro lugar, com “*vestido de chita*” (7,8%).

Entre as camisas, referentes a 31% dos signos encontrados, tivemos os tecidos de brim, estopa, chila, madapolão, baeta, linho e chita, em ordem de quantidade, da maior para a menor, mas nenhum deles alcançou a quantidade das camisas de algodão, no topo da tabela.

Entre as calças, as quais compõem 25% dos signos, colhi as de algodão, brim e estopa entre as mais comuns – elas sozinhas formando 20% dos dados – mas ainda houve as de ganga, de pano da costa, de “*franquelim*”, de casimira, de chila, de linho, de linhaça e de pano.

Entre os chapéus, que conformam mais de 11% dos dados da categoria, no topo estão os de palha (7,02%), mas ainda há os de pelo, de seda, de castor e de couro, além dos bonés, seja o “*inglês*”, o de pano ou o “*de ganhador*”. Por fim, entre os vestidos, 9,8% dos signos de vestimentas, temos os de chita, de algodão, de cambraia, de cetim, de chamalote, de “*franquelim*” e de “*palmas*”.

Para Julia Vidal e Dyego Arruda, diferentes tecidos assumem grande importância à medida em que se mostram como tela de representação para o melhor entendimento do processo de construção da identidade afro-brasileira⁵⁵⁸. Seria a partir dos fios, das tramas, das estamparias, do trânsito comercial e dos usos dos tecidos que tornar-se-ia possível compreender

⁵⁵⁸ VIDAL, J.; ARRUDA, D. Influências dos tecidos e das estamparias africanas na identidade e na cultura afro-brasileiras. **Dobras**, São Paulo, n. 30, p. 91-114, set./dez. 2020. p. 94.

a complexidade e a diversidade oriunda do continente africano, bem como das novas identidades assumidas em território brasileiro.

Por exemplo, o dito “*pano da costa*” (6,5%), que aparece por si só ou compondo alguma peça de roupa, seria o *ofi*, tecido iorubá, da região da atual Nigéria, embora seu uso também possa ser rastreado entre povos da Costa do Marfim, de Gana, do Congo, do Benin e do Senegal⁵⁵⁹. Chegando no Brasil, fora o primeiro tecido a cobrir corpos africanos, de acordo com os registros de Debret e Rugendas.

O *ofi* fora muito utilizado para acomodar cuias redondas e chatas usadas no comércio, sendo também chamado de “*pano de cuia*”. Mas, assim como outras mercadorias, foi como pano “da costa” que se consagrou, fazendo referência à costa ocidental do continente africano.

Esteve presente como vestimenta de sair, como xale ou repousado no ombro; em atividades braçais, como as de vendeiras e lavadeiras, para dar maior apoio ao movimento do corpo; e em cerimônias religiosas, indicando, por meio das cores e da amarração, os orixás cultuados ou as posições hierárquicas⁵⁶⁰.

Relembro que o espaço de economia própria serviria ao cativo para adquirir tabaco, comida de regalo e, também, uma roupa melhor⁵⁶¹. A “brecha” parece ter sido motivada enquanto válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão da propriedade “distrai” da escravidão e prende o indivíduo ao senhor, ao passo em que ofusca o proprietário de ter esse papel social, tornando-o mais “humano” aos próprios olhos.

Foram “numerosos” os escravizados, segundo Freyre, que gozaram da situação de afilhados de seus senhores e foram por isso beneficiados e protegidos em saúde, em educação, em alimentação e em vestuário⁵⁶². O sociólogo, contudo, nos atenta que esses não devem ser considerados típicos, mas sim, aqueles que não gozavam de outra proteção senão aquela de interesse próprio do sistema patriarcal⁵⁶³.

Por mais natural que seja o raciocínio acerca da disponibilidade de vestimentas ser aquela mais simples, mais uniforme e mais adequada ao clima, com o mínimo de custos extras possível, o escravismo buscou, por outro lado, coibir a falta de rigor, tanto dos senhores quanto de seus cativos, acerca da forma como esses últimos se vestiam nas cidades.

⁵⁵⁹ Ibid. p. 98.

⁵⁶⁰ Ibid. Loc. cit.

⁵⁶¹ REIS; SILVA. Op. cit. p. 31.

⁵⁶² FREYRE, 2004. p. 407.

⁵⁶³ Ibid. p. 408.

Uma postura municipal do Recife, em 1831, multava em 640 réis os senhores cujos cativos circulassem vestindo “roupas esfrangalhadas”⁵⁶⁴. Se a falta fosse cometida pelo escravizado, contudo, sua pena era de 48 horas de cadeia.

Freyre conta que D. José Fialho, bispo de Pernambuco, recomendara aos párocos que proibissem entrar nas igrejas “negras seminuas”, por seu estado de “deplorável indecência”, advertindo aos senhores que não consintam que andem despidas “como vulgarmente costumam”, mas cobertas o suficiente para esconder a “sensualidade”⁵⁶⁵.

Com essa categoria, encerro o capítulo acerca da dimensão subjetivadora do discurso senhorial e, também, a análise dos signos desse mesmo discurso. Tracemos, então, o caminho de retorno: da análise ao fato.

⁵⁶⁴ CARVALHO, 2010. p. 257.

⁵⁶⁵ FIALHO apud FREYRE, 1980. p. 456.

6 DA ANÁLISE AO FATO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho, mencionei a necessidade de “desmontar” os elementos discursivos encontrados nos anúncios de jornal para investigar sua natureza, para além da perspectiva superficial e imediata de sua aparência. Lembrando o “descascar” da cebola hegeliana, é também imperativo que se faça a viagem de volta, em sentido inverso, para que a fonte histórica não seja perdida em uma abstração, mas que se reconstrua no seu contexto, em uma rica totalidade de determinações e relações.

Dessa forma, em minhas considerações finais, encerro a jornada nos trazendo de volta da análise histórico-linguística para o ponto de partida, o fato histórico, reconstruído a partir das conclusões tomadas ao longo de todo o trabalho.

Demonstrei como os anúncios de venda de escravizados, mais sucintos, são conformados pela presença da voz passiva, sem a identificação de seu anunciante, apresentando pouca ou nenhuma agência ao cativo, dado ao seu objetivo intrinsecamente publicitário. Os anúncios de fuga, por outro lado, mais detalhados, são regidos na voz ativa, com indicação de agência própria do fugido, apresentando a nomeação dos agentes – senhor, escravizado e aliados senhoriais – dado o seu objetivo de recuperar a “propriedade” fugida.

Descobri, a partir da análise crítica do discurso senhorial, nos anúncios de venda e fuga, que as categorias as quais eu deveria tomar como referência para análise são: nação, idade, sexo, ofício, características físicas (em ambos os tipos de anúncios); características socioprodutivas (nos anúncios de venda); doenças, deficiências e deformações; características psicossociais; temperamento, personalidade e perfil social; adereços, marcas de identidade e de propriedade; e vestimentas (nos anúncios de fuga).

Com isso, pude visualizar a problemática do discurso senhorial: há uma aparente dupla natureza em sua conformação histórica, uma contradição simultânea, em um dado espaço e um dado tempo, de duas dimensões, uma comodificadora e outra subjetivadora.

A Dimensão Comodificadora representaria a transferência do vocabulário de mercadorias para a ordem do discurso do indivíduo, indicando a objetificação e a desumanização do agente escravizado. Suas categorias seriam nação, idade, sexo e ofício.

A Dimensão Subjetivadora, em seu turno, representaria o inevitável reconhecimento da subjetividade do cativo, humanizando-o e, principalmente, delegando-lhe agência. Suas categorias seriam as demais.

Assim sendo, encerrado o exercício do descortinar das categorias de análise, parti para a investigação aprofundada dos signos linguísticos encontrados nos anúncios, cada um alocado em uma dada categoria, interpretando-os de acordo com a historiografia do escravismo brasileiro.

Em 1301 anúncios de venda e 375 anúncios de fuga de escravizados, coletei 5201 signos – ou representações simbólicas de ideias – os quais compõem a dimensão comodificadora e 3257 signos os quais compõem a dimensão subjetivadora do discurso senhorial, todos dispostos em 70 edições do Diário de Pernambuco, entre os anos de 1837 e 1843.

A partir disso, dentro da dimensão comodificadora, pude visualizar como fora sugerido uma predominância, tanto nos anúncios de fuga quanto nos anúncios de venda, de escravizados africanos, qualificados por suas “nações”, especialmente aquelas da África Centro-Ocidental, como “Angola”, “Cabinda”, “Rebolo”, “Benguela”, “Congo”, “Caçange” e “Songo”.

Porém, se não consideramos a partícula genérica “escravo *de nação*” e colocarmos as especificidades em foco, vemos a primazia dos brasileiros nos anúncios de venda: “mulatos”, “crioulos”, “pardos” e “cabras”. Nos anúncios de fuga, heterogêneos por natureza, as “nações” específicas ainda são mais que a metade, mesmo tendo “crioulos” e “mulatos” no topo.

A faixa etária mais vendida fora a de cativos entre 16 e 20 anos, mas, se estendermos o campo de visão, notamos que a maioria dos anunciados para a venda tinham entre 11 e 20 anos. A faixa entre 16 e 20 anos também é a que mais fugiu, porém, há uma variedade maior entre os fugidos quanto à idade. Havia espaço para escravizados mais velhos, acima dos 30 anos, diferentemente dos anúncios de venda.

Quanto ao sexo, por sua vez, as mulheres foram bem mais vendidas que os homens, porém, fugiram quase três vezes menos que eles. As dinâmicas do cativo, a divisão sexual do trabalho e as amarras do patriarcalismo podem estar envolvidas com essa realidade.

Os ofícios mais vendidos, sempre relacionados ao gênero feminino, no contexto do século XIX e dos nossos anúncios, corresponderam a mais da metade dos escravizados. Se somarmos todos os ofícios majoritariamente femininos, temos mais de 70% dos vendidos.

Assim, se os ofícios mais procurados são aqueles comumente realizados por mulheres, elas acabarão sendo as mais vendidas. Por outro lado, se os homens fogem mais, são as funções masculinas que dominarão nos anúncios de fuga: também mais de 70%.

As características do ofício aparentam sugerir uma maior ou menor possibilidade de fuga, em relação aos olhares vigilantes do senhorio. As funções mais vendidas são trabalhos domésticos, “portas adentro”. Os ofícios mais comuns entre os fugidos, em seu turno, são

aqueles mais associados a um dado grau de autonomia ou liberdade, “portas afora”, como “quitandeira/boceteira” e “canoeiro”.

Na dimensão subjetivadora, dividi a exposição em três atributos: o físico, o psicológico e o social. Três facetas essenciais para a humanização de qualquer indivíduo.

Nos anúncios de venda, visualizei características físicas bastante genéricas. A maioria dos signos soou como publicitários em essência, elementos positivos e chamativos, cujas vantagens tornariam a “pessoa-produto” ainda mais sedutora para um possível comprador. Houve uma predominância absoluta dos de “bonita figura”, mas encontrei ainda “robustos”, “sadios”, “possantes”, “fortes” e com “bom corpo”.

O fugido “padrão”, por outro lado, teria sido alguém “bonito”, de cabelos brancos e cara redonda, com sobrancelhas grossas, olhos grandes, orelhas pequenas, nariz chato, beiços grossos e dentes alvos, de pouca barba (se homem) e de pescoço grosso, magro, “espadaúdo” e com estatura mediana, de seios pequenos (se mulher) e de cor fula, com mãos e pés pequenos e pernas e canelas finas.

Boa parte dos cativos fugidos tinham alguma cicatriz ou ferida e muitos tiveram marcas de varíola, eram coxos ou banguelas. Vários tinham bicho-de-pé, marca de açoite, eram mutilados ou aleijados e tinham vícios como tabagismo ou alcoolismo.

Entre as características socioprodutivas mais comuns dos vendidos, no topo, estavam “sem vícios”, “com habilidades” e “sem achaques”, mas muitos tinham filhos, ou eram “recolhidas”, “ladinos” ou tinham “preço cômodo”.

Já entre as características psicossociais mais comuns dos fugidos, estavam as referências a sua fala, sendo “ladino”, ou falando “bem”, sendo “falante”, tendo fala “branda”, ou, ainda, sendo “boçal”, falando “mal”, “grosso” ou “atravessado”, “atropelado” e “atrapalhado”.

Sendo o atributo social exclusivo dos fugidos, tivemos, como temperamentos ou personalidades mais comuns, os fatos de intitularem-se “forros”, terem sido “seduzidos” a fugir ou “furtados”, serem “conhecidos” ou até “regristas”.

Muitos usavam brincos ou tinham orelha furada, além de dentes “limados” ou ausência deles, bem como inúmeras e diversas marcas de “nação” ou de propriedade. Por fim, mostrei como predominou a presença de camisa de algodão, calças de algodão e vestidos de chita entre suas vestimentas.

Resgatando os problemas que teci, no início do trabalho, ousou respondê-los, ainda que preliminarmente, sugestivamente, não categoricamente. Assim, a *comodificação* fora a legitimação histórica e discursiva da objetificação de pessoas, com raízes na dinâmica de

condição e qualidade do Antigo Regime. Tal tratamento aparenta, sim, ser particular e original em relação à população escravizada, localizada em um dado tempo, em um dado espaço. Sua dimensão antagônica e concomitante, a *subjetivação*, justificara a representação do cativo enquanto simultaneamente *pessoa* E *produto*, uma “mercadoria” com fé, roupas, conhecimento, lazer, família etc.

Na enunciação do senhorio, o escravizado *era e não era*, ao mesmo tempo, porque um discurso de natureza dupla, dialética, dicotômica, não é obrigado a se encerrar em uma positividade ou em uma negatividade categóricas: pode ser ambos ou nenhum, um processo constante de idas e vindas, continuidades e rupturas.

A partir dessa reflexão e dos resultados encontrados, reafirmo a hipótese central desse trabalho: há uma aparente dupla natureza no discurso senhorial no escravismo brasileiro. A visualizei, aqui, por meio do discurso incrustado nos anúncios de fuga e de venda do Diário de Pernambuco, em meados do século XIX.

Porém, é razoável pressupor que esse mesmo fenômeno deva ser percebido em outras fontes, ou em outras temporalidades, ou em outros espaços. A dissimulação discursiva, intencional ou não, abrigaria uma função ideológica de manutenção do escravismo.

Ao mesmo tempo em que o sistema escravista exploraria milhares de pessoas por qualidades que os conformariam enquanto seres humanos, ele mascararia discursivamente essa exploração, sua imoralidade, sua depravação, comodificando a massa de trabalhadores cativos que ergueram as bases socioeconômicas do Império.

Se os trabalhadores escravizados fossem um Outro objetificado, uma coisa, toda a sociedade escravista dormiria tranquila, crente de sua benevolência e de sua fé cristã, rumo ao Paraíso, enquanto os açoitaria e faria deles suas mãos e seus pés, as reais engrenagens da fundação e da estruturação do Brasil enquanto Estado Nacional.

Não há Brasil sem a escravidão. Porém, ainda hoje mascaramos o fétido arcabouço que nos sustenta historicamente, que ultrapassa os tempos coloniais e imperiais e expõe a mácula fundacional de nossa frágil república.

Afinal, como lembra Walter Benjamin:

[...] Em cada momento, os detentores do poder são os herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores. Daqui resulta que a empatia que tem por objeto o vencedor serve sempre aqueles que, em cada momento, detêm o poder. Para o materialista histórico não será preciso dizer mais nada. Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo. Geralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural. Eles poderão

contar, no materialista histórico, com um observador distanciado, pois o que ele pode abarcar desse patrimônio cultural provém, na sua globalidade, de uma tradição em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela deve a sua existência não apenas aos esforços dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos⁵⁶⁶.

Quais possíveis os futuros para esta pesquisa?

Em um primeiro momento, sua auto expansão, a busca pelo reencontro e pela reafirmação do fenômeno discursivo em questão em mais edições do Diário de Pernambuco, em outras cronologias; em outros jornais da província ou do Norte do Império, na mesma temporalidade ou não; ou em toda a imprensa imperial ou colonial.

Após isso, a variação de fontes. A investigação ainda nos jornais, mas para além dos anúncios de venda e de fuga. A busca nos arquivos da Polícia Civil, da Guarda Nacional e dos demais órgãos de segurança e de repressão. Um pente fino nos arquivos da Torre do Tombo, do Conselho Ultramarino e da Inquisição católica no Brasil. Uma busca introspectiva nos diários e nos acervos particulares dos altos representantes do senhorio, além de seus inventários.

Como estamos falando de língua e discurso, por que não procurar, também, em outras línguas, de países que foram igualmente fundados pelo escravismo e mantêm contradições sócio-históricas no presente em decorrência dele? Documentos dos Estados Unidos, da América hispânica, dos antigos empreendimentos coloniais franceses e neerlandeses ou mesmo na costa da África.

A dialética entre a comodificação e a subjetivação pode ser uma constante nos discursos legitimadores e perpetradores do escravismo e sua investigação provavelmente está longe de ter um fim. Acima de tudo, contudo, a análise do discurso senhorial tem um potencial enriquecedor à historiografia do escravismo, mesmo que não se resuma à sua aparente dupla natureza.

Como dito no início, foi meu objetivo reafirmar a viabilidade de uma proposta interdisciplinar entre a linguística e a história, utilizando ferramentas e conceitos da primeira no seio da metodologia da segunda. Acredito que consegui demonstrar como é possível e frutífero o reencontro de ambas as disciplinas, ao valorizar os aspectos linguísticos das fontes históricas e, a partir deles, expandir e aperfeiçoar a construção historiográfica do escravismo.

Em um exercício de autocrítica, aponto a ausência, neste trabalho, de uma bibliografia menos centralizada nos três polos do escravismo imperial brasileiro, a saber, Pernambuco,

⁵⁶⁶ BENJAMIN. Op. cit. p. 13.

Bahia e Rio de Janeiro. Há excelentes produções atuais no Norte e no Sul do país cujas descobertas ou apontamentos metodológicos poderiam em muito contribuir com esta pesquisa.

É difícil fugir de Gilberto Freyre. Estabeleci uma crítica a ele, no início do trabalho, junto a Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Beatriz Nascimento. Minha intenção fora separar as fundamentações teórico-metodológicas deste trabalho daquelas cujas bases sejam a sociologia freyreana.

Mas, factualmente falando, o pernambucano é persistente. Especialmente em questões sociais dos escravizados ou da historicidade do patriarcalismo brasileiro, boa parte dos dados vêm de *Casa grande e senzala* e *Sobrados e mucambos*.

Até posso iludir-me que a teoria, o espírito, deste trabalho não é freyriano, mas crítico, materialista, à contrapelo. A parte factual desta historiografia, contudo, está impregnada de Freyre e, por algum tempo, continuará a estar.

Esta pesquisa terminou enorme. Foram milhares de signos em centenas de anúncios em dezenas de edições do Diário de Pernambuco. Por um lado, isso permitiu uma riqueza fantástica de dados os quais pude analisar e tecer conclusões com uma certa segurança que a ciência histórica nos permite.

Por outro, tornou a exposição exaustiva, alongada e difusa. Teria sido possível fazer a mesma pesquisa, mesmo com uma perda não relevante de informações, apenas com os anúncios de fuga e seus detalhes. O exercício de análise do discurso, do terceiro capítulo, é, por si só, também uma pesquisa completa.

Perguntei, no começo do trabalho, se há ainda razões, no tempo presente, para se estudar, pesquisar e escrever sobre a escravidão atlântica. Em nenhum lugar das Américas se instituiu a escravidão, em tão larga escala, como no Brasil⁵⁶⁷. Entre 1550 e 1856, de um total de onze milhões de africanos sequestrados e desembarcados, 44% vieram para o território brasileiro.

Em nome deles e de seus descendentes, sim, ainda há. Nunca deixará de haver.

⁵⁶⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186. **Parecer de Luiz Felipe de Alencastro**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 4 mar. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/stf_alencastro.doc>. Acesso em: 16 out. 2020. p. 1.

REFERÊNCIAS

Acervos consultados

DIÁRIO de Pernambuco (1825-1996). **Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&Pesq=>>.

VERBETE: Diário de Pernambuco. **CPDOC**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Dicionários

EDITORA Melhoramentos. **Michaelis On-line**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes e. **Diccionario da lingua portugueza (2 tomos)**. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.

Matérias jornalísticas

APÓS 3 anos da 1ª morte, Brasil chega à marca de 700 mil vítimas da Covid. **G1**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BOLSONARO: “quilombola não serve nem para procriar”. **Congresso em Foco**, Brasília, 5 abr. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto->>

bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

DEPUTADO federal diz no Twitter que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado”. **UOL**, São Paulo, 31 mar. 2011. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm> >. Acesso em: 8 jun. 2023.

DESIGUALDADES sociais por cor ou raça no Brasil. **IBGE**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=35440>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PORTUGUESES nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2018. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

QUASE metade dos terreiros do país registrou até cinco ataques nos últimos dois anos, mostra pesquisa. **G1**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/15/quase-metade-dos-terreiros-do-pais-registrou-ate-cinco-ataques-nos-ultimos-dois-anos-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SALVADORI, Fausto. Análise: o racismo é procedimento operacional padrão da Polícia Militar. **Ponte**, São Paulo, 7 jun. 2023. Disponível em: <<https://ponte.org/analise-o-racismo-e-procedimento-operacional-padrao-da-policia-militar/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Bibliografia

ALMEIDA, Suely; BEZERRA, Janaína. Cor, qualidade e condição: uma reflexão sobre conceitos no Brasil colonial no século XVIII. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 56, p. 130-160, jun. 2019.

ALMEIDA, Suely. Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa setecentistas: três histórias, três memórias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 43, 195-212, 2011.

BARBARA, Leila. Linguística sistêmico-funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, n. 10, v. 1, p. 89-107, 2009.

BASTOS, Ana Karine. **O léxico dos anúncios de escravos nos jornais do Recife do século XIX (1853-1855)**. Recife, PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2007.

_____. **Anúncios de escravos: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife**. Recife, PE. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2016.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186. **Parecer de Luiz Felipe de Alencastro**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 4 mar. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/stf_alencastro.doc>. Acesso em: 16 out. 2020.

CAMPELLO, André Emmanuel B. B. A escravidão no Império do Brasil: perspectivas jurídicas. **Sinprofaz**, 22 jan. 2013. Disponível em: <<https://sinprofaz.org.br/2024/artigos/a-escravidao-no-imperio-do-brasil-perspectivas-juridicas/>>. Acesso em: 7 mai. 2024.

CAMPOS, Adriana P.; MERLO, Patrícia M. da S. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 327-361, jul./dez. 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, 29/30, p. 41-78, 2003.

_____. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2010.

_____. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**. São Paulo, n. 167, p. 223-260, jul./dez., 2012.

_____. Os caminhos do rio: negros canoieiros no Recife na primeira metade do Século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, 19/20, p. 75-93, 1997.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, Robson Pedrosa. **Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888**. Recife, PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

COSTA, Valéria Gomes. O Recife nas rotas do atlântico negro: tráfico, escravidão e identidades no oitocentos. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 7, 1, p. 186-217, 2013.

EUGÊNIO, Alisson. Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, p. 125-156, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa científica. **Linha D'água**, São Paulo, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** Londres: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e mudança social.** Brasília: UNB, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 122-146, 2007.

FERRARI, Ana Josefina. **A voz do dono.** Campinas, SP. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2001.

_____. **Nomes próprios de pessoa e descrição: estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de anúncios de fuga de escravos.** Campinas, SP. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2008.

FREITAS, Edivaldo S.; SILVA, Ícaro G. Gramática dos jogos de linguagem e significado no segundo Wittgenstein. **Kínesis**, Marília, v. 10, n. 25, p. 128-148, dez. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala.** 20ª ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. **Sobrados e mucambos.** 15ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio. Africans and “nations” in the slave trade through parish registers: preliminary notes for comparative perspectives on Brazil and Cuba in the seventeenth century. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, p. 451-466, set./dez., 2016.

GUEDES, Roberto; BÔSCARO, Ana Paula. A cara da escravidão e a cara da liberdade: honra e infâmia (Corte do Brasil, 1809-1833). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 59, 197-234, 2019.

HALL, Gwendolyn M. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 29-70, jan./jun. 2005.

HEGEL, Georg W. F. **The Encyclopaedia Logic: Part I of the Encyclopaedia of philosophical sciences**. Indianapolis: Hackett, 1991.

LARA, Silvia H. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 269-284, 1988.

LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul./dez., 2003.

_____. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil – uma perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 352-369, jul./dez., 2012.

_____. Luís Maria da Silva Pinto e o *Dicionário da Língua Brasileira* (Ouro Preto, 1832). **Humanas**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006.

_____. Por uma história social da língua nacional: algumas questões teóricas e metodológicas. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, a. 173 (454), p. 273-284, jan./mar., 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MAESTRI, Mário. Como era gostoso ser escravo no Brasil: a apologia da servidão voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. **Crítica Histórica**, Maceió, n. 12, p. 1-31, dez. 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Alexandre. A travessia de escravos dos sertões de Angola para os sertões de Pernambuco (1750-1810). **CLIO**, Recife, v. 37, p. 58-81, jul./dez., 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 124-135, 1983.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Maria Inês C. Quem eram os “negros da guiné”? A origem dos africanos na Bahia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 19/20, p. 37-73, 1997.

OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina C. L. (org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PARÉS, Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

PINHEIRO, Maria Cristina L. **O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador, 1850-1888**. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 159-183, 2005.

PRIORE, Mary del. **Histórias íntimas**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

RAMINELLI, Ronald. Impedimento da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul./dez. 2012.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades Negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-21, 1996.

_____. “Poderemos brincar, folgar e cantar...”: o protesto escravo na América. **Afro-Ásia**, n. 14, p. 107-123, 1983.

_____. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 63, p. 232-290, 2021.

SANTOS, Lídia R. N. dos. Sociabilidades sob vigilância: controle ao lazer dos escravos e homens livres pobres em Pernambuco (1822/1855). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-8. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_ac7f9492f862617ea2a6de20bfeff9cd.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SANTOS, Martha. "Slave mothers", *partus sequitur ventrem*, and the naturalization of slave reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, p. 467-487, set./dez. 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2013.

SILVA, Gian Carlo. **Na cor da pele, o negro: conceitos, regras, compadrio e sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Recife, PE. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)**. Recife, PE. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 38, p. 245-301, 2008.

SOARES, Cecília M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. Representing social actors. In: **Discourse and practice**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. p. 23-54.

VIDAL, Julia; ARRUDA, Dyego de O. Influências dos tecidos e das estamparias africanas na identidade e na cultura afro-brasileiras. **Dobras**, São Paulo, n. 30, p. 91-114, set./dez. 2020.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)Curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.

APÊNDICE A – EDIÇÕES UTILIZADAS DO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*

Ao longo do trabalho, utilizei dados colhidos em anúncios de venda e de fuga de setenta edições do *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1837 e 1843, escolhidas aleatoriamente, usando somente dois critérios: apenas uma edição em um mesmo mês e apenas dez edições por ano.

Dessa forma, garanti um mínimo de variabilidade temporal, conjuntural e demográfica nos dados, sem sacrificar o tempo de pesquisa com a análise de uma quantidade impossível de documentos.

Estas foram as edições coletadas:

Em 1837, n.º 7, 10 jan.; n.º 32, 9 fev.; n.º 51, 4 mar.; n.º 87, 20 abr.; n.º 133, 22 jun.; n.º 147, 11 jul.; n.º 194, 9 set.; n.º 218, 10 out.; n.º 250, 18 nov.; n.º 271, 15 dez.

Em 1838, n.º 12, 16 jan.; n.º 36, 14 fev.; n.º 75, 3 abr.; n.º 117, 29 mai.; n.º 131, 19 jun.; n.º 163, 30 jul.; n.º 177, 17 ago.; n.º 190, 3 set.; n.º 244, 9 nov.; n.º 270, 12 dez.

Em 1839, n.º 18, 22 jan.; n.º 34, 11 fev.; n.º 56, 8 mar.; n.º 112, 24 mai.; n.º 130, 18 jun.; n.º 151, 15 jul.; n.º 167, 3 ago.; n.º 219, 8 out.; n.º 255, 21 nov.; n.º 273, 13 dez.

Em 1840, n.º 12, 16 jan.; n.º 28, 4 fev.; n.º 67, 23 mar.; n.º 82, 10 abr.; n.º 160, 24 jul.; n.º 173, 11 ago.; n.º 195, 7 set.; n.º 217, 6 out.; n.º 249, 14 nov.; n.º 281, 29 dez.

Em 1841, n.º 36, 15 fev.; n.º 53, 8 mar.; n.º 87, 22 abr.; n.º 100, 10 mai.; n.º 125, 12 jun.; n.º 151, 16 jul.; n.º 185, 26 ago.; n.º 212, 30 set.; n.º 224, 14 out.; n.º 247, 12 nov.

Em 1842, n.º 12, 17 jan.; n.º 35, 14 fev.; n.º 53, 8 mar.; n.º 77, 11 abr.; n.º 109, 23 mai.; n.º 131, 21 jun.; n.º 143, 7 jul.; n.º 176, 17 ago.; n.º 202, 19 set.; n.º 219, 11 out.

Em 1843, n.º 66, 22 mar.; n.º 81, 10 abr.; n.º 103, 11 mai.; n.º 132, 20 jun.; n.º 155, 20 jul.; n.º 167, 4 ago.; n.º 191, 5 set.; n.º 219, 11 out.; n.º 242, 9 nov.; n.º 265, 7 dez.

Todas as edições estavam dispostas no acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, entre os anos de 2021 e 2023.